

POLÍTICA SURDA

Keli Krause

Bruna Tavares Leite Silva

Clarissa Luna Borges
Fonseca Guerretta

Gisele Maciel
Monteiro Rangel

Magno Prado
Gama Prates

Ricardo Morand Goes



EDITORA

ILUSTRAÇÃO

KELI KRAUSE
BRUNA TAVARES LEITE SILVA
CLARISSA LUNA BORGES FONSECA GUERRETTA
GISELE MACIEL MONTEIRO RANGEL
MAGNO PRADO GAMA PRATES
RICARDO MORAND GOES

POLÍTICA SURDA

Editora Ilustração
Santo Ângelo – Brasil
2026



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0>

Editor-gerente: Fábio César Junges

Capa: IA

Revisão: Os autores

CATALOGAÇÃO NA FONTE

P769 Política surda [recurso eletrônico] / Keli Krause ... [et al.]. -
Santo Ângelo : Ilustração, 2026.
140 p.

ISBN 978-65-6135-275-8

DOI 10.46550/978-65-6135-275-8

1. Surdos - Políticas públicas. 2. Surdos - Direitos sociais
3. Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). 4. Inclusão. I. Krause,
Keli

CDU: 34-056.263

Responsável pela catalogação: Fernanda Ribeiro Paz - CRB 10/ 1720



Crossref



E-mail: ilustracao@gmail.com

www.editorailustracao.com.br

Conselho Editorial



Dra. Adriana Maria Andreis	UFFS, Chapecó, SC, Brasil
Dra. Adriana Mattar Maamari	UFSCAR, São Carlos, SP, Brasil
Dra. Berenice Beatriz Rossner Wbatuba	URI, Santo Ângelo, RS, Brasil
Dr. Clemente Herrero Fabregat	UAM, Madri, Espanha
Dr. Daniel Vindas Sánchez	UNA, San Jose, Costa Rica
Dra. Denise Tatiane Girardon dos Santos	UNICRUZ, Cruz Alta, RS, Brasil
Dr. Domingos Benedetti Rodrigues	UNICRUZ, Cruz Alta, RS, Brasil
Dr. Edeimar Rotta	UFFS, Cerro Largo, RS, Brasil
Dr. Edivaldo José Bortoleto	UNOCHAPECÓ, Chapecó, SC, Brasil
Dra. Elizabeth Fontoura Dorneles	UNICRUZ, Cruz Alta, RS, Brasil
Dr. Evaldo Becker	UFS, São Cristóvão, SE, Brasil
Dr. Glaucio Bezerra Brandão	UFRN, Natal, RN, Brasil
Dr. Gonzalo Salerno	UNCA, Catamarca, Argentina
Dr. Héctor V. Castanheda Midence	USAC, Guatemala
Dr. José Pedro Boufleuer	UNIJUÍ, Ijuí, RS, Brasil
Dra. Keiciane C. Drehmer-Marques	UFSC, Florianópolis, RS, Brasil
Dr. Luiz Augusto Passos	UFMT, Cuiabá, MT, Brasil
Dra. Maria Cristina Leandro Ferreira	UFRGS, Porto Alegre, RS, Brasil
Dra. Neusa Maria John Scheid	URI, Santo Ângelo, RS, Brasil
Dra. Odete Maria de Oliveira	UNOCHAPECÓ, Chapecó, SC, Brasil
Dra. Rosângela Angelin	URI, Santo Ângelo, RS, Brasil
Dr. Roque Ismael da Costa Güllich	UFFS, Cerro Largo, RS, Brasil
Dra. Salete Oro Boff	ATITUS, Passo Fundo, RS, Brasil
Dr. Tiago Anderson Brutti	UNICRUZ, Cruz Alta, RS, Brasil
Dr. Vantoir Roberto Brancher	IFFAR, Santa Maria, RS, Brasil

Este livro foi avaliado e aprovado por pareceristas *ad hoc*.

SUMÁRIO

PREFÁCIO.....	13
APRESENTAÇÃO	17
INTRODUÇÃO	21
1 CONTRIBUIÇÕES DOS REFERENCIAIS CONCEITUAIS NO CAMPO DE ESTUDOS SURDOS	23
1.1 Conceito de <i>Deaf Gain</i>	24
1.1.1 Sobre os autores do livro	24
1.1.2 A Teoria do <i>Deaf Gain</i>	25
1.1.3 Audismo: A Dominação Ouvintista.....	26
1.1.4 <i>Deaf Gain</i> : A Nova Visão.....	26
1.1.5 Exemplos Históricos do <i>Deaf Gain</i>	28
1.1.5.1 América.....	29
1.1.5.1.1 Laurent Clerc e a fundação da educação surda nos Estados Unidos (1817).....	29
1.1.5.1.2 Universidade Gallaudet (1864): A primeira universidade bilíngue do mundo.....	31
1.1.5.2 África	32
1.1.5.2.1 Andrew Foster (1927-1987): “O Apóstolo dos Surdos na África”	32
1.1.5.2.2 Adamorobe, Gana: A mais antiga Comunidade Surda documentada (1733).....	34
1.1.5.2.3 Pioneiras Sul-Africanas e Líderes Contemporâneos.....	34
1.1.5.3 Ásia	35
1.1.7 Implicações Políticas do <i>Deaf Gain</i>	39
1.2 Conceito de <i>Deafhood</i>	40
1.2.1 Sobre o Autor.....	40

1.2.2 A Teoria do <i>Deafhood</i>	40
1.2.3 Exemplos Históricos do <i>Deafhood</i>	42
1.2.3.1 O renascimento da <i>ASL</i> : William Stokoe (1960)	42
1.2.3.2 <i>Deaf President Now: Gallaudet University</i> (1988) - Uma semana que Mudou a História Surda	42
1.2.4 Manifestações Contemporâneas do <i>Deafhood</i> no Brasil.....	44
1.2.5 <i>Deafhood</i> e saúde mental surda	45
1.2.6 <i>Deafhood</i> Como Jornada Pessoal: narrativas de descoberta	45
1.2.6.1 A Jornada de Carol Padden	45
1.2.6.2 A Jornada de Haben Girma	46
1.2.6.3 A Jornada de Nyle DiMarco	46
1.2.7 <i>Deafhood</i> e Trauma Geracional	47
1.2.7.1 O Ciclo do Trauma	47
1.2.7.2 <i>Deafhood</i> Como Cura.....	48
1.3 Conceito de Surdos Heróis (<i>Deaf Heroes</i>).....	48
1.3.1 Sobre a Autora.....	48
1.3.2 A Teoria dos Surdos Heróis.....	49
1.3.3 Exemplos Históricos de Surdos Heróis	50
1.3.3.1 Ferdinand Berthier (1803-1886): Intelectual, Professor e Organizador Político Surdo	50
1.3.3.2 Biografia e Formação	50
1.3.3.3 Produção Intelectual e Histórica.....	51
1.3.3.4 Organização política e o primeiro movimento surdo organizado.....	51
1.3.3.5 A Primeira Honraria de um Surdo.....	52
1.3.3.6 Resistência Política em Tempos Repressivos.....	53
1.3.3.7 Morte e Legado	53
1.3.4 Ernest Huet (1822-1882), fundador da primeira escola de surdos no Brasil.....	55

1.3.5 I. King Jordan (nascido em 1943), primeiro reitor surdo de Gallaudet	55
1.4 Conceito de Deaf Power	56
1.4.1 Contexto e Referências Teóricas	56
1.4.2 A Teoria do Deaf Power	57
1.4.3 Exemplos Históricos de <i>Deaf Power</i>	58
1.4.3.1 <i>Deaf President Now (DPN) — Gallaudet University (1988)</i>	58
1.4.3.2 A luta contra o implante coclear infantil forçado (décadas de 1990-2000)	59
1.4.3.3 O reconhecimento legal das línguas de sinais ao redor do mundo	60
1.4.4 Manifestações Contemporâneas do Deaf Power no Brasil	60
1.4.4.1 Marchas e Manifestações Surdas	60
1.4.4.2 Ocupação de Espaços Acadêmicos	61
1.4.4.3 Representação Política	61
1.5 Outros conceitos criados pelas comunidades surdas	61
1.5.1 Audismo (<i>Audism</i>)	61
1.5.2 Ouvintismo	62
1.5.3 Linguicismo (<i>Linguicism</i>)	63
1.5.4 Deaf Space (Espaço Surdo)	64
1.5.5 Colonialismo Oral / Colonialismo Linguístico	64
1.5.6 <i>Deaf Time</i> (Tempo Surdo)	65
1.5.7 <i>Usher Deaf</i> (Surdez Usher)	66
1.5.8 Fonocentrismo	66
1.5.9 Surdocegueira e Epistemologia Tátil	67
1.6 Autores surdos internacionais sobre Política Surda	68
1.6.1 Estados Unidos	68
1.6.2 Europa	68
1.6.3 Oceania	69

1.6.4 América Latina	69
1.7 Tabela comparativa entre os cinco conceitos	69
2 CONCEITO DE POLÍTICA SURDA NO BRASIL	73
2.1 Política Surda: Conceitos e Fundamentos de uma Perspectiva Cultural.....	73
2.2 A Trajetória Histórica da Política Surda no Campo Político Nacional.....	76
2.3 Características principais da Política Surda	79
2.3.1 Autonomia e protagonismo surdo.....	80
2.3.2 Valorização da língua de sinais.....	81
2.3.3 Representatividade e liderança surda.....	81
2.3.4 Luta por direitos linguísticos e educacionais	82
2.4 Articulação com políticas sociais e Estado.....	83
2.4.1 Política Linguística	86
2.4.2 Direito Linguístico	86
2.4.3 Acessibilidade Linguística	87
2.5 Revisão Integrativa da literatura.....	87
3 METODOLOGIAS DOS ESTUDOS SURDOS	91
3.1 Tipos de Metodologias de Pesquisa Acadêmica e Científica no Campo de Estudos Surdos.....	92
3.1.1 Pesquisa qualitativa	92
3.1.2 Pesquisa quantitativa	93
3.1.3 Pesquisa mista (quali-quantitativa)	94
3.1.4 Pesquisa Exploratória	95
3.1.5 Pesquisa Descritiva	95
3.1.6 Pesquisa Explicativa.....	96
3.1.6.1 Diferença entre pesquisa descritiva e pesquisa explicativa.....	96
3.1.7 Pesquisa Bibliográfica	97

3.1.8 Pesquisa Documental	97
3.1.9 Estudo de Caso	98
3.1.9.1 Estudo de Caso 1: Sônia Maria de Jesus: trabalho análogo à escravidão e silenciamento linguístico	99
3.1.9.2 Estudo de Caso 2: Funcionário surdo Torturado em supermercado no dia dos surdos	100
3.1.10 Pesquisa de Campo.....	101
3.1.11 Pesquisa-Ação.....	102
3.1.12 Pesquisa Etnográfica	102
3.1.13 Grupo focal.....	103
3.1.14 Pesquisa Biográfica	104
3.2 Aspectos éticos da pesquisa em Libras.....	105
3.3 Justiça Linguística	106
3.4 Princípio epistemológico da pesquisa em estudos surdos.....	107
3.5 Produção de dados por narrativas visuais e registros em vídeo.....	109
3.6 Entrevistas sinalizadas com participantes de outros países	110
3.7 Uso de Sinais Internacionais (<i>International Sign</i>)	111
3.8 Perspectivas futuras e fortalecimento das metodologias nos Estudos Surdos	111
4 DIFERENÇA ENTRE POLÍTICA SURDA E POLÍTICA SOCIAL DO SURDO.....	113
4.1 Política Surda e Política Social do Surdo: disputas de sentido e de lugar do sujeito.....	114
CONCLUSÃO	123
SOBRE OS AUTORES.....	127
REFERÊNCIAS.....	129

PREFÁCIO

Incio com a intenção de dizer que as escritoras e os escritores deste livro, são surdos! Elas e eles escreveram para revelar às instâncias sociais que as ações da política surda abrangem a magnitude da questão da língua de sinais em território brasileiro. A política surda é um trabalho indispensável, necessário, enraizado e radicado no povo surdo. É uma ação, uma construção e uma organização essenciais à existência política do povo surdo. Essa política surda é um impulso para a saída do inclusivismo civilizatório que continua a imperar de forma calamitosa, dificultando os caminhos das políticas surdas. É um impulso para o “ser surdo”, para assumir a diferença, identidade, ou seja: o “*deafhood*”.

Para estas escritoras e escritores a política que o povo surdo vai moldando contribui para a construção de uma identidade linguística e cultural diferenciada. O povo surdo encara a cultura objetivamente e constitui sua política surda legítima e natural assim como acontece a outros povos.

É visível nas páginas que a política surda inicia desde a criança surda, a partir do momento em que ela escolhe seus sinais referenciais como suporte de sua linguagem com a qual vai identificar o mundo, vai construir sua subjetividade e seu *corpus* de conhecimento. Com essa identificação por meio dos sinais, a criança surda aprofunda sua relação com a linguagem para que possa se manifestar em suas necessidades de se comunicar. Está claro que a política surda nasce com a linguagem. Por ela o surdo pretende não só organizar o mundo a seu jeito a fim de torná-lo habitável, mas se utilizar de uma linguagem que lhe permita conhecer e interagir com o mundo.

É notável que elas e eles expliquem que, no mundo dos ouvintes, o que vale é o som, a audição e as palavras pronunciadas de forma clara, audível e que aos surdos o caminho é outro: persistir na busca de palavras visuais, constituídas de modo visual. Assim o povo surdo segue caminhos próprios, organiza sua política surda coletivamente e toma decisões sobre o que é comum à sua diferença, ou seja, à necessidade de linguagem visual.

E as escritoras e os escritores também escreveram o livro para tornar visível a dimensão do ouvintismo e do audismo. A epistemologia desses conceitos compreende que as regras sociais são constituídas a partir de normas de fala e escuta. Ou seja, no mundo atual a política das línguas

orais permanece como regra enquanto as línguas visuais ocupam espaços reduzidos. Consequentemente, os objetivos das políticas para os surdos acabam, muitas vezes, servindo a um inclusivismo civilizatório.

As escritoras e os escritores apresentam, por meio de fatos simples, concretos e tangíveis, uma estrutura profundamente radicalizada, estratificada e marcada, que permite à sociedade ouvinte funcionar da mesma maneira há séculos. Destacam, ainda, que, embora o inclusivismo civilizatório seja uma teoria razoável entre os ouvintes, ele não o é para os surdos. A essa abordagem as escritoras e os escritores somam uma crítica substantiva. É que o epistemicídio vigente de alguns ouvintes e das estruturas sociais repele de forma impetuosa a língua de sinais, considerando-a limitada e a desacredita. Relega, inúmeras vezes, ao apagamento as produções científicas desenvolvidas por intelectuais surdo, revertendo-os à lógica ouvinte. De forma violenta se serve dos espaços políticos surdos e os reverte a seu jeito. Nesse entre lugar, porém, os surdos percebem um autêntico espaço de esclarecimento, capaz de libertar e fortalecer, pois trata-se de um processo doloroso de tradução política e cultural, no qual identificamos quem são nossos aliados, com quem temos sérias diferenças e quem está ao nosso lado na construção política.

E as escritoras e os escritores apontam o quanto é difícil constituir o espaço político surdo voltado à língua visual. A língua visual não é facilmente difundida, sendo frequentemente ignorada, e quase não existem instrumentos que promovam sua implementação entre nós. Do mesmo modo, pouco ou nada se considera acerca da comunicação sensorial, ou seja, a comunicação de outras formas.

E como respondem a uma pergunta sobre a língua de sinais, que tanto martiriza e obriga os surdos a inúmeras lutas políticas? O problema não está na estrutura da língua de sinais. O problema reside no fato de que os ouvintes não conseguem transmitir suas informações aos surdos por meio de uma linguagem equivalente àquela utilizada pelos próprios surdos. Isso ocorre porque o português e as demais línguas orais não possuem a mesma estrutura da língua de sinais.

Por essa razão, os ouvintes muitas vezes não conseguem ensinar ao surdo com a mesma clareza com que os próprios surdos ensinam entre si. Em qualquer situação, uma linguagem clara é essencial. É verdade que a língua de sinais se apresenta de forma mais clara para o sujeito surdo, pois nela está presente a pedagogia surda, por meio da qual ele aprende.

A pedagogia surda representa o modo próprio de aprendizagem do sujeito surdo e evidencia seus vínculos com a cultura surda. Ela se assemelha a uma leitura agradável em plena luz do dia. O compartilhamento de saberes entre surdos constitui uma das características essenciais da cultura surda.

Compreendem as escritoras e os escritores surdos que alguns ouvintes têm conseguido contribuir com o povo surdo na construção de políticas linguísticas, especialmente no campo das leis, da formação de intérpretes, dos cursos universitários, entre outros. Muitas conquistas foram alcançadas em conjunto com ouvintes. De forma solidária, eles atuam nas políticas dos surdos, constituídas coletivamente entre surdos e ouvintes.

Entretanto, quando os ouvintes preferem direcionar sozinhos nossas políticas linguísticas, acabam induzindo ao bilinguismo e ao inclusivismo civilizatório. A linguagem bilíngue, muitas vezes, não se apresenta de forma clara para os surdos. A linguagem surda diferencia-se da linguagem bilíngue. A língua de sinais não é uma língua bilíngue, mas uma língua com estrutura própria. Por isso, as escritoras e os escritores defendem que as políticas voltadas aos surdos sejam construídas em conjunto com os próprios surdos.

As escritoras e os escritores também mostram que os surdos protagonistas são políticos por excelência. É possível perceber o quanto os sujeitos que assumem protagonismo político surdo difundem reflexões sobre a realidade atual e amparam aqueles que se encontram vulneráveis ao inclusivismo civilizatório e ao bilinguismo.

Esses sujeitos vulneráveis muitas vezes saem das escolas com pouca formação, mal sabem ler, ingressam no mercado de trabalho com mínimas possibilidades de ascensão, casam-se entre si por questões práticas, constituem suas associações e continuam sendo vistos como “aqueles que não importam”, os que devem ser deixados à margem.

Para as autoras e os autores surdos, os protagonistas pertencem a um segundo grupo: um grupo mais consciente, que constrói uma política articulada e investe na língua de sinais por meio da criação de leis, sinais convencionais, pesquisas científicas, formação de professores, cursos universitários, estudos sobre aquisição linguística, inserção no espaço acadêmico, atuação de intérpretes, educação em língua de sinais e tecnologias visuais.

As autoras e os autores têm demonstrado o quanto as políticas construídas vêm promovendo mudanças. A política surda, no espaço linguístico, não pode parar; deve fortalecer-se no interior do povo surdo. Ela é essencial para ocupar nossos espaços e negociar, nos entrelugares, nossa forma de vida e nosso modo de ser, aprender, existir e nos subjetivarmos por meio de nossa língua visual.

Gladis Perlin

Porto Alegre, 22 de maio de 2026.

APRESENTAÇÃO

O livro *Política Surda* oferece uma contribuição valiosa e significativa para o campo das políticas voltadas às comunidades surdas, especialmente no que se refere às políticas públicas destinadas às comunidades surdas brasileiras. Pesquisadores e autores surdos e ouvintes apresentam diferentes perspectivas conceituais em âmbito global. A obra convida o leitor à reflexão e à compreensão dos diversos contextos em que se constituem as políticas das comunidades surdas, evidenciando como esses processos se articulam com questões de identidade, poder, cidadania e direitos humanos.

Seus autores, tanto nacionais quanto internacionais, partindo de diferentes perspectivas teóricas e intersubjetividades, buscam compreender a viabilidade social e cultural das políticas em seus respectivos países, contribuindo para a construção e consolidação de referenciais conceituais. Entre os diversos aspectos abordados, destaca-se o reconhecimento da língua de sinais como elemento fundamental. Ao mesmo tempo, evidenciam que há experiências comuns vivenciadas pela população surda em diferentes partes do mundo.

Além disso, a obra contribui para a formação crítica de pesquisadores, estudantes e profissionais da área, ao problematizar as relações entre Estado, instituições e movimentos sociais surdos. Ao trazer múltiplas vozes e experiências, o livro fortalece a compreensão de que as comunidades surdas são protagonistas na construção de suas próprias políticas e na defesa de seus direitos.

Esta obra também resulta do envolvimento de autores surdos brasileiros que se dedicaram ao estudo, à discussão e à análise das realidades vivenciadas em diferentes países. Observa-se que, em muitos contextos, ainda não existe uma definição conceitual específica de Política Surda, sendo o tema frequentemente tratado de forma geral, em conexão com diferentes áreas. Nesse sentido, o livro contribui para a construção e consolidação de um conceito mais específico de Política Surda no Brasil.

O primeiro capítulo, intitulado *Contribuições dos referenciais conceituais no campo dos Estudos Surdos*, tem como objetivo apresentar autores internacionais e nacionais, bem como suas mini biografias e perspectivas teóricas. O capítulo busca favorecer a compreensão de

conceitos fundamentais no campo dos estudos surdos em perspectiva global.

O capítulo também aborda a tradução e a adaptação de termos oriundos de línguas estrangeiras para a língua portuguesa, respeitando suas especificidades conceituais e culturais. Esse processo contribui para ampliar o acesso ao conhecimento e fortalecer a produção acadêmica no contexto brasileiro, possibilitando uma melhor compreensão e apropriação desses conceitos no âmbito das políticas e da cultura surda.

Já o capítulo intitulado *Conceito de Política Surda no Brasil*, apresenta a definição específica e os fundamentos dessa perspectiva no contexto cultural brasileiro. As autorias analisam as principais características da Política Surda, evidenciando sua relação com a valorização da língua de sinais, da identidade surda e das práticas culturais próprias da comunidade.

Além disso, o capítulo discute como a política surda se articula com as políticas públicas e os direitos linguísticos, destacando os desafios e avanços no cenário nacional. Dessa forma, contribui para a consolidação de um referencial teórico mais consistente no Brasil, fortalecendo o reconhecimento da comunidade surda como sujeito político e cultural.

O terceiro capítulo, intitulado *Metodologias dos Estudos Surdos*, apresenta reflexões sobre como utilizar a metodologia dos estudos surdos em pesquisas acadêmicas e na produção de trabalhos científicos. As autorias discutem as abordagens que valorizam a perspectiva da comunidade surda, considerando suas especificidades linguísticas, culturais e sociais.

O capítulo também evidencia desafios ainda presentes nesse campo, como a escassez de materiais teórico-metodológicos consolidados e a necessidade de aprofundamento na construção de pesquisas que tenham a língua de sinais como eixo central. Nesse sentido, destaca-se a importância de desenvolver métodos mais recentes e adequados, que contemplem a língua de sinais não apenas como objeto de estudo, mas também como meio legítimo de produção de conhecimento.

Dessa forma, o capítulo contribui para o fortalecimento de práticas investigativas no campo das línguas de sinais, incentivando a ampliação e a qualificação das pesquisas nos estudos surdos.

Já o capítulo *Diferença entre Política Surda e Política Social do Surdo* explica as distinções teóricas e conceituais entre esses dois campos, evidenciando suas especificidades e implicações. As autorias destacam as diferenças significativas entre ambas as abordagens, contribuindo para

uma compreensão mais aprofundada desses termos no âmbito das políticas públicas.

Para finalizar, a construção da Política Surda no Brasil, considerando seus avanços e perspectivas de consolidação, é discutida por nossos autores, que apontam caminhos para o reconhecimento, a consolidação e o fortalecimento dessa política, evidenciando a necessidade de transformações nos âmbitos político, sociocultural e econômico.

Por fim, esta obra dirige-se a leitores diversos, incluindo pesquisadores, estudantes, profissionais e membros das comunidades surdas, bem como a todos aqueles interessados nas relações entre linguagem, cultura e política. Trata-se de um convite à reflexão crítica e ao engajamento na construção de uma sociedade mais inclusiva, que reconheça e valorize a diversidade linguística e cultural.

INTRODUÇÃO

A Política Surda se constrói no cotidiano: na língua, no acesso, na educação e na cultura. Refletir é resistir, e lideranças surdas são essenciais para ocupar espaços de decisão e produzir conhecimento (Clarissa Guerretta, 2026).

Um grupo de doutores e doutorandos surdos brasileiros elaborou um livro que apresenta a noção de *Política Surda*, abordando seu conceito, objeto de pesquisa, metodologia, entre outros aspectos relevantes. A obra constitui uma valiosa contribuição para acadêmicos e pesquisadores surdos e surdocegos em todos os níveis do ensino superior, abrangendo desde a graduação até os programas de pós-graduação, como especialização, mestrado e doutorado. Além disso, oferece uma contribuição sólida para as comunidades surdas e surdocegas, sendo fundamental para a compreensão das raízes das lutas por direitos sociolinguísticos, culturais e educacionais das pessoas surdas e surdocegas no Brasil. Essas lutas não se limitam ao reconhecimento formal de direitos, mas envolvem processos contínuos de resistência, afirmação identitária e produção de conhecimento.

Mais do que um conjunto de reivindicações pelo reconhecimento da língua de sinais como língua própria e direito linguístico fundamental, nesta obra, alguns representantes do povo surdo revelam como as comunidades surdas e surdocegas se organizam social e politicamente ao longo do tempo, protagonizando ações coletivas que desafiam o apagamento cultural imposto por políticas ouvintistas. Propõe uma visão em que os sujeitos surdos e surdocegos são protagonistas de seus próprios processos de transformação social, educacional, cultural e linguística, não como pessoas com deficiência a serem corrigidas, mas como sujeitos que buscam criar condições para o exercício pleno da cidadania surda.

Ao sistematizar a categoria Política Surda, a obra apresenta fundamentos teóricos, objeto de pesquisa e diretrizes metodológicas, oferecendo suporte ao desenvolvimento teórico e prático de Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC), monografias de especialização, dissertações de mestrado e teses de doutorado. Dessa forma, a obra se insere no campo dos Estudos Surdos como uma proposta de sistematização teórica e política. O

livro sintetiza estudos que vêm consolidando esse campo de investigação como robusto e estratégico em diferentes linhas de pesquisa.

Além do texto escrito, a obra oferece uma série de vídeos em Libras, nos quais entrevistadores e pesquisadores surdos e surdocegos são protagonistas das próprias políticas surdas, sinalizando suas perspectivas, lutas e expectativas em relação à garantia dos direitos sociais dos surdos em várias esferas sociais: educação, saúde, cultura, esporte, justiça, entre outros. Todo esse conteúdo audiovisual está disponível no *YouTube* do próprio livro *Política Surda* e pode ser acessado diretamente ao longo da obra, ampliando o alcance e a compreensão dos temas abordados.

Como destaca a formulação recente da Política Surda, trata-se de um conceito ainda em construção; embora não existisse anteriormente de forma sistematizada, as pessoas surdas e surdocegas sempre estiveram envolvidas em movimentos sociais e na luta por seus direitos enquanto cidadãos(as) ativos(as). Tradicionalmente, os estudos em política têm focalizado temas como sistemas políticos, instituições públicas e privadas, cidadania, cultura política, atores sociais, valores democráticos, entre outros. Nesse cenário, a *Política Surda* surge como uma proposta que articula essas dimensões ao contexto específico das comunidades surdas.

Esta obra oferece um guia simples para que líderes, educadores, estudantes e ativistas entendam os principais desafios e saibam como agir para transformá-los em oportunidades de avanço. Assim, o livro não apresenta apenas conceitos, mas também propõe reflexões que contribuem para o fortalecimento da *Política Surda* enquanto campo de estudo e prática social. Trata-se de uma construção coletiva, desenvolvida por diversos pesquisadores e ativistas surdos, surdocegas e ouvintes que atuam nos campos da Educação de Surdos, dos Estudos Surdos e das Políticas Públicas para Surdos.

Capítulo 1

CONTRIBUIÇÕES DOS REFERENCIAIS CONCEITUAIS NO CAMPO DE ESTUDOS SURDOS

Quando mexem em nossas raízes surdas,
ecoa em todas as comunidades.
Somos tronco, folha e futuro de uma mesma árvore.
(Clarissa Guerretta, 2026).

O campo dos Estudos Surdos internacionais tem sido enriquecido por um conjunto robusto de conceitos que deslocam a surdez do paradigma clínico-patológico para uma perspectiva sociocultural, linguística e política. O presente capítulo apresenta quatro contribuições conceituais fundamentais: *Deaf Gain*, *Deafhood*, *Deaf Heroes* e *Deaf Power* que, articuladas, compõem os alicerces teóricos sobre os quais se sustenta a noção de Política Surda desenvolvida neste livro.

Cada conceito é apresentado a partir de seus autores fundadores, acompanhado de uma minibiografia que situa o leitor no contexto acadêmico e militante de cada formulação, seguida pela exposição da teoria e de suas implicações para as comunidades surdas no Brasil e no mundo.

Além dos cinco conceitos centrais, este capítulo também apresenta contribuições teóricas adicionais criadas por pesquisadores surdos e pelas próprias comunidades surdas ao redor do mundo, o que demonstra a riqueza epistemológica da produção intelectual surda e sua capacidade de produzir categorias analíticas próprias para compreender e transformar a realidade.

1.1 Conceito de *Deaf Gain*

Ser surdo não é uma perda, é um ganho para a humanidade.
(Bauman & Murray, 2014)



Sinal de *Deaf Gain* - ASL (*American Sign Language*)

1.1.1 Sobre os autores do livro

Apresentam-se, a seguir, minibiografias dos autores, bem como suas obras, referências conceituais e a base teórica que fundamenta suas contribuições em nível global.



H-Dirksen L. Bauman

Professor de *ASL* e *Deaf Studies* — *Gallaudet University*, Washington, D.C.

H-Dirksen Bauman é professor de Língua Americana de Sinais (*ASL*) e Estudos Surdos na Universidade Gallaudet, em Washington, D.C. É editor, documentarista e uma das figuras centrais no campo dos Estudos Surdos internacionais, é um dos idealizadores do conceito de *Deaf Gain*. Suas pesquisas questionam os pressupostos audistas que historicamente enquadraram a surdez como ausência e propõem um reposicionamento epistemológico da experiência surda como diversidade cognitiva e cultural. Bauman também é conhecido por seu trabalho sobre *Deaf Space* (Espaço Surdo), que explora como o design arquitetônico pode ser otimizado para a experiência visual surda.



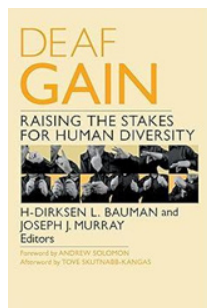
Joseph J. Murray

Professor de *ASL e Deaf Studies*, *Gallaudet University* | Doutor em História, Universidade de Iowa (2007)

Joseph J. Murray é professor de Língua Americana de Sinais (ASL) e Estudos Surdos na *Gallaudet University* e figura central nos Estudos Surdos internacionais. Doutor em História pela Universidade de Iowa (2007), é coautor do conceito *Deaf Gain* e é uma referência nos debates sobre história e identidade cultural surda em perspectiva transnacional. Murray também é conhecido por suas pesquisas sobre políticas linguísticas para comunidades surdas e por sua atuação na *World Federation of the Deaf (WFD)*.

1.1.2 A Teoria do *Deaf Gain*

Bauman e Murray (2014) introduziram o conceito de *Deaf Gain* em sua obra coletiva *Deaf Gain: Raising the Stakes for Human Diversity*, publicada pela *University of Minnesota Press*. O conceito propõe uma inversão paradigmática fundamental: em vez de compreender a surdez como ‘perda auditiva’ (*hearing loss*), os autores argumentam que ser surdo representa um ganho (*gain*) para a diversidade humana.



O *Deaf Gain* sustenta que as comunidades surdas desenvolveram, ao longo de sua história, formas únicas de percepção visual, criatividade espacial, línguas de sinais ricamente estruturadas e modos de estar no mundo que enriquecem o patrimônio cognitivo e cultural da humanidade como um todo. As línguas de sinais, as artes visuais surdas, a narrativa visual em língua gestual e as formas colaborativas de construção comunitária são exemplos concretos de ganhos derivados da experiência surda.

Essa reconfiguração conceitual possui implicações políticas diretas: se a surdez é um ganho e não uma perda, as políticas voltadas às pessoas surdas não devem ter como horizonte a correção ou normalização auditiva, mas o reconhecimento, a valorização e a potencialização das competências visuais e linguísticas das comunidades surdas. O *Deaf Gain* fundamenta, portanto, a reivindicação por uma educação bilíngue de qualidade, pelo reconhecimento das línguas de sinais como patrimônio linguístico e pela presença das pessoas surdas nos espaços de decisão política e cultural.

Deaf Gain: A surdez como ganho cognitivo, linguístico e cultural para a diversidade humana, e não como ausência ou déficit a ser corrigido.

Francielle Cantarelli Martins, pesquisadora surda brasileira, defendeu em 2013 uma dissertação pioneira que analisou os discursos de sujeitos surdos sobre três conceitos fundamentais: audismo, *Deaf Gain* e surdismo. Sua pesquisa aproxima-se “de autores do campo dos Estudos Surdos, procurando articular discussões acerca dos conceitos aqui abordados aos conceitos de relações de poder e resistência, associados à perspectiva de Michel Foucault” (Martins, 2013, p.9).

Nesse sentido, o conceito de *Deaf Gain* contribui diretamente para a construção da Política Surda, ao reforçar a valorização da experiência surda como elemento central na formulação de políticas e práticas sociais.

1.1.3 Audismo: A Dominação Ouvintista

Martins explica que o termo audismo foi criado em 1975 por Tom L. Humphries, professor surdo americano da Universidade Gallaudet, e posteriormente ampliado por Harlan Lane em 1992. Segundo Lane, citado por Martins (2013, p.59), “Audismo é a forma de dominação dos ouvintes, reestruturando e exercendo a autoridade sobre a comunidade surda”.

A autora destaca que “havia apenas uma frase que era comentada entre a comunidade surda: ‘Ouvintismo é como ouvintes dominam surdos, surdos precisam copiar a identidade ouvinte’. Mas não sabíamos nenhum detalhe sobre esse termo, nem quando surgiu, nem mesmo quem o elaborou” (Martins, 2013, p.55).

1.1.4 *Deaf Gain*: A Nova Visão

Em contraposição ao discurso da falta, Martins apresenta o conceito de *Deaf Gain*, desenvolvido por H-Dirksen Bauman e Joseph J. Murray a partir de 2009. A autora utiliza a metáfora do copo: “O copo está metade cheio ou metade vazio? [...] acreditar que o copo está metade vazio significa perceber a falta, como a falta de audição, a deficiência [...] Já a ideia de ver o copo meio cheio de água significa enxergar o sujeito surdo com sua língua, com o respeito da sociedade, sendo valorizado pelo que tem e não discriminado pelo que falta” (Martins, 2013, p.78).

Segundo Bauman e Murray (2010), citados por Martins (2013, p.80), *Deaf Gain* é definido como “um reenquadramento do conceito de ‘surdez’ para uma forma de diversidade sensorial e cognitiva, com o potencial de contribuir para o bem maior da humanidade”.

Martins descreve três dimensões do *Deaf Gain*: Cognitivo (capacidades visuais-espaciais superiores), Criativo (literatura surda, adaptações visuais) e Cultural (transnacionalismo, comunidade surda global).

Apresentamos uma tabela comparativa entre Audismo e Deaf Gain, de acordo com Martins (2013):

Aspecto	Audismo	<i>Deaf Gain</i>
Conceito	Forma de dominação dos ouvintes sobre surdos; sistema de opressão baseado na capacidade de ouvir	Reenquadramento da surdez como diversidade sensorial e cognitiva com potencial de contribuir para a humanidade
Autores principais	Tom Humphries (1975/1977), Harlan Lane (1992), H-Dirksen Bauman (2004), Carlos Skliar (Brasil, 1998)	H-Dirksen Bauman e Joseph J. Murray (2009), Aaron Williamson, Peter Hauser (2007)
Definição Central	“Audismo é a forma de dominação dos ouvintes, reestruturando e exercendo a autoridade sobre a comunidade surda” (Lane, 1992, p.52 apud Martins, 2013)	“Reenquadramento do conceito de ‘surdez’ para uma forma de diversidade sensorial e cognitiva, com o potencial de contribuir para o bem maior da humanidade” (Bauman & Murray, 2010 apud Martins, 2013)
Foco Principal	Denúncia da opressão ouvintista: normalização, oralismo, controle institucional, medicalização	Afirmação positiva da experiência surda: capacidades cognitivas visuais, criatividade, contribuições culturais
Objetivo Político	Combate à normalização audista; reconhecimento da diferença surda; fim da benevolência paternalista	Valorização das contribuições surdas; epistemologia visual; resistência ao discurso da falta/ deficiência

Relação com Poder	Poder ouvinte sobre surdo; biopoder; normalização compulsória	Empoderamento surdo; resistência através da afirmação de capacidades
Temporalidade	Histórico: desde Congresso de Milão (1880) até práticas contemporâneas	Contemporâneo: século XXI, nova perspectiva epistemológica
Três Dimensões	—	Cognitivo (capacidades visuais-espaciais), Criativo (literatura, arte surda), Cultural (comunidade, transnacionalismo)
Três Aspectos	—	<i>Deaf Benefit</i> (ganho surdo), <i>Deaf Contribute</i> (contribuição surda), <i>Deaf Increase</i> (crescimento surdo)
Exemplo prático	Proibição da língua de sinais, oralismo forçado, controle médico, implante coclear compulsório	Capacidade visual periférica superior, facilidade de comunicação transnacional entre surdos de países diferentes, criatividade viso-espacial

Fonte: Elaborados pelos autores (2026).

Martins conclui que “os termos estudados nesta dissertação podem ser utilizados em várias áreas, como na educação de surdos. São termos capturados nas experiências de sujeitos surdos, que narram sobre seus processos de construção de identidades e cultura surda, quando participam do movimento surdo e lutam pelos seus direitos” (Martins, 2013, p.9).

Sua contribuição é fundamental para a epistemologia surda brasileira, ao documentar como comunidades surdas nomeiam suas experiências de opressão (audismo) e empoderamento (*Deaf Gain*)

1.1.5 Exemplos Históricos do *Deaf Gain*

A história das comunidades surdas está repleta de exemplos concretos que ilustram o conceito de *Deaf Gain*, e demonstram como a experiência visual surda produziu inovações e contribuições únicas para

a sociedade. A seguir, apresentam-se exemplos históricos que ilustram, de forma concreta, os princípios do *Deaf Gain*.

1.1.5.1 América

1.1.5.1.1 Laurent Clerc e a fundação da educação surda nos Estados Unidos (1817)

A trajetória de Laurent Clerc começa em *La Balme-les-Grottes*, uma pequena vila nos Alpes franceses, onde nasceu em 26 de dezembro de 1785. Aos dois anos de idade, sofreu um acidente doméstico que resultou em surdez profunda e uma cicatriz permanente em seu rosto, marcas que, conforme relataria posteriormente e foram interpretadas como “bênçãos disfarçadas” que o conduziram ao seu destino.

Em 1797, aos doze anos, Clerc foi enviado ao *Institut National de Jeunes Sourds de Paris*, fundado pelo Abade Charles-Michel de l'Épée em 1760. Nesse espaço, pela primeira vez, entrou em contato com outras crianças surdas. O impacto foi significativo. Em suas memórias, Clerc descreve a experiência afirmando que “Foi como se eu tivesse nascido novamente. Pela primeira vez, eu não estava sozinho. Pela primeira vez, havia uma língua que fluía naturalmente de meus dedos e olhos.”

Na escola, Clerc destacou-se como um estudante brilhante. Aprendeu não apenas a Língua de Sinais Francesa, mas também latim, grego, francês escrito, matemática, história e geografia. Aos dezenove anos, Clerc tornou-se professor assistente na mesma instituição. Sua capacidade pedagógica era notável, pois desenvolveu métodos visuais de ensino que permitiam que crianças surdas aprendessem conceitos abstratos complexos sem nunca ouvir uma palavra.

Em 1816, Thomas Hopkins Gallaudet, um ministro presbiteriano de *Hartford, Connecticut*, viajou à Europa em busca de métodos para educar sua vizinha surda, Alice Cogswell. Na Grã-Bretanha, encontrou resistência: as instituições oralistas britânicas recusaram-se a compartilhar seus métodos (que consistiam em treinar surdos a articular sons sem compreensão real). Frustrado, Gallaudet viajou a Paris, onde conheceu Clerc.

Esse encontro foi decisivo para a história da educação de surdos dos Estados Unidos. Gallaudet ficou impressionado ao ver salas de aula cheias de crianças surdas aprendendo em língua de sinais, discutindo filosofia,

recitando poesia, resolvendo problemas matemáticos complexos, tudo sem uma palavra falada. Ele convidou Clerc para ir aos Estados Unidos e fundar a primeira escola permanente para surdos do país.

Clerc tinha trinta e um anos, possuía uma carreira estabelecida em Paris, além de manter vínculos familiares e sociais consolidados. A decisão de cruzar o Atlântico em um navio a vela, deixar tudo para trás e deslocar-se para um país cuja língua ele não conhecia era extraordinária. No entanto, Clerc aceitou. Sua motivação, como ele explicou em cartas, era a crença de que crianças surdas americanas mereciam o que ele teve: educação, comunidade, dignidade.

A viagem de cinquenta e dois dias através do Atlântico, em 1816, tornou-se um episódio referenciado na historiografia da educação de surdos. Gallaudet e Clerc passaram o tempo ensinando-se mutuamente: Gallaudet aprendeu Língua de Sinais Francesa, Clerc aprendeu inglês escrito. Quando o navio atracou em Nova York, Clerc já havia planejado todo o currículo da escola que iriam fundar.

Em abril de 1817, a *Connecticut Asylum for the Education and Instruction of Deaf and Dumb Persons* (hoje *American School for the Deaf*) abriu suas portas com sete alunos, incluindo Alice Cogswell. Clerc atuou como professor na instituição por quarenta e um anos, até 1858. Durante esse tempo, ele treinou a primeira geração de professores surdos americanos, estabeleceu a Língua de Sinais Americana (que emergiu da mistura de LSF com sinais locais já usados por surdos americanos), e transformou a educação surda nos Estados Unidos.

Seus ex-estudantes fundaram escolas em *Ohio, Kentucky, Virgínia, Indiana, Illinois, Wisconsin* e outros estados. Em 1864, quando a Universidade Gallaudet foi fundada, era dirigida pelo filho de Thomas Hopkins Gallaudet e contava com professores surdos formados na tradição pedagógica de Clerc.

Clerc casou-se com Eliza Boardman, uma de suas ex-estudantes surdas, e tiveram seis filhos (todos ouvintes). Ele morreu em 1869, aos oitenta e quatro anos, tendo testemunhado a criação de dezenas de escolas surdas nos Estados Unidos e a formação de uma vibrante comunidade surda americana. Seu legado é considerado importante: sem Laurent Clerc, a *ASL* talvez não existisse como conhecemos, a educação surda americana teria seguido o caminho oralista britânico, e a cultura surda americana seria radicalmente diferente.

Clerc é herói não apenas por sua competência pedagógica, mas por sua coragem. Ele deixou tudo que conhecia para atravessar um oceano e educar crianças que ele nunca havia encontrado, em um país cuja língua ele não falava, movido apenas pela convicção de que crianças surdas mereciam o que ele teve: educação em sua própria língua.

1.1.5.1.2 Universidade Gallaudet (1864): A primeira universidade bilíngue do mundo

Embora a Universidade de Gallaudet tenha sido fundada em 1864, um dos episódios mais marcantes da história da educação surda ocorreu posteriormente, em setembro de 1880, cento e sessenta e quatro delegados reuniram-se em Milão, Itália, para o Segundo Congresso Internacional de Educação de Surdos. Apenas um delegado era surdo: James Denison, professor surdo americano. Ele não teve direito a voto.

O congresso foi dominado por educadores ouvintes europeus, muitos deles ligados à Igreja Católica e à medicina. O objetivo declarado era “discutir métodos educacionais”. O objetivo verdadeiro era terminar com a língua de sinais.

No dia 6 de setembro, após três dias de apresentações tendenciosas que retratavam a língua de sinais como “primitiva”, “não verdadeira linguagem” e “prejudicial ao desenvolvimento intelectual”, o congresso votou oito resoluções. A mais devastadora:

“Considerando a incontestável superioridade da fala sobre sinais ao restaurar o surdo-mudo à sociedade e dar-lhe um conhecimento mais perfeito da língua, o Congresso declara que o Método Oral deve ser preferido ao dos sinais para a educação e instrução de surdos-mudos.”

A votação foi uma farsa. Delegados surdos não podiam votar. Delegados americanos (que representavam escolas bilíngues bem-sucedidas) foram ignorados. A decisão foi feita por homens ouvintes que nunca haviam sido surdos, nunca haviam aprendido uma língua de sinais e, em muitos casos, nunca haviam sequer conhecido uma pessoa surda.

As consequências foram negativas para a educação de surdos. Em toda a Europa e, gradualmente, nos Estados Unidos, professores surdos foram demitidos em massa. Crianças surdas foram proibidas de usar língua de sinais nas escolas, aquelas que “desobedeciam” tinham suas mãos amarradas ou recebiam castigos físicos. O objetivo pedagógico tornou-se

singular: fazer surdos articularem sons, mesmo que levasse anos e mesmo que a criança não compreendesse o que estava falando.

O período entre 1880 e 1980 é conhecido na história surda como os “cem anos de oralismo” ou “os anos escuros”. A educação surda regrediu dramaticamente. Pesquisas posteriores demonstraram que surdos educados antes de 1880 (com língua de sinais) tinham alfabetização superior, níveis educacionais mais altos e melhores empregos do que os surdos educados entre 1880 e 1980 (sob oralismo puro).

Mas a resistência nunca cessou. Mesmo durante os anos mais repressivos, comunidades surdas mantiveram suas línguas de sinais vivas, em associações de surdos, clubes sociais, igrejas surdas e reuniões familiares. Crianças surdas ensinavam língua de sinais umas às outras secretamente nos dormitórios das escolas. Adultos surdos reuniam-se em associações onde podiam finalmente “falar” livremente.

Essa resistência pode ser compreendida como uma manifestação do conceito *Deafhood* em ação: a recusa em aceitar a narrativa ouvinte de que a língua de sinais era inferior ou prejudicial. Comunidades surdas sabiam, por experiência própria, que língua de sinais era sua língua natural, e nenhuma resolução de congresso poderia apagar isso.

Em 1960, quando William Stokoe publicou a primeira análise linguística científica da *ASL*, demonstrando que era uma língua plena, comunidades surdas responderam: “Nós já sabíamos disso. Estávamos apenas esperando que vocês percebessem.”

O Congresso de Milão foi finalmente repudiado em 2010, no Congresso Internacional de Educação de Surdos em Vancouver. Representantes do congresso apresentaram um pedido formal de desculpas pelo “oralismo puro” imposto em 1880 e reconheceram que a decisão causou “um século de negação linguística e abuso educacional”. Foi uma vitória simbólica importante, mas chegou 130 anos tarde demais para as gerações de crianças surdas que sofreram sob o oralismo.

1.1.5.2 África

1.1.5.2.1 Andrew Foster (1927-1987): “O Apóstolo dos Surdos na África”

Andrew Foster é reconhecido como o pai da educação surda na África. Como primeiro negro surdo a graduar-se em *Gallaudet College*

(agora *Gallaudet University*), Foster tornou-se uma figura importante na história surda em perspectiva global.

A trajetória de Andrew Foster constitui um marco fundamental na história da educação de surdos em perspectiva internacional. Em 1954, concluiu sua graduação na *Gallaudet University*, tornando-se o primeiro afro-americano surdo a obter o grau de bacharel na instituição. Esse feito representou não apenas uma conquista pessoal, mas também um importante marco simbólico na luta por acesso à educação superior e reconhecimento da intelectualidade surda negra.

Em 1956, fundou, nos Estados Unidos, a *Christian Mission for Deaf Africans*, organização voltada à promoção da educação e do apoio às comunidades surdas no continente africano. No ano seguinte, em 1957, coincidindo com a independência de Gana, Foster viajou para Accra, dando início a um trabalho pioneiro de expansão educacional.

Entre 1957 e 1986, sua atuação resultou na fundação de trinta e uma escolas para surdos em treze países africanos, o que consolidou uma trajetória histórica de impacto social, educacional e político. Sua atuação foi decisiva para a institucionalização da educação de surdos em diferentes contextos africanos, articulando língua, cultura e acesso ao ensino como pilares para a emancipação das comunidades surdas.

Quando Foster chegou à África em 1957, encontrou apenas doze escolas voltadas à educação de surdos em todo o continente africano. Gana, especificamente, não tinha nenhum programa, nenhuma escola e nenhum professor para pessoas surdas. Um número desconhecido de crianças surdas eram iletradas, sem acesso a línguas estruturadas e em condição de isolamento social.

Foster estabeleceu a primeira escola para surdos em Gana, sendo também a primeira da região a utilizar formas de comunicação manual. Ele introduziu *American Sign Language (ASL)* no contexto africano, embora também respeitasse e incorporasse sinais indígenas locais.

Sua filosofia educacional, conhecida como “*Total Communication*” (Comunicação Total), enfatizava fortemente a importância da língua de sinais, em oposição a abordagens que priorizavam exclusivamente a oralização. Muitos dos estudantes que Foster educou retornaram às suas aldeias natais e educaram outras crianças surdas, contribuindo para a disseminação da ideia de que crianças surdas podem e devem ter acesso à educação. Ele treinou toda uma geração de líderes surdos africanos.

Foster morreu em 1987, no entanto, seu impacto permanece visível em todos os treze países onde estabeleceu escolas. Atualmente, a educação de surdos em grande parte da África Subsaariana apresenta influências de sua atuação.

Países onde Foster fundou escolas: Gana, Nigéria, Costa do Marfim, Togo, Chad, Senegal, Benin, Camarões, República Centro-Africana, Zaire (atual RDC), Burundi, Ruanda, Gabão.

1.1.5.2.2 Adamorobe, Gana: A mais antiga Comunidade Surda documentada (1733)

Adamorobe é uma aldeia em Gana que possui uma das mais antigas comunidades surdas documentadas no mundo. Segundo Okyere & Addo (1994), a data de 1733, marca o início da “coexistência” de pessoas surdas e ouvintes em Adamorobe.

Nancy Frishberg (1987) relata que o chefe e anciãos “indicam que Adamorobe pode ter sido estabelecida há 200 anos. Pessoas surdas estão lá desde que qualquer um se lembra.” Frishberg observa que *Adamorobe Sign Language (AdaSL)* é, portanto, “uma língua de sinais surda tradicional, possivelmente com uma história tão longa quanto a Língua de Sinais Francesa ou *ASL*.”

Esse dado é relevante, pois indica que: uma língua de sinais africana indígena potencialmente tão antiga quanto LSF, desenvolvida de forma independente de influências europeias ou americanas.

Nesse sentido, Adamorobe demonstra que comunidades surdas e línguas de sinais existiram na África muito antes da colonização europeia ou missões americanas. É evidência de epistemologia surda africana autóctone.

1.1.5.2.3 Pioneiras Sul-Africanas e Líderes Contemporâneos

- Bridget Lynne (1874): Mulher surda irlandesa que fundou o *Grimley Institute* em *Cape Town*, primeira escola para surdos na África do Sul. Sua fundação demonstra tanto liderança surda feminina quanto influência *Irish Sign Language* na região.
- Tommy Motswai: Artista surdo sul-africano amplamente reconhecido. Escolhido como *Standard Bank Artist of the Year*

durante o *Grahamstown Arts Festival*. Realizou exposições em âmbito nacional e internacional. Representa excelência artística surda no continente.

- Kunle Adegboye: CEO da Morayo Communications na Nigéria. Sendo considerado uma referência para jovens nigerianos. Sua frase: “*Disability is in the mind*” (A deficiência está na mente). Liderança surda empresarial africana.
- Claudia Gordon: Primeira advogada negra surda. Embora afro-americana de origem caribenha, representando avanços significativos na trajetória de mulheres negras surdas em âmbito global.

1.1.5.3 Ásia

A história da educação e das comunidades surdas no Japão e na Rússia revela processos de resistência linguística, valorização das línguas de sinais e enfrentamento ao oralismo historicamente imposto.

No Japão, Tashiro Furukawa é reconhecido como o fundador da educação surda japonesa ao criar, em 1878, a primeira escola para surdos em Kyoto. Diferentemente da tendência europeia, que caminhava para o oralismo após o Congresso de Milão (1880), Furukawa valorizou a comunicação visual natural das crianças surdas e contribuiu para o estabelecimento das bases da *Japanese Sign Language (JSL)* como língua estruturada. Outros pioneiros, como Yamao Yōzō e Fukuzawa Yukichi, também contribuíram para o desenvolvimento da educação surda.

A história da *JSL* passou por períodos de repressão, especialmente com a influência do oralismo e da leitura labial, mas houve avanços importantes, como a criação da *Japanese Federation of the Deaf* em 1947, a publicação de materiais padronizando a língua de sinais e o reconhecimento legal da língua de sinais em 2011. A família imperial japonesa, especialmente a princesa Kiko, também contribuiu simbolicamente para o fortalecimento do prestígio da *JSL*.

Na Rússia, a primeira escola para surdos surgiu em 1806, influenciada pelo modelo francês de ensino, o que contribuiu para a aproximação da *Russian Sign Language (RSL)* da família da Língua de Sinais Francesa. Durante o período soviético, a comunidade surda enfrentou forte repressão, principalmente após 1938, quando o uso das línguas de sinais foi proibida no contexto escolar e o oralismo tornou-se obrigatório.

Nesse contexto, Galina Lazarevna Zaitseva destacou-se como uma das pioneiras nos estudos linguísticos da *RSL*, defendendo a língua de sinais como sistema linguístico legítimo e promovendo a educação bilíngue para surdos. Seu trabalho configurou-se como uma importante forma de resistência acadêmica e política. Outro momento marcante foi o “Caso dos Surdos-Mudos” de 1937, quando dezenas de líderes surdos foram presos e executados durante os expurgos de Stalin.

Além disso, a criação do TTY (telefone de texto) por Robert Weitbrecht, nas décadas de 1960 e 1970, constitui um exemplo de *Deaf Gain*: uma inovação criada para atender às necessidades comunicacionais das pessoas surdas que posteriormente beneficiou toda a sociedade, influenciando tecnologias como mensagens de texto, legendas e videochamadas.

Esses processos demonstram que as lutas das comunidades surdas não se limitam à acessibilidade, mas envolve reconhecimento linguístico, justiça social, protagonismo político e produção de conhecimento a partir da própria experiência surda.

1. *Closed Captions* (Legendas Ocultas): De necessidade surda a padrão universal (1972)



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=7osD7yKf3yI>

A relação entre língua e equidade pode ser compreendida, de forma concreta, a partir da trajetória do surdo Emerson Romero e do desenvolvimento histórico da legendagem. Ao criar, em 1947, uma

técnica pioneira de inserção de textos em filmes, Romero respondeu diretamente a processos de exclusão linguística imposta às pessoas surdas com a consolidação do cinema sonoro. Sua iniciativa evidencia que a acessibilidade não surge espontaneamente, mas como resultado de demandas e intervenções da própria comunidade afetada.

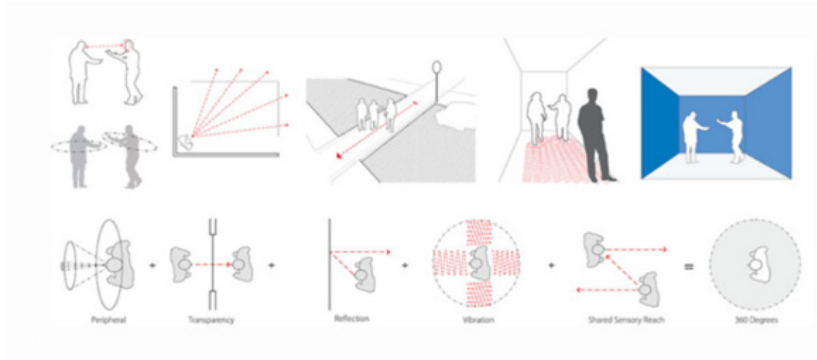
Esse movimento ganha força nas décadas seguintes. A exigência de legendas na televisão nos Estados Unidos emergiu, nos anos 1970, como reivindicação das comunidades surdas por acesso equitativo à informação. Em 1972, a emissora ABC realizou a primeira transmissão com *closed captions*, marcando um avanço técnico e político no campo da acessibilidade. Posteriormente, a institucionalização desse direito ocorre com o *Americans with Disabilities Act*, que, em 1990, estabelece a obrigatoriedade das legendas em diversos contextos públicos.

Do ponto de vista acadêmico, este percurso revela uma transformação significativa: aquilo que se iniciou como uma prática voltada a um grupo específico torna-se um recurso amplamente difundido. Atualmente, as legendas são utilizadas por diferentes públicos, desde aprendizes de línguas até pessoas em ambientes ruidosos ou em situações em que o áudio não pode ser utilizado.

Assim, a legendagem ultrapassa sua função inicial e se consolida como um dispositivo de equidade linguística. Mais do que um recurso técnico, a legendagem configura-se uma prática que redistribui o acesso à informação e à cultura. O caso de Emerson Romero, articulado às conquistas políticas posteriores, demonstra que a equidade não é um efeito automático da tecnologia, mas o resultado de lutas sociais que, ao serem reconhecidas, produzem benefícios coletivos duradouros.

1.1.6 Manifestações Contemporâneas do *Deaf Gain*

a) *DeafSpace*: Arquitetura desde a epistemologia visual



Fonte: MATOSO, Marília. *ArchDaily Brasil*, 2021.

O conceito de *DeafSpace*, desenvolvido na *Gallaudet University* sob liderança de Hansel Bauman (arquiteto surdo) e H-Dirksen Bauman, demonstra como o design arquitetônico pode ser otimizado para a experiência visual surda. Princípios como ampla iluminação natural, espaços abertos que permitem comunicação visual à distância, uso estratégico de cores e texturas para navegação espacial, e eliminação de barreiras visuais transformaram não apenas edifícios na Gallaudet, mas influenciaram projetos arquitetônicos ao redor do mundo.

DeafSpace prova que projetar para a visão produz ambientes melhores para todos, com maior iluminação, maior abertura e maior clareza espacial. Mais uma vez, o *Deaf Gain* beneficia toda a sociedade.

b) Intérpretes de Libras e acessibilidade linguística no Brasil

No Brasil, a profissionalização dos intérpretes de Libras e sua presença obrigatória em eventos públicos, hospitais, tribunais e universidades (Lei 12.319/2010 e Decreto 5.626/2005) configura-se como um avanço não apenas para as pessoas surdas, mas para toda a sociedade brasileira. A presença de intérpretes visibiliza a diversidade linguística do país e educa a população ouvinte sobre a existência e legitimidade da Libras.

c) Produção artística e cultural surda: Literatura, teatro, poesia visual

Mundialmente, artistas surdos têm produzido formas singulares de expressão cultural. O teatro surdo, a poesia em língua de sinais (com sua dimensão visual, rítmica e corporal), e a literatura surda (tanto em línguas de sinais filmadas quanto em português/inglês como segunda língua) constituem patrimônio cultural da humanidade.

No Brasil, destaca-se o trabalho de grupos como a Cia de Teatro dos Surdos, o *Slam* do Corpo (*poetry slam* em Libras), e artistas visuais surdos que redefinem o que significa “arte acessível”.

1.1.7 Implicações Políticas do *Deaf Gain*

O conceito de *Deaf Gain* tem implicações diretas para as políticas públicas:

- a. Educação bilíngue: Se a surdez é um ganho, a educação de crianças surdas deve priorizar o desenvolvimento pleno em Libras, em detrimento de abordagens centradas exclusivamente na oralização.
- b. Reconhecimento das línguas de sinais: Libras, *ASL*, *BSL* (*British Sign Language*), *Auslan* (*Australian Sign Language*) e outras línguas de sinais devem ser reconhecidas como patrimônio linguístico imaterial, não como “ferramentas de acessibilidade”.
- c. Presença surda em espaços de decisão: Se as pessoas surdas trazem uma epistemologia visual única, sua presença em espaços de poder não pode ser compreendida como “inclusão por cotas”, mas enriquecimento da diversidade cognitiva das instituições.

1.2 Conceito de *Deafhood*

Deafhood não é um estado fixo: é um processo contínuo de descoberta, fortalecimento e afirmação da identidade surda.

(Paddy Ladd, 2003)



Sinal de *Deafhood* - ASL (*American Sign Language*)

1.2.1 Sobre o Autor



Paddy Ladd

Paddy Ladd - Pesquisador Surdo britânico, Reino Unido | Autor da obra “*Understanding Deaf Culture: In Search of Deafhood*” (2003)

Paddy Ladd é pesquisador surdo britânico e autor de uma das obras mais influentes dos Estudos Surdos: “*Understanding Deaf Culture: In Search of Deafhood*” (2003), publicada pela Multilingual Matters. Sua trajetória é marcada pela defesa dos direitos linguísticos e culturais das pessoas surdas e pela construção de uma epistemologia centrada na experiência coletiva das comunidades que utilizam línguas de sinais. Ladd é co-fundador do *Centre for Deaf Studies* da *University of Bristol* (Reino Unido) e ativista de longa data dos movimentos surdos europeus.

1.2.2 A Teoria do *Deafhood*

Paddy Ladd cunhou o conceito de *Deafhood* com o objetivo de superar definições restritas, de caráter audiológico ou identitário estático,

associado ao ‘ser surdo’. Para o autor, *Deafhood* designa um processo contínuo de identificação, empoderamento e construção positiva da identidade surda, vivenciado tanto no plano individual quanto coletivo pelos membros das comunidades que têm as línguas de sinais como primeira língua.

O *Deafhood* não é, portanto, um estado fixo ou uma categoria dada, mas como uma jornada, ao longo da vida, uma pessoa surda pode se reconhecer como parte de uma comunidade linguística, desenvolver orgulho cultural e resistir ativamente às formas históricas de opressão, tais como o oralismo, a imposição do uso exclusivo da língua oral e o audismo, o preconceito estrutural contra as pessoas surdas, e a imposição da normatividade ouvinte como padrão universal.

Ladd (2003) argumenta que o *Deafhood* é tanto um processo individual quanto coletivo. No nível individual, envolve:

- A descoberta da própria identidade surda (muitas vezes após anos de isolamento ou oralização forçada)
- O aprendizado da língua de sinais (para muitos, isso acontece tardiamente).
- A conexão com as comunidades surdas.
- O desenvolvimento de orgulho surdo e rejeição da narrativa de “deficiência”.

Já no âmbito coletivo, o *Deafhood* se manifesta através de:

- Movimentos sociais surdos organizados.
- Construção de instituições surdas (escolas, associações, teatros, federações).
- Produção de conhecimento surdo (*Deaf Studies*, *Deaf Theory*).
- Resistência política contra o audismo estrutural.

**UNDERSTANDING
DEAF CULTURE**
In Search of Deafhood



Paddy Ladd

***Deafhood*:** Processo contínuo de construção positiva da identidade surda, vivido coletivamente como afirmação linguística, cultural e política.

1.2.3 Exemplos Históricos do *Deafhood*

1.2.3.1 O renascimento da ASL: William Stokoe (1960)

Em 1960, o linguista William Stokoe publicou “*Sign Language Structure*”, o primeiro estudo científico que demonstrou que a ASL (Língua Americana de Sinais) era uma língua plena, com gramática própria, e não uma coleção de gestos pantomímicos. Essa publicação representou um marco nos estudos linguísticos das línguas de sinais e encontrou forte resistência inicial, até mesmo de alguns membros da comunidade surda que haviam internalizado o estigma ouvintista.

No entanto, a pesquisa de Stokoe catalisou um despertar coletivo. Pessoas surdas começaram a reivindicar publicamente o direito à sua língua, a orgulharem-se dela e a exigirem educação bilíngue. Esse movimento pode ser compreendido como uma manifestação do *Deafhood*, orgulho linguístico e resistência política.

1.2.3.2 *Deaf President Now: Gallaudet University* (1988) - Uma semana que Mudou a História Surda

Em março de 1988, a Universidade Gallaudet estava em processo de seleção de um novo reitor. Pela primeira vez na história de 124 anos da instituição, havia três finalistas qualificados, dois eram candidatos surdos (I. King Jordan e Harvey Corson), um era candidato ouvinte (Elisabeth Zinser, vice-reitora da Universidade da Carolina do Norte).

A comunidade Gallaudet estava otimista. Havia a expectativa de que, pela primeira vez, a universidade seria liderada por uma pessoa surda. Afinal, Gallaudet era a única universidade no mundo fundada para surdos. Se uma pessoa surda não podia liderar Gallaudet, em que outro espaço isso seria possível?

No domingo, 6 de março, o Conselho de Administração anunciou sua decisão: Elisabeth Zinser seria a próxima reitora. Zinser não possuía fluência em língua de sinais. Não tinha experiência com educação de surdos. Não tinha conexão com a comunidade surda.

A presidente do Conselho, Jane Bassett Spilman (ouvinte), tentou justificar a decisão em uma coletiva de imprensa. Quando perguntada por que um candidato surdo não foi escolhido, ela respondeu: “Surdos ainda

não estão prontos para funcionar no mundo ouvinte.” Essa declaração gerou forte reação por parte da comunidade surda.

Na noite de domingo, estudantes reuniram-se espontaneamente no campus. Na manhã de segunda-feira, 7 de março, cerca de 1.000 estudantes marcharam do campus até o hotel onde Zinser estava hospedada, bloqueando portas e exigindo sua renúncia. Retornaram ao campus e fecharam os portões com correntes e cadeados. Gallaudet entrou em um processo de paralisação liderado pelos estudantes.

Os estudantes apresentaram quatro demandas principais: 1. Renúncia de Elisabeth Zinser e nomeação de um reitor surdo. 2. Renúncia de Jane Spilman como presidente do Conselho. 3. Maioria surda (51%) no Conselho de Administração (que tinha apenas 4 membros surdos entre 21) 4. Nenhuma retaliação contra manifestantes

Os líderes estudantis eram Greg Hlibok (presidente do corpo estudantil, surdo), Bridgetta Bourne (surda), Tim Rarus (surdo) e Jerry Covell (surdo). Eles organizaram turnos de vigilância nos portões, garantiram que nenhum veículo entrasse ou saísse, coordenaram comunicação com a mídia e mantiveram a disciplina não-violenta do movimento.

Na terça-feira, 8 de março, os manifestantes marcharam até o Capitólio em Washington, D.C., uma caminhada de aproximadamente 3 quilômetros. A imagem de centenas de estudantes surdos sinalizando “*Deaf President Now*” nas escadarias do Capitólio tornou-se reconhecida como símbolo do movimento. Congressistas saíram para apoiar o movimento. A mídia nacional cobriu intensivamente.

Na quarta-feira, Elisabeth Zinser renunciou. Esse fato representou a primeira conquista do movimento.

Na quinta-feira, o Conselho reuniu-se para deliberar. Spilman tentou manter sua posição, mas a pressão era insustentável. Milhares de pessoas surdas de todo o país viajaram a Washington para apoiar o movimento. Associações nacionais de surdos declararam apoio. O movimento alcançou grande mobilização na cidade de Washington

No domingo, 13 de março, todas as quatro demandas foram atendidas: - I. King Jordan foi nomeado reitor; Jane Spilman renunciou; o Conselho comprometeu-se a ter maioria surda; nenhum manifestante seria punido.

Quando Jordan subiu ao palco para seu primeiro discurso como reitor, disse: “Surdos podem fazer qualquer coisa... exceto ouvir” (*Deaf*

people can do anything... except hear). A frase tornou-se lema mundial do movimento surdo.

O movimento *Deaf President Now* teve repercussões globais. Inspirou movimentos surdos em dezenas de países. Demonstrou que surdos, quando organizados, podiam desafiar estruturas de poder ouvintes e vencer. Provou que “*Nothing about us without us*” (Nada sobre nós sem nós) não era apenas *slogan*, mas exigência legítima.

Mais importante: DPN mudou a autopercepção das comunidades surdas. Uma geração inteira de crianças surdas cresceu sabendo que Gallaudet tinha reitor surdo, que surdos podiam liderar, que não precisavam aceitar paternalismo ouvinte. O impacto psicológico e político do movimento é reconhecido na literatura acadêmica.

1.2.4 Manifestações Contemporâneas do *Deafhood* no Brasil

a) Movimento pela Escola Bilíngue de Surdos

No Brasil, o movimento pelo direito à escola bilíngue de surdos, com professores surdos, currículo em Libras e português como segunda língua, pode ser compreendido como uma manifestação do *Deafhood*. Esse movimento conquistou vitórias importantes, como a Lei Brasileira de Inclusão (LBI - Lei 13.146/2015) e a Lei de Libras (Lei 10.436/2002, regulamentada pelo Decreto 5.626/2005).

Mais recentemente, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) tem sido contestada por lideranças surdas que defendem a necessidade de escolas bilíngues de surdos, não apenas “inclusão” em escolas regulares ouvintes. Essa disputa política coloca *Deafhood* em ação.

b) Representação Política Surda

A eleição de vereadores surdos em várias cidades brasileiras, Pedro Henrique (Goiás), Tibiriçá Maineri (Rio Grande do Sul), Isabelle Dias (Paraná), Ana Paula Moreira (Rio Grande do Sul), pode ser interpretada como uma expressão do “*Deafhood* no âmbito político institucional”. Esses representantes não apenas legislam sobre questões surdas, mas também educam a sociedade sobre a legitimidade da comunidade surda como sujeito político.

c) Produção Acadêmica Surda no Brasil

O crescimento de pesquisadores surdos produzindo conhecimento sobre suas próprias comunidades, Karin Strobel, Gisele Rangel, Flaviane Reis, Shirley Vilhalva, Patrícia Rezende, entre outros, pode ser compreendido como uma expressão do *Deafhood* no campo epistemológico. Esses pesquisadores não são apenas “objetos de estudo”, mas produtores de teoria a partir da experiência surda.

1.2.5 *Deafhood* e saúde mental surda

Um aspecto ainda pouco explorado pela literatura do *Deafhood* é seu impacto na saúde mental. Pesquisas demonstram que pessoas surdas que têm acesso à língua de sinais desde a infância, que crescem conectadas a comunidades surdas e que desenvolvem orgulho identitário apresentam índices significativamente menores de depressão, ansiedade e isolamento social.

Em contraste, surdos que crescem isolados, sem acesso à língua de sinais, forçados à oralização e sem contato com a comunidade surda frequentemente relatam trauma, solidão profunda e crise identitária. Nesse sentido, o *Deafhood* não se limita a uma dimensão política ou cultural, é uma questão de saúde mental e bem-estar.

1.2.6 *Deafhood* Como Jornada Pessoal: narrativas de descoberta

O conceito de *Deafhood* como “jornada” não é uma metáfora abstrata. Para milhares de pessoas surdas, especialmente aquelas que cresceram isoladas ou em famílias ouvintes sem acesso à língua de sinais, a descoberta da comunidade surda e da língua de sinais é experiência transformadora que elas descrevem em termos quase espirituais.

1.2.6.1 A Jornada de Carol Padden

Carol Padden, linguista surda e coautora de “*Deaf in America: Voices from a Culture*”, é filha de pais surdos e cresceu imersa em ASL desde o nascimento. Sua experiência de *Deafhood* foi diferente daqueles que descobrem a língua de sinais tardiamente, ela não vivenciou a ausência

dessa língua em sua trajetória.. Mas Padden descreve seu *Deafhood* como processo de compreender politicamente o que ela viveu culturalmente.

Nos anos 1970, como estudante universitária, Padden começou a pesquisar *ASL* academicamente. Naquela época, mesmo linguistas que estudavam *ASL* frequentemente a tratavam como “código manual do inglês” ou “linguagem primitiva”. Padden, junto com colegas surdos, teve que lutar para que *ASL* fosse reconhecida como língua plena. Esse processo de defesa acadêmica da própria língua foi, para ela, parte de seu *Deafhood*, transformando experiências vividas em argumentação política.

1.2.6.2 A Jornada de Haben Girma

Haben Girma, primeira pessoa surdocega a se formar em Direito por Harvard, descreve *Deafhood* de perspectiva única. Haben nasceu surda e, ao decorrer dos anos, começou a apresentar perda progressiva da visão devido à Síndrome de Usher. Seu *Deafhood* envolveu múltiplas transições: de criança surda sem língua de sinais a jovem que aprendeu *ASL*, depois a adulta surdocega que usa *ASL* tátil.

Em suas memórias, Girma descreve o momento em que, aos 15 anos, participou de um programa de verão em Gallaudet. Foi a primeira vez que encontrou outros jovens surdocegos. “Eu não sabia que havia outras pessoas como eu”, ela escreve. “Eu achava que estava sozinha no mundo. Ver outros jovens surdocegos usando Braille, língua de sinais tátil, vivendo vidas plenas, isso mudou tudo. Eu percebi que eu não era ‘deficiente’. Eu era membro de uma comunidade.”

Essa descoberta de comunidade é elemento central do *Deafhood*: a transição de “eu sou uma pessoa com deficiência auditiva” para “eu sou membro do povo surdo”.

1.2.6.3 A Jornada de Nyle DiMarco

Nyle DiMarco, modelo e ativista surdo que venceu o reality show “*America’s Next Top Model*” e “*Dancing with the Stars*” em 2015, ampliou a visibilidade *mainstream*, tendência dominante, do *Deafhood*. DiMarco é surdo de quinta geração, sua família usa *ASL* há gerações. Para ele, *Deafhood* não foi descoberta da língua, mas descoberta da política.

Em entrevistas, DiMarco descreve como, até ganhar visibilidade na TV, ele não percebia plenamente o quanto a sociedade marginalizou

surdos. “Eu cresci em uma bolha surda, rodeado de família surda, na escola surda. Eu não sabia que as pessoas achavam que *ASL* era inferior ao inglês. Quando entrei no mundo ouvinte, foi um choque.”

DiMarco usou sua plataforma para fundar a Fundação Nyle DiMarco, focada em educação bilíngue precoce para crianças surdas. Ele viajou pelo mundo defendendo línguas de sinais e visitando escolas surdas. Seu *Deafhood* manifestou-se como ativismo: utilizar privilégio de visibilidade para elevar questões das comunidades surdas.

1.2.7 *Deafhood* e Trauma Geracional

Pesquisadores surdos como Irene Leigh e Genie Gertz têm documentado o que denominam de “trauma geracional surdo”, padrões de sofrimento psicológico transmitidos entre gerações devido ao audismo estrutural.

1.2.7.1 O Ciclo do Trauma

Muitas crianças surdas nascem em famílias ouvintes sem conhecimento prévio sobre língua de sinais. Nos primeiros anos críticos de desenvolvimento linguístico (0-5 anos), essas crianças frequentemente crescem sem acesso pleno à comunicação. Famílias bem-intencionadas podem focar em terapias de fala e aparelhos auditivos, enquanto a criança permanece em situação de isolamento linguístico

Esse isolamento linguístico precoce tem consequências significativas: atrasos cognitivos, dificuldades sócioemocionais, baixa autoestima, ansiedade, depressão. Pesquisas demonstram que crianças surdas com acesso precoce à língua de sinais desenvolvem-se cognitivamente e sócioemocionalmente como crianças ouvintes. Aquelas sem acesso apresentam atrasos significativos.

Quando essas crianças finalmente chegam a escolas surdas ou encontram comunidade surda (frequentemente na adolescência), encontram acesso à língua e experiências de pertencimento. Mas carregam cicatrizes dos anos de isolamento.

1.2.7.2 *Deafhood* Como Cura

O conceito de *Deafhood* pode ser compreendido como um processo de enfrentamento e ressignificação desse trauma. Ao conectar-se com comunidades surdas, aprender língua de sinais, desenvolver orgulho surdo e entender o audismo estruturalmente (não como falha pessoal), pessoas surdas podem processar e curar trauma.

Grupos de apoio surdos, terapia em língua de sinais, mentoria entre surdos jovens e adultos, eventos culturais surdos, todos esses elementos constituem espaços de acolhimento, fortalecimento identitário e construção coletiva, onde *Deafhood* se manifesta não apenas como identidade política, mas como prática de saúde mental coletiva.

1.3 Conceito de Surdos Heróis (*Deaf Heroes*)

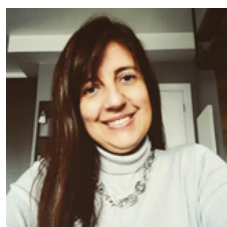
Os heróis surdos são frequentemente reconhecidos de maneira heroica por sua própria comunidade, ao mesmo tempo em que podem ser percebidos como transgressores da ordem estabelecida.

(Rangel, 2016, p. 45)



Sinal de Surdos Heróis - Libras (Língua Brasileira de Sinais)

1.3.1 Sobre a Autora



Gisele Maciel Monteiro Rangel

Professora de Libras, IFRS | Doutora em Educação, UFPel

Gisele Maciel Monteiro Rangel é professora de Libras no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) e Doutora em Educação pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel). É autora

da tese “Heróis/heroínas surdos/as brasileiros/as: busca de significados na comunidade surda gaúcha” (2016), considerada referência nos estudos sobre heroísmo surdo como categoria política e identitária na comunidade surda brasileira. Rangel é também ativista surda e liderança em movimentos pela educação bilíngue no Rio Grande do Sul.

1.3.2 A Teoria dos Surdos Heróis

Embora o termo ‘*Deaf Heroes*’ (Surdos Heróis) não possua uma sistematização teórica clássica única e consolidada como *Deafhood*, ele vem sendo mobilizado por educadores e pesquisadores surdos para designar figuras históricas, acadêmicas ou ativistas surdas que, em razão de seu protagonismo, inspiram a comunidade, representando resistência, superação e liderança diante das estruturas audistas.

No Brasil, é a obra de Gisele Rangel que mais rigorosamente elabora essa categoria no âmbito dos Estudos Surdos. Em sua tese de doutorado, Rangel investiga como os membros da comunidade surda gaúcha constroem e reconhecem figuras heroicas a partir de critérios que emergem das próprias experiências e percepções da comunidade, não da sociedade ouvinte majoritária.

Os Surdos Heróis são aqueles que, ao defenderem a língua de sinais, lutarem pelo reconhecimento da cultura surda e ocuparem espaços historicamente negados às pessoas surdas, tornam-se modelos de identificação e fontes de orgulho coletivo. Rangel (2016) identifica três tipos principais de heroísmo surdo:

1. **Heroísmo Educacional:** Professores surdos que, apesar de todas as barreiras históricas e sociais, conseguiram educar gerações de crianças surdas em língua de sinais.
2. **Heroísmo Político:** Líderes surdos que organizaram movimentos, fundaram associações e lutaram por direitos linguísticos e políticos.
3. **Heroísmo Intelectual:** Pesquisadores e artistas surdos que produziram conhecimento e arte desde a perspectiva surda, desafiando epistemologias centradas em perspectivas ouvintistas.

Surdos Heróis / Deaf Heroes: Figuras históricas ou contemporâneas, surdas, que, por seu protagonismo linguístico, cultural e político, tornam-se modelos de resistência e inspiração para as comunidades surdas.

1.3.3 Exemplos Históricos de Surdos Heróis

1.3.3.1 Ferdinand Berthier (1803-1886): Intelectual, Professor e Organizador Político Surdo

“A língua de sinais é a língua natural dos surdos e nenhuma lei humana pode nos privar dela.”
(Ferdinand Berthier, 1840)

Ferdinand Berthier é uma das principais referências na história das comunidades surdas em âmbito internacional. Professor, intelectual, historiador, biógrafo e organizador político, Berthier foi o primeiro surdo a receber a mais alta honraria francesa, *Chevalier de la Légion d'honneur* (1849), tornando-se símbolo da capacidade do reconhecimento da capacidade intelectual e contribuição social das pessoas surdas em uma época em que eram amplamente marginalizadas.

1.3.3.2 Biografia e Formação

Ferdinand Berthier nasceu em 30 de setembro de 1803 na cidade de *Louhans, Saône-et-Loire*, na região sudeste da França. Aos oito anos de idade, em 1811, foi enviado ao *Institut National de Jeunes Sourds de Paris*, considerada a primeira escola para surdos do mundo, fundada pelo Abade Charles-Michel de l'Épée em 1760.

O Instituto estava sob direção do Abade Roch-Ambroise Sicard quando Berthier chegou. Nesse contexto, pela primeira vez, o jovem Ferdinand encontrou outras crianças surdas e teve acesso à Língua de Sinais Francesa. Ele foi profundamente influenciado por três figuras: seu professor Roch-Ambroise Auguste Bébien (ouvinte que aprendeu LSF e publicou o primeiro estudo sistemático e uma defesa da língua de sinais), e dois importantes professores surdos da escola, Jean Massieu e Laurent Clerc.

Berthier destacou-se por seu desempenho acadêmico . Aprendeu não apenas LSF, mas também latim, grego, francês escrito, matemática, história e geografia. Aos 19 anos, tornou-se professor assistente na mesma instituição. Permaneceu como professor no Instituto por décadas, educando gerações de crianças surdas.

1.3.3.3 Produção Intelectual e Histórica

Berthier foi um historiador pioneiro da educação surda. Em 1840, escreveu a biografia do Abade l'Épée, na qual, apesar de enaltecer a figura do fundador da primeira escola para surdos na França, tece críticas ao método de l'Épée, argumentando que, em nome do ensino da escrita correta, eram realizadas deformações na língua de sinais, modificações que acabaram por torná-la estranha aos próprios surdos.

Essa crítica é significativa: um professor surdo, em 1840, questionando publicamente os métodos do fundador mítico da educação surda, defendendo a integridade linguística da LSF diante das tentativas de adequá-la à gramática do francês escrito. Berthier estava, já naquela época, articulando argumentos que hoje reconhecemos como defesa da autonomia linguística das línguas de sinais.

Berthier escreveu livros sobre história da língua de sinais e biografias de pessoas que lutaram pelos direitos dos surdos. Entre suas principais obras: *L'Abbé Sicard... précis historique sur sa vie, ses travaux et ses succès* (1873), *Histoire et statistique de l'éducation des sourds-muets* (1836), e *Notice sur la vie et les ouvrages d'Auguste Bébien*.

1.3.3.4 Organização política e o primeiro movimento surdo organizado

A contribuição política de Berthier foi ainda mais revolucionária. Em 1834, Berthier organizou o primeiro “banquete silencioso” para franceses surdos. O evento, realizado em 30 de novembro de 1834, comemorava o nascimento do Abade l'Épée. Segundo Rangel (2004, p. 42), menciona que “com 52 convidados é um marco na política surda mundial”.

Esses banquetes tornaram-se eventos anuais e ganharam enorme visibilidade em Paris. Ao longo dos anos, personalidades e funcionários do governo sempre marcavam presença no evento anual. Os banquetes não

eram apenas celebrações sociais, eram espaços políticos onde a elite surda discutia direitos, educação e identidade cultural.

Como descreveu a pesquisadora brasileira Gladis Perlin (2003), a presença histórica das comunidades surdas, frequentemente apagadas das narrativas oficiais tornou-se visível nos banquetes improvisados para os encontros onde entre surdos se falava muito de política, evidenciando o aspecto frequentemente despercebido como povo surdo e nação surda. Reunia uma elite masculina, não havia um discurso único e os textos revelam alto nível discursivo voltado às prioridades da comunidade.

Em 1838, Berthier deu o passo seguinte: fundou a *Société Centrale des Sourds-muets* (Sociedade Central dos Surdos-Mudos), a primeira organização no mundo dedicada exclusivamente à defesa dos interesses da comunidade surda. Conforme Rangel (2004, p. 42), relata sobre o objetivo da associação que “uma onda artística que marcou uma autêntica evolução em várias áreas: escultura, pintura, gravura, litografia, poesia e literatura” e também outra autora, Krause (2022, p. 53) menciona que “eram idealizados como: reduzir o isolamento social dos surdos e os preconceitos, e a defesa da importância e riqueza da língua de sinais”. A organização de Berthier oferecia aos trabalhadores surdos um meio prático de apoio mútuo por meio de ações de “ajuda mútua” e uma forma de organizar e frequentar aulas de educação para adultos. Era, essencialmente, o primeiro sindicato e centro cultural surdo do mundo.

A influência da *Société* foi global. A associação francesa de 1838 estimulou a fundação da associação argentina em 1912, por Dom José Antonio Terry. Armando Melloni foi à Argentina e trouxe o modelo para o Brasil, em 1954, quando fundou a primeira associação de surdos brasileira.

1.3.3.5 A Primeira Honraria de um Surdo

Em 1849, Berthier tornou-se o primeiro surdo a receber o *Chevalier de la Légion d'honneur*, a mais alta distinção da França. A condecoração reconhecia não apenas sua excelência como educador, mas também sua contribuição intelectual e organizacional à sociedade francesa.

A honraria foi um marco simbólico inestimável. Demonstrou que um surdo podia alcançar os mais altos níveis de reconhecimento social e intelectual. Em uma época em que pessoas surdas eram frequentemente consideradas incapazes de pensamento abstrato ou contribuição cívica, Berthier recebia a maior honra do Estado francês.

1.3.3.6 Resistência Política em Tempos Repressivos

Berthier desempenhou um delicado ato de equilíbrio como defensor apaixonado da identidade surda e da língua de sinais em um contexto social e político repressivo. Durante sua vida, crescia na Europa o movimento oralista que culminaria no Congresso de Milão (1880). Berthier enfrentou pressões constantes para abandonar a língua de sinais e adotar métodos orais.

Mas ele resistiu. Seus escritos defendem consistentemente a LSF como língua legítima e natural dos surdos. Ele documentou meticulosamente a história surda, biografou heróis surdos e ouvintes aliados, e construiu instituições que garantiriam a sobrevivência cultural surda mesmo após sua morte.

Em 1850, Berthier criou a *Central Society for the Education and Assistance of the Deaf*, que buscava recrutar benfeitores ouvintes afluentes para apoiar pessoas surdas. Embora a organização tenha posteriormente perdido seu caráter comunitário original, na década de 1860, os membros não eram mais aqueles próximos a Berthier e seus princípios, mas funcionários do governo, médicos e comerciantes, sua criação demonstra a sofisticação política de Berthier em construir alianças estratégicas.

1.3.3.7 Morte e Legado

Berthier morreu em 12 de julho de 1886 em Paris, aos 82 anos. Seis anos antes, havia presenciado o Congresso de Milão e a votação que proibiu a língua de sinais nas escolas europeias. Morreu sabendo que o movimento que havia dedicado sua vida a construir enfrentaria décadas de repressão. Conforme Krause (2022, p. 58), relata:

Retornam a serem considerados inferiores e o medo do domínio ouvinte cresce. A perda da credibilidade de profissionais abalam as estruturas; porém, esses mesmos profissionais formam a resistência surda, a qual perpetua a língua de sinais e fundam as associações com o objetivo de ter um lugar de referência para a instrução geral (não educativa e um lugar de representatividade).

Segundo Krause (2022, p. 58), Berthier deixou como mensagem ao povo, de acordo com Bertin (2010, p.166), que: “Nessa esperança, tenho a honra de oferecer a vocês, com minha perfeita consideração, os protestos de minha gratidão”. Nesse sentido, o surdo Berthier contribuiu significativamente para a comunidade surda francesa e aos surdos

européus. As comunidades surdas continuaram mobilizando-se em defesa e preservando as já erguidas em todos os países: direitos humanos dos surdos e as lutas que a defesa da língua de sinais no âmbito educacional, associativo e esportivo, demonstrando a força da união. Mais tarde, outros novos aspectos, tais como o trabalho, a saúde, entre outros foram agregados. O ativismo surdo, começado de maneira tão silenciosa, concretizou as bases e a vida pública e política do surdo, embora ainda com pouco conhecimento no sistema social, fortaleceu a organização política surda e inspirou em diferentes países seguindo o modelo de Berthier, francês surdo.

Mas o legado de Berthier sobreviveu. Suas biografias, histórias e documentos preservaram a memória surda. Sua *Société Centrale* inspirou associações surdas em dezenas de países. Seu exemplo como intelectual surdo condecorado fornece prova irrefutável de que surdos eram plenamente capazes.

Em 30 de setembro de 2023, o *Google* dedicou um *Doodle* ao seu legado, no 220º aniversário de seu nascimento, introduzindo Ferdinand Berthier a uma nova geração global de pessoas surdas e ouvintes.

Por que Ferdinand Berthier é o herói Surdo? Berthier exemplifica heroísmo surdo em múltiplas dimensões:

1. **Heroísmo Intelectual:** Produziu conhecimento acadêmico rigoroso sobre história surda quando historiadores ouvintes ignoravam completamente a experiência surda. Foi o primeiro historiador surdo da educação surda.
2. **Heroísmo Organizacional:** Fundou as primeiras instituições políticas surdas do mundo (banquetes, *Société Centrale*), criando modelos organizacionais que comunidades surdas replicaram globalmente.
3. **Heroísmo Linguístico:** Defendeu a integridade da LSF em uma época de crescente oralismo, articulando argumentos sofisticados sobre autonomia linguística.
4. **Heroísmo Político:** Navegou habilmente um ambiente político hostil, construindo alianças com elites ouvintes sem comprometer princípios surdos.
5. **Heroísmo Simbólico:** Como primeiro surdo condecorado com a mais alta honraria francesa, provou ao mundo que surdos podiam alcançar excelência nos mais altos níveis.

- 6. Heroísmo Pedagógico:** Educou gerações de crianças surdas por décadas, transmitindo não apenas conhecimento acadêmico, mas também orgulho surdo e consciência política.

Berthier é o arquétipo do surdo herói: intelectual brilhante, organizador político estratégico, educador dedicado, e defensor apaixonado de sua comunidade. Seu legado permanece presente nas organizações políticas e culturais das associações de surdos, em cada movimento político surdo, em cada reivindicação pelo direito à língua de sinais. Segundo Rangel (2004, p. 42) menciona que “o marco conhecido como início da organização da política surda”.

1.3.4 1.3.4 Edouard Huet (1822-1882), fundador da primeira escola de surdos no Brasil

Edouard Huet, professor surdo francês, chegou ao Brasil em 1855 e fundou, em 1857, o Collégio Nacional para Surdos-Mudos de Ambos os Sexos (hoje INES, Instituto Nacional de Educação de Surdos) no Rio de Janeiro, com apoio de Dom Pedro II.

Huet trouxe a Língua de Sinais Francesa para o Brasil, que se mesclou com sinais já usados por surdos brasileiros, contribuindo para o desenvolvimento histórico de formação da Libras (Língua Brasileira de Sinais). Ele estabeleceu a educação surda no país e garantiu que a língua de sinais fosse o meio de instrução.

Huet é considerado um herói da educação surda brasileira porque fundou a primeira instituição de educação de surdos no Brasil, trouxe a língua de sinais como método pedagógico e possibilitou que a comunidade surda brasileira se organizasse.

1.3.5 I. King Jordan (nascido em 1943), primeiro reitor surdo de Gallaudet

I. King Jordan tornou-se surdo aos 21 anos após um acidente de motocicleta. Depois de aprender *ASL*, ele estudou psicologia, tornou-se professor e, em 1988, foi nomeado o primeiro reitor surdo da Universidade Gallaudet após o movimento *Deaf President Now (DPN)*.

Jordan tornou-se um herói porque simboliza a vitória do movimento *DPN*, provou que pessoas surdas podem liderar instituições complexas e inspirou gerações de surdos a reivindicarem posições de liderança.

Sua frase icônica: “*Deaf people can do anything except hear*” (Pessoas surdas podem fazer qualquer coisa exceto ouvir) tornou-se lema mundial.

A relevância política do conceito de Surdos Heróis é direta: ao nomear e celebrar seus próprios heróis, a comunidade surda afirma sua história, sua memória coletiva e sua capacidade de produzir conhecimento sobre si mesma, deslocando o olhar patologizante externo para uma perspectiva construída a partir da própria experiência surda, endógena e empoderadora.

1.4 Conceito de Deaf Power

Deaf Power é a expressão política e simbólica do empoderamento surdo frente às estruturas audistas e capacitistas da sociedade.

(Padden & Humphries, 1988; Ladd, 2003)



Sinal de *Deaf Power* - ASL (*American Sign Language*)

1.4.1 Contexto e Referências Teóricas



Carol Padden

Linguista e professora da *University of California, San Diego (UCSD)*

Carol Padden é uma linguista norte-americana especializada em línguas de sinais e estudos sobre comunidades surdas. Professora da *University of California, San Diego (UCSD)*, Padden é considerada uma das pesquisadoras mais influentes na área de

linguística das línguas de sinais. Surda desde o nascimento e filha de pais surdos, Padden cresceu imersa na comunidade surda norte-americana. Sua pesquisa sobre gramaticalização na *ASL* e sobre a cultura surda tornaram-se referências internacionais nos Estudos Surdos. .



Tom Humphries

Professor Emérito da UCSD | Criador do termo “Audismo” (1975)

Tom Humphries é professor emérito de Comunicação e Estudos da Educação da University of California, San Diego (UCSD), sendo reconhecido como criador do termo “Audismo” em seu manuscrito de mestrado de 1975. Surdo e filho de pais surdos, Humphries dedicou sua trajetória acadêmica ao estudo do audismo bem como à defesa dos direitos culturais e linguísticos das comunidades surdas. Junto com Carol Padden, publicou “*Deaf in America: Voices from a Culture*” (1988), obra considerada pioneira no reconhecimento das pessoas surdas como uma comunidade cultural e linguística distinta.

1.4.2 A Teoria do Deaf Power

O termo *Deaf Power* (Poder Surdo) representa uma expressão política e cultural do empoderamento da comunidade surda frente às estruturas audistas e capacitistas presentes na sociedade. Embora não tenha sido sistematizado por um único autor em uma obra de referência exclusiva, o *Deaf Power* está presente em manifestações sociais, discursos e práticas de resistência comunitária presentes ao longo da história surda.



Inspirado por movimentos como o *Black Power* (Poder Negro) dos anos 1960 e os novos movimentos sociais das décadas de 1970, o conceito de *Deaf Power* reflete a valorização da experiência de ser surdo a partir da identidade linguística, cultural e visual. Um dos marcos históricos mais emblemáticos é o movimento *Deaf President Now (DPN)*, de 1988, quando estudantes da Universidade Gallaudet, nos Estados Unidos, organizaram uma paralisação do campus em protesto contra a nomeação de um reitor ouvinte, exigindo que a instituição fosse liderada por uma pessoa surda. A vitória desse movimento permanece como referência histórica até a atualidade, um dos principais símbolos históricos do *Deaf Power*.



Fonte: <https://gallaudet.edu/deaf-president-now/>

Padden e Humphries (1988), ao demonstrar que os surdos formam uma comunidade cultural distinta com valores próprios e forte coesão social, construíram para a consolidação teórica do *Deaf Power* não como uma forma de separatismo, mas como afirmação da diversidade e da autodeterminação.

Ladd (2003) aprofundou essa perspectiva ao descrever os movimentos de afirmação identitária surda como formas genuínas de resistência cultural e política contra o hegemonia ouvinte que historicamente buscou erradicar as línguas de sinais e assimilar forçosamente as pessoas surdas à cultura oral.

Deaf Power: Empoderamento político e cultural coletivo das comunidades surdas; expressão da capacidade surda de autodeterminação, resistência e transformação social frente ao audismo estrutural.

1.4.3 Exemplos Históricos de *Deaf Power*

1.4.3.1 *Deaf President Now (DPN) — Gallaudet University (1988)*

Em março de 1988, o Conselho de Administração da Universidade Gallaudet nomeou Elisabeth Zinser, uma educadora ouvinte sem conhecimento de *ASL*, como reitora da universidade. Era a sétima vez consecutiva em que a universidade nomeava um reitor ouvinte, em uma universidade fundada para e por pessoas surdas.

A resposta da comunidade estudantil foi imediata e mobilizada. Liderados por estudantes como Greg Hlibok, Bridgetta Bourne e Jerry Covell, a comunidade acadêmica organizou uma greve no campus. As demandas eram claras:

1. Renúncia de Elisabeth Zinser e nomeação de um reitor surdo.
2. Demissão do presidente do Conselho de Administração (que havia declarado que “surdos não estão prontos para liderar”).
3. Maioria surda no Conselho de Administração.
4. Nenhuma retaliação contra os manifestantes.

Durante uma semana, os estudantes fecharam portões, marcharam até o Capitólio em Washington (onde foram recebidos por congressistas), paralisaram o campus e atraíram cobertura massiva da mídia. O movimento tinha um lema poderoso: “*Deaf President Now*” e uma frase icônica: “*Nothing about us without us*” (Nada sobre nós sem nós).

No dia 13 de março, todas as quatro demandas foram atendidas, King Jordan foi nomeado o primeiro reitor surdo de Gallaudet e a vitória do *DPN* passou a ser reconhecido mundialmente como símbolo do *Deaf Power* e inspirou movimentos em dezenas de países.

1.4.3.2 A luta contra o implante coclear infantil forçado (décadas de 1990-2000)

Quando o implante coclear foi aprovado pela *FDA (Food and Drug Administration)* para uso em crianças em 1990, muitos membros da comunidade surda expressaram preocupação de que pais ouvintes estariam submetendo seus filhos surdos ao implante coclear sem consentimento informado e sem oferecer a eles acesso à língua de sinais e à comunidade surda.

Movimentos surdos em vários países organizaram campanhas públicas não contra o implante coclear em si (que é uma escolha individual válida), mas contra a cirurgia em bebês e crianças pequenas sem seu consentimento, a narrativa médica de que o implante “cura” a surdez e a pressão sobre pais para rejeitarem a língua de sinais em favor da terapia oral exclusiva

Esse movimento é *Deaf Power* porque: - Desafiou a autoridade médica absoluta sobre corpos surdos - Reivindicou o direito de crianças surdas a crescerem bilíngues (com língua de sinais E língua oral) - Resistiu à narrativa de que a surdez é uma “tragédia” a ser “corrigida”

Hoje, pesquisas demonstram que crianças implantadas que também aprendem língua de sinais têm melhores resultados cognitivos, linguísticos e sociais — corroborando as reivindicações das comunidades surdas.

1.4.3.3 O reconhecimento legal das línguas de sinais ao redor do mundo

A luta pelo reconhecimento legal das línguas de sinais é uma manifestação global de Deaf Power. Alguns marcos:

- **Nova Zelândia (2006):** *NZSL (New Zealand Sign Language)* se torna terceira língua oficial do país
- **Brasil (2002):** Lei 10.436 reconhece Libras como meio legal de comunicação.
- **Reino Unido (2003):** *BSL (British Sign Language)* é reconhecida.
- **Argentina (2023):** *LSA (Lengua de Señas Argentina)* é reconhecida
- **Espanha (2007):** *LSE (Lengua de Señas Española)* é reconhecida

Cada uma dessas conquistas legislativas resultou por movimentos surdos organizados, que mobilizaram-se e realizaram manifestações públicas, educaram legisladores e exigiram reconhecimento. Esses processos representam manifestações do *Deaf Power* no campo político.

1.4.4 Manifestações Contemporâneas do Deaf Power no Brasil

1.4.4.1 Marchas e Manifestações Surdas

No Brasil, comunidades surdas organizaram marchas e manifestações em defesa da educação bilíngue, do reconhecimento da Libras e contra políticas educacionais que podem resultar no fechamento de escolas bilíngues de surdos. Exemplos:

Marcha Nacional dos Surdos pela Educação (2011): Milhares de pessoas surdas marcharam em Brasília exigindo escolas bilíngues.

Manifestações contra a política de inclusão criticado por lideranças surdas (2008-presente): Surdos em vários estados protestaram contra o fechamento de escolas bilíngues em favor da “inclusão” em escolas regulares sem suporte adequado.

1.4.4.2 Ocupação de Espaços Acadêmicos

A criação do curso de Letras Libras pela UFSC (2006), que formou centenas de professores surdos e intérpretes, e a multiplicação de programas de pós-graduação com pesquisadores surdos representam *Deaf Power* epistemológico: a comunidade surda produzindo conhecimento sobre si mesma.

1.4.4.3 Representação Política

A eleição de vereadores surdos, a presença de lideranças surdas em conselhos de direitos humanos e a participação surda em debates sobre acessibilidade e direitos linguísticos são formas de *Deaf Power* institucional.

1.5 Outros conceitos criados pelas comunidades surdas

Além dos quatro conceitos centrais apresentados, as comunidades surdas ao redor do mundo desenvolveram uma rica produção conceitual própria. Esta seção apresenta conceitos adicionais que enriquecem a compreensão da Política Surda.

1.5.1 Audismo (*Audism*)



Sinal de *Audism* - ASL (*American Sign Language*)

- **Criador:** Tom Humphries (1975)
- **Definição:** Audismo é a atitude baseada na crença patologizante de que pessoas surdas são deficientes e de que suas vidas devem ser “corrigidas” para se aproximarem, ao máximo possível, da norma ouvinte. O audismo opera em níveis individual, institucional e cultural, manifestando-se como discriminação, opressão e violência simbólica contra pessoas surdas.
- **Exemplo concreto:** Uma escola que proíbe crianças surdas de utilizarem língua de sinais e as obriga a tentarem oralizar, mesmo quando isso fracassa educacionalmente, está praticando audismo institucional.
- **Importância:** O conceito de audismo permitiu nomear, pela primeira vez, a opressão específica vivida por pessoas surdas, tornando visível algo que antes era naturalizado.

1.5.2 Ouvintismo



Sinal de Ouvintismo - Libras (Língua Brasileira de Sinais)

- **Origem:** Comunidades surdas brasileiras (popularizado por pesquisadores como Karin Strobel e Gisele Rangel)
- **Definição:** Ouvintismo é o equivalente brasileiro de “audismo”, mas com nuances específicas do contexto brasileiro. Refere-se à imposição da cultura ouvinte como norma universal e à desvalorização sistemática da experiência visual surda, da Libras e da cultura surda.

- **Exemplo concreto:** Um médico que pressiona pais ouvintes a realizarem implantes cocleares seus filhos surdos sem informá-los sobre a possibilidade de educação bilíngue está operando desde o ouvintismo.
- **Diferença em relação ao conceito de “audismo”:** Enquanto o termo “audismo” enfatiza a dimensão audiológica (ouvir ou não ouvir), “ouvintismo” enfatiza a dimensão cultural (cultura ouvinte vs. cultura surda).

1.5.3 Linguicismo (*Linguicism*)



Sinal de *Linguicism* - ASL (*American Sign Language*)

- **Criadora:** Tove Skutnabb-Kangas (linguista finlandesa, 1988). Posteriormente, o conceito foi aplicado às línguas de sinais por pesquisadores surdos
- **Definição:** Linguicismo refere-se a discriminação baseada na língua utilizada por determinados grupos sociais. No contexto surdo, refere-se à ideologia que hierarquiza línguas orais como superiores às línguas de sinais, tratando estas últimas como “primitivas”, “limitadas” ou “não verdadeiras línguas”.
- **Exemplo concreto:** Um hospital que se recusa a fornecer intérprete de Libras para um paciente surdo, alegando que “ele pode escrever” ou “trazer um familiar”, prática linguicismo.
- **Importância:** O conceito de linguicismo permite compreender a opressão surda como uma forma de opressão linguística, conectando a luta surda a movimentos de justiça linguística global.

1.5.4 Deaf Space (Espaço Surdo)



Sinal de *DeafSpace* - ASL (*American Sign Language*)

- **Criadores:** Hansel Bauman (arquiteto surdo) e equipe da *Gallaudet University* (2005-presente)
- **Definição:** *DeafSpace* é um conjunto de princípios de design arquitetônico que otimizam espaços construídos para a experiência visual surda. Esses princípios incluem iluminação natural abundante para facilitar leitura de sinais, espaços abertos que permitem comunicação visual à distância, uso estratégico de cores e texturas para navegação espacial, eliminação de barreiras visuais (paredes de vidro em vez de paredes opacas) e acústica projetada para reduzir reverberação (beneficia usuários de implante coclear e aparelhos auditivos)
- **Exemplo concreto:** O prédio da *Sorenson Language and Communication Center* na *Gallaudet University* foi projetado segundo princípios *DeafSpace* e ganhou prêmios internacionais de arquitetura.
- **Importância:** O conceito de *DeafSpace* demonstra que “acessibilidade” não consiste apenas em adicionar rampas ou legendas, mas repensar o design desde a experiência visual.

1.5.5 Colonialismo Oral / Colonialismo Linguístico

- **Origem:** Paddy Ladd (2003), desenvolvido por pesquisadores surdos pós-coloniais
- **Definição:** O conceito refere-se à imposição histórica do oralismo (uso exclusivo da língua oral) sobre comunidades surdas como forma de colonialismo interno. Assim como povos

colonizados foram forçados a abandonar suas línguas nativas, pessoas surdas foram forçadas a abandonar línguas de sinais.

- **Exemplo histórico:** O Congresso de Milão (1880) pode ser compreendido como momento fundador do colonialismo oral: educadores europeus brancos ouvintes decidindo unilateralmente erradicar as línguas de sinais de crianças surdas em todo o mundo.
- **Importância:** Conecta a experiência surda a teorias pós-coloniais e decoloniais, mostrando que a luta surda é também uma luta anticolonial.

1.5.6 *Deaf Time* (Tempo Surdo)

- **Origem:** Comunidades surdas internacionais (sem autor único)
- **Definição:** é um conceito cultural da comunidade surda que se refere a uma percepção mais flexível do tempo nos encontros e eventos sociais. Essa característica está relacionada à valorização da convivência, da comunicação visual e do fortalecimento dos vínculos comunitários entre pessoas surdas.
- **Exemplo concreto:** Um evento marcado para às 19h em uma associação de surdos geralmente começa às 20h e termina bem depois do horário planejado, e isso é culturalmente aceito e esperado.
- **Importância:** O conceito de *Deaf Time* não deve ser interpretado como atraso ou falta de pontualidade, é uma prática cultural relacionada às especificidades das comunidades surdas.

1.5.7 Usher Deaf (Surdez Usher)



Sinal de *Usher Deaf* - ASL (*American Sign Language*)

- **Origem:** Comunidades de pessoas surdocegas com Síndrome de Usher.
- **Definição:** Síndrome de Usher é uma condição genética que causa surdez congênita e perda progressiva de visão (retinose pigmentar). Pessoas com Usher desenvolvem identidade surda na infância/adolescência e, posteriormente, tornam-se surdocegas.

1.5.8 Fonocentrismo

- **Origem:** Jacques Derrida (1967, “Da Gramatologia”), aplicado aos estudos surdos.
- **Definição:** Fonocentrismo é a perspectiva filosófica e cultural que privilegia a fala e a voz como formas superiores de linguagem e pensamento. Derrida argumenta que a tradição filosófica ocidental sempre tratou a escrita como “suplemento” inferior à fala, associando fala à presença, verdade e autenticidade, enquanto escrita é tratada como ausência, artifício e falsidade.

No contexto surdo, o fonocentrismo explica por que línguas de sinais foram historicamente tratadas como “não verdadeiras línguas”, porque não são baseadas em som. A hierarquia entre som, escrita e gesto encontra-se profundamente arraigada na cultura ocidental.

- **Exemplo concreto:** Quando educadores oralistas do século XIX argumentavam que surdos precisavam aprender a falar “para desenvolver pensamento abstrato”, estavam operando

desde o fonocentrismo, assumindo que pensamento complexo requer vocalização.

- **Importância:** O conceito de fonocentrismo conecta opressão surda a estruturas filosóficas profundas da cultura ocidental, mostrando que audismo não é apenas preconceito individual, mas está enraizado em pressupostos epistemológicos milenares.

1.5.9 Surdocegueira e Epistemologia Tátil

- **Origem:** Comunidades de pessoas surdocegas
- **Definição:** Surdocegueira refere-se à condição de pessoas com perda significativa de audição e visão. Pessoas surdocegas desenvolvem epistemologia tátil, conhecimento do mundo mediado primariamente pelo tato, movimento e proximidade corporal. Línguas de sinais táteis (como *ASL* tátil, Libras tátil) são adaptações onde sinalizador e receptor mantêm contato físico constante, mãos do receptor sobre as mãos do sinalizador, permitindo “sentir” os sinais. Essa modalidade comunicativa cria sociabilidade única, onde proximidade física não é invasão, mas necessidade comunicativa.
- **Exemplo:** Haben Girma, é uma advogada surdocega norte-americana, descreve como usa *Braille* em *iPhone* para comunicação escrita, *ASL* tátil para comunicação presencial, e intérpretes que sinalizam em suas mãos. Ela navega o mundo através de informação tátil, ecolocalização e tecnologia adaptativa.
- **Importância:** A experiência surdocega desafia tanto audismo quanto oclocentrismo (privilégio da visão). Demonstra que conhecimento humano não depende de nenhum sentido específico, os seres humanos demonstram extraordinária capacidade de adaptação na criação de sistemas comunicativos e epistemológicos.
- **Exemplo de líder:** Haben Girma, primeira pessoa surdocega a se formar em Direito pela Universidade de Harvard, ativista internacional pelos direitos de pessoas com deficiências múltiplas.
- **Importância:** A experiência devido à Síndrome de Usher desafia tanto as comunidades surdas, que precisa se tornar mais

acessível visualmente para pessoas com baixa visão, quanto a sociedade ouvinte, que precisa reconhecer epistemologias táteis e proxêmicas.

1.6 Autores surdos internacionais sobre Política Surda

Esta seção apresenta pesquisadores surdos de diferentes países que contribuem para a formulação teórica da Política Surda em âmbito internacional.

1.6.1 Estados Unidos

- **Yerker Andersson** (Suécia/EUA) — Sociólogo surdo, ex-presidente da *World Federation of the Deaf (WFD)* e autor de estudos sobre mobilização política internacional das comunidades surdas.
- **Ben Bahan** (EUA) — Pesquisador surdo da *ASL* e cultura surda, co-autor de *A Journey into the Deaf-World* (1996), que aborda as comunidades surdas como minorias linguísticas.
- **Marlon Kuntze** (EUA) — Pesquisador surdo de educação bilíngue e linguística da *ASL*, defensor da pedagogia surda centrada na língua de sinais.
- **MJ Bienvenu** (EUA) — Ativista e educadora surda, cofundadora do conceito *Deaf Culture* e defensora da educação bilíngue.

1.6.2 Europa

- **Maartje De Meulder** (Bélgica) — Pesquisadora surda das políticas linguísticas voltadas às línguas de sinais na Europa, ativista pelos direitos linguísticos surdos no contexto da União Europeia.
- **Christian Rathmann** (Alemanha) — Linguista surdo e diretor do *Sign Language Research Lab*, da Universidade de Hamburgo, referência em linguística de línguas de sinais europeias.
- **Annika Pabsch** (Alemanha) — Pesquisadora surda das áreas de educação bilíngue e Estudos Surdos na Alemanha.

- **Jill Duncan** (Reino Unido/Nova Zelândia) — Pesquisadora surda de educação bilíngue e aquisição de língua de sinais em crianças surdas.

1.6.3 Oceania

- **Trevor Johnston** (Austrália) — Linguista surdo e pioneiro nos estudos de *Auslan* (Língua de Sinais Australiana), autor do primeiro dicionário científico de *Auslan*.
- **Rachel McKee** (Nova Zelândia) — Pesquisadora surda de *NZSL* (Língua de Sinais da Nova Zelândia), ativista pelo reconhecimento oficial da *NZSL* (conquistado em 2006).
- 1.6.4 Ásia
- **Dirksen Bauman** (Japão/EUA) — Pesquisador de culturas surdas asiáticas, com estudos voltados às relações entre filosofias budistas e epistemologias visuais surdas.
- **Madan Vasishta** (Índia) — Educador surdo indiano, fundador do *All India Federation of the Deaf*, ativista pela educação bilíngue na Índia.

1.6.4 América Latina

- **Alejandro Oviedo** (Venezuela) — Pesquisador surdo de história das comunidades surdas na América Latina, autor de “*A los sordos se les enseña, mas no se les educa*” (2007).
- **Grupo de Surdos (Brasil)** — Artista, ator e diretor surdo, fundador do Centro de Integração de Artes e Culturas Surdas (CISACEN), referência em artes ciências surdas (1989).

1.7 Tabela comparativa entre os quatro conceitos

A tabela a seguir sistematiza as principais dimensões dos cinco conceitos apresentados neste capítulo, permitindo uma leitura comparativa que evidencia convergências e especificidades no âmbito dos Estudos Surdos.

Conceito	Autores	Definição Central	Foco Principal	Objetivo Político
<i>Deaf Gain</i>	Bauman & Murray (2014)	A surdez como ganho para a diversidade humana, não como perda.	Diversidade cognitiva e visual	Reposicionar a surdez como contribuição
<i>Deafhood</i>	Paddy Ladd (2003)	Processo contínuo de construção e afirmação da identidade surda	Jornada identitária coletiva	Empoderamento e resistência cultural
Surdos Heróis	Gisele Rangel (2016)	Figuras históricas e contemporâneas que inspiram a comunidade surda.	Resistência, liderança e legado	Construção de modelos identitários
<i>Deaf Power</i>	Inspirado no <i>Black Power</i>	Empoderamento político e cultural da comunidade surda frente ao audismo.	Força coletiva e autodeterminação	Transformação social e política

Fonte: Elaborados dos autores (2026).

Os quatro conceitos centrais, *Deaf Gain*, *Deafhood*, Surdos Heróis¹ e *Deaf Power*, embora distintos em sua origem e em suas ênfases, convergem para uma mesma perspectiva política: o reconhecimento das pessoas surdas como sujeitos plenos de direitos, língua e cultura, capazes de produzir conhecimento sobre si mesmas e de ocupar os espaços de decisão relacionados às suas comunidades.

Esses conceitos não são abstrações acadêmicas distantes da realidade. Eles emergem de lutas concretas, movimentos históricos, resistências cotidianas e conquistas políticas protagonizadas pelas comunidades surdas ao redor do mundo. Eles nomeiam experiências vividas e fornecem instrumentos teóricos e linguísticos para a articulação de reivindicações políticas.

1 No contexto brasileiro, o conceito Surdos Heróis foi desenvolvido e apresentado pela autora Gisele Maciel Monteiro Rangel a partir de pesquisas realizadas com a comunidade surda

Além desses quatro conceitos, as comunidades surdas desenvolveram uma produção teórica, rica e diversa, incluindo conceitos como audismo, ouvintismo, linguicismo, *DeafSpace*, colonialismo oral, *Deaf Time*, entre outros, demonstrando que a Política Surda não se limita a reivindicar direitos dentro de estruturas existentes, mas também propõe epistemologias, conceitos e formas próprias de compreender e transformar o mundo.

É sobre esse fundamento teórico e histórico que se estrutura o conceito de Política Surda, tema central deste capítulo e objeto dos capítulos seguintes.

gaúcha, não se tratando de tradução de conceito estrangeiro. O termo Deaf Heroes aparece em alguns contextos internacionais, especialmente nos Estados Unidos, porém não possui definição conceitual consolidada na literatura especializada, devendo ser compreendido dentro de seu contexto de uso

Capítulo 2

CONCEITO DE POLÍTICA SURDA NO BRASIL

A política surda nasce do reconhecimento de que identidade, língua e cultura são patrimônios coletivos e inegociáveis.
(Clarissa Guerretta, 2026)



Sinal de Política Surda - Libras (Língua Brasileira de Sinais)

2.1 Política Surda: Conceitos e Fundamentos de uma Perspectiva Cultural

Refletir e discutir com o leitor o que se entende, de modo geral, pela terminologia política é fundamental para a compreensão da vida em sociedade. A palavra “política” tem origem em dois termos gregos: *politiké*, que se refere à política em sentido amplo, e *politikós*, que diz respeito ao que pertence aos cidadãos.

Nesse sentido, a política constitui um campo essencial para a garantia de direitos, pois envolve a participação coletiva e a pluralidade de vozes na formulação de demandas, na tomada de decisões e na formulação de propostas que visam à melhoria das condições de vida na sociedade. Trata-se, portanto, de um processo que organiza a vida social, assegurando direitos, igualdade e princípios democráticos no território nacional, por meio das ações dos três poderes do Estado e também da participação ativa de cidadãos e cidadãs, inclusive por meio de representantes de organizações da sociedade civil(OSC), que atuam na reivindicação e na construção

de políticas públicas voltadas à garantia do direito à vida (Prates, 2025; Pinheiro, 2020).

Antes de abordar o conceito de Política Surda, é importante destacar que, no Brasil, já existem políticas públicas específicas voltadas à população negra e aos povos indígenas, reconhecendo suas particularidades históricas e culturais. No entanto, ainda não há uma política pública única e estruturada voltada às comunidades surdas que articule, de forma ampla, áreas como educação, saúde e cultura. Essa ausência revela uma lacuna nas políticas de inclusão, especialmente no que se refere ao reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais (Libras) e das especificidades socioculturais do povo surdo.

O conceito de Política Surda emerge no cruzamento entre os Estudos Surdos e as lutas históricas das comunidades surdas e surdocegas no Brasil, especialmente a partir do fortalecimento da perspectiva bilíngue na educação e do reconhecimento das comunidades de línguas de sinais como coletivos linguísticos, culturais e políticos legítimos. Trata-se de uma noção construída a partir da militância de pessoas surdas e surdocegas e de suas atuações como protagonistas na produção de saberes, práticas e reivindicações por direitos.

Como evidenciam as formulações recentes sobre o conceito de Política Surda, trata-se de uma perspectiva ainda em construção. Embora não tenha sido sistematizada anteriormente como campo teórico, as pessoas surdas e surdocegas sempre estiveram envolvidas em movimentos sociais e na luta por seus direitos enquanto cidadãos e cidadãs ativos(as). Nesse sentido, sua formulação atual reconhece e sistematiza epistemologicamente práticas políticas historicamente construídas pelas comunidades surdas.

Tradicionalmente, os estudos em política têm focalizado temas como sistemas políticos, instituições públicas e privadas, cidadania, cultura política, atores sociais e valores democráticos, entre outros. Nesse cenário, a Política Surda surge como uma proposta que amplia essas dimensões, articulando-as às especificidades linguísticas, culturais e identitárias das comunidades surdas e surdocegas, reafirmando-as como sujeitos políticos na produção de conhecimento e na construção da vida social.

É importante destacar que a Libras não constitui apenas um recurso de acessibilidade, mas sim um direito linguístico e identitário que garante autonomia, pertencimento e, principalmente, o acesso pleno à cidadania. Além disso, vale entender a reflexão da Quadros (2005):

Pensa-se que, no Brasil, todo falante adquire a Língua Portuguesa como primeira língua (L1). Ignora-se, portanto, que temos falantes de famílias imigrantes (japoneses, alemães, italianos, espanhóis, etc.), que temos as várias comunidades indígenas que falam várias línguas nativas (mais de 170 línguas indígenas de famílias totalmente diferentes) e que temos, também, “falantes”, digo, “sinalizantes” da língua de sinais brasileira (os surdos e familiares de surdos brasileiros). Todas estas línguas faladas no Brasil, também são línguas brasileiras caracterizando o país que o Brasil realmente é, um país multilíngue.

Nesse contexto, a Política Surda constitui uma prática estratégica de resistência frente às estruturas ouvintistas que, ao longo do tempo, historicamente buscaram silenciar as línguas de sinais, invisibilizar os sujeitos surdos e impor políticas de assimilação.

Nesse cenário, a Política Surda afirma o direito linguístico da pessoa surda e defende sua participação ativa nos espaços de decisão e de formulação de políticas públicas que impactam sua vida, como a educação, a saúde, a justiça e a cultura.

No campo linguístico, a Política Surda propõe um novo paradigma, que consiste na centralidade da pessoa surda como agente político e produtora de conhecimento, enraizado nas experiências vividas pelas comunidades de línguas de sinais. Nesse contexto, reconhece as epistemologias surdas como fontes legítimas de saber e propõe novas estratégias de articulação política, as quais reforçam a busca por direitos sociais, equidade, respeito às identidades e emancipação social.

Alguns autores utilizam a expressão Política Surda, embora ainda não exista uma conceituação específica e consensual sobre o termo. Sua abordagem pode ser compreendida e interpretada como uma perspectiva político-educacional que reconhece e valoriza a língua, a cultura e a identidade das comunidades surdas, promovendo práticas inclusivas que respeitam suas especificidades e direitos. Sua contribuição antecipa debates que viriam a ser aprofundados por pesquisadores surdos brasileiros nas décadas seguintes, em articulação com o fortalecimento das políticas públicas voltadas à educação bilíngue e aos direitos linguísticos.

Para compreender o conceito de Política Surda, é necessário considerar que trata-se de um campo político construído pelas comunidades surdas com base na língua, na cultura e na identidade visual.

A Política Surda pode ser investigada em diferentes eixos temáticos, abrangendo áreas como educação, linguística, cultura, direitos humanos e inclusão social. Esses eixos permitem compreender a complexidade das experiências surdas, bem como as formas de organização política, cultural e linguística das comunidades surdas nos diferentes níveis de formação acadêmica, incluindo cursos de graduação, programas de pós-graduação em nível de mestrado e programas de doutorado.

2.2 A Trajetória Histórica da Política Surda no Campo Político Nacional

A política, compreendida como campo de organização da vida coletiva e de mediação das relações de poder, conforme discutido por Bittar (2011), envolve necessariamente dimensões como justiça, cidadania, democracia e construção do bem comum. Tal compreensão amplia o entendimento da política para além das estruturas institucionais, permitindo sua leitura como prática social e histórica.

É nesse horizonte teórico que se insere a Política Surda, a qual ressignifica tais fundamentos ao deslocar o foco tradicional da deficiência para a língua, a cultura e a experiência surda. Nesse contexto, a Política Surda pode ser compreendida como um movimento político e epistemológico que reivindica a centralidade das pessoas surdas como sujeitos de direito, produtores de conhecimento e agentes históricos, articulando-se diretamente às noções de justiça, participação e emancipação presentes tanto no pensamento clássico quanto na filosofia política contemporânea.

Os novos movimentos surdos assumiram um decisivo protagonismo político no campo do Direito, como forma de militância surda, com objetivo de lutar contra as desigualdades no campo jurídico, a fim de garantir cidadania aos grupos minoritários (Krause, 2022, p. 65).

Honneth (2015) propõe a teoria da liberdade social, perspectiva que pode ser observada na atuação política das comunidades surdas através de uma vida pública democrática nas instituições, especialmente no contexto político brasileiro e sul-americano. Essa teoria estabelece relações entre vida pública e participação política para compreender a autolegislação e como as leis de construção do ordenamento justo que ativistas de movimentos sociais surdos buscam para promover transformações no desenvolvimento social. Essa perspectiva reforça a importância de reconhecer a atuação política das pessoas surdas não apenas como destinatárias de direitos,

mas como agentes ativos na produção de discursos, legislações e políticas públicas que afetam diretamente suas vidas. Segundo Krause (2022, p. 22).

O estudo atual está direcionado à vida política da comunidade surda na questão do processo legislativo nas esferas municipal, estadual e federal, com objetivo de compreender os direitos sociais já conquistados, ao viés de reivindicações e lutas da comunidade, que visam a garantia da igualdade, liberdade e dignidade na relação com o direito constitucional entre o comportamento político e instituições relacionadas ao movimento social surdo.

No Brasil, o processo de construção da Política Surda pode ser observado historicamente a partir da organização social e política das comunidades surdas, marcada por iniciativas coletivas institucionais, e por ex-estudantes do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), organizados por meio do Grêmio Estudantil do Instituto Nacional de Educação de Surdos (GINES). Essa associação, voltada, principalmente, às práticas esportivas e ao convívio comunitário, não possuía estatuto formal e atualmente encontra-se desativada (Monteiro, 2006).

As associações frequentemente preservam fotografias de ex-presidentes e narrativas históricas sobre o protagonismo surdo e o pioneirismo na atuação de posição presidencial na associação dos surdos, em que muitas dessas trajetórias foram influenciadas pelas experiências vividas no Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), que contribuiu para a formação dos cidadãos surdos.

Ao longo das décadas seguintes, surgiram novas organizações. Em 1913, foi criada a primeira Associação Brasileira de Surdos-Mudos (ABMS). Nesse período, também merece destaque a atuação de grupos como a Associação Alvorada Congregadora dos Surdos, fundada em 1953, que contribuiu para o fortalecimento do senso de pertencimento e da mobilização coletiva. Alguns anos depois, outras associações de surdos se espalharam pelos estados brasileiros, como a Associação de Surdos-Mudos de São Paulo, fundada em 1954, seguida pela Associação de Surdos de Belo Horizonte, em Minas Gerais, em 1956. Atualmente, existem cerca de 120 associações de surdos distribuídas pelo território brasileiro.

Ainda nesse contexto, a Confederação Brasileira de Desportos de Surdos (CBDS) foi fundada oficialmente em 17 de novembro de 1984. No entanto, sua trajetória teve início já na década de 1950, com o fortalecimento das primeiras associações de surdos e a organização de práticas esportivas voltadas à comunidade surda. A CBDS representa um marco importante na articulação nacional das pessoas surdas em torno do

esporte como espaço de fortalecimento identitário, inclusão e expressão cultural.

Um marco importante na consolidação nacional das pautas surdas foi a fundação da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS), em 16 de maio de 1987, instituição que permanece como uma das principais representantes políticas das comunidades surdas brasileiras. No ano seguinte, a Constituição Federal de 1988 fortaleceu o reconhecimento dos direitos culturais e linguísticos das pessoas surdas, representando um avanço significativo na perspectiva do reconhecimento da diferença linguística (Brasil, 1988). Entre os anos de 1990 e 2000, a comunidade surda brasileira protagonizou diversas marchas e manifestações nacionais sob o lema “*Educação que nós, Surdos, queremos*”, reivindicando uma educação bilíngue, com professores surdos e a valorização da Libras como primeira língua.

No dia 21 de abril de 2001, foi realizada a I Conferência dos Direitos e Cidadania dos Surdos do Estado de São Paulo (CONDISUR), espaço de formulação de propostas voltadas à educação, cultura, saúde, família, esporte, trabalho, língua de sinais, comunicação e participação cidadã. A realização da CONDISUR constituiu um importante marco no fortalecimento das políticas públicas voltadas à população surda, promovendo o diálogo entre comunidades surdas, gestores públicos e representantes da sociedade civil. A Conferência contribuiu de forma significativa para a consolidação de diretrizes que reconhecem a Libras como instrumento fundamental de acesso à cidadania, bem como para a valorização da identidade surda e da participação ativa dessa população nos processos decisórios.

Entre 2002 e 2005, foram aprovados dois importantes marcos legais para os direitos linguísticos das pessoas surdas no Brasil: a Lei nº 10.436/2002, que reconhece a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como meio legal de comunicação e expressão, e o Decreto nº 5.626/2005, que regulamenta essa lei e estabelece diretrizes para sua implementação, especialmente na educação e nos serviços públicos.

Posteriormente, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI – Lei nº 13.146/2015) reforçou esses avanços ao assegurar o direito à acessibilidade, à comunicação e à participação social em igualdade de condições, fortalecendo também o uso e a difusão da Libras como instrumento de cidadania.

Nesse contexto, os Estudos Surdos, especialmente a vertente da Política Surda, contribuem de forma fundamental para a compreensão dessas conquistas, ao problematizar as relações de poder, língua e cultura que envolvem as comunidades surdas. Essa área de estudos desloca a visão tradicional da surdez como deficiência e passam a compreendê-la como diferença linguística e cultural, destacando o protagonismo das pessoas surdas na produção de conhecimento e na luta por direitos.

Esses marcos legais, articulados às contribuições dos Estudos Surdos, fortalecem o que hoje se compreende como Política Surda, entendida como a organização coletiva e o movimento político protagonizado pelas comunidades surdas na defesa de seus direitos linguísticos, culturais e sociais. Trata-se de uma perspectiva que afirma o uso da língua de sinais como direito inalienável e reconhece as pessoas surdas como sujeitos políticos ativos na construção de políticas públicas.

Nesse sentido, o protagonismo surdo na política não se restringe a uma pauta exclusiva da comunidade surda, mas representa uma contribuição para a transformação social mais ampla, ao incorporar novas perspectivas de linguagem, cultura e experiência. A presença surda nos espaços políticos e institucionais também fortalece a representatividade da diversidade do povo brasileiro, ampliando o debate sobre cidadania, acessibilidade e inclusão em diferentes áreas sociais.

2.3 Características principais da Política Surda

Segundo Rangel (2004, p. 42), a Política Surda começa a se tornar visível com a criação de associações e sociedades que reúnem pessoas surdas com o objetivo de fortalecer a identidade linguística e cultural, possibilitando a construção de espaços de pertencimento, resistência e organização coletiva.

De forma semelhante, Perlin (1998) destaca que a política surda está diretamente relacionada à afirmação da identidade surda e ao reconhecimento da Língua de Sinais como elemento central na constituição cultural, rompendo com perspectivas medicalizantes da surdez e deslocando o foco para uma compreensão sociolinguística, cultural e política das pessoas surdas.

Para Skliar (1998), a emergência da Política Surda está vinculada à crítica ao ouvintismo, entendido como um sistema de poder que silenciou historicamente as línguas de sinais e impôs modelos de normalização da

surdez. Desse modo, a Política Surda configura-se como uma forma de resistência e de afirmação da diferença linguística e cultural.

Strobel (2008) acrescenta que a Política Surda se expressa também nas práticas comunitárias, na produção cultural e na valorização das experiências visuais, constituindo espaços de fortalecimento da identidade surda e de construção de saberes próprios, fundamentados na experiência visual e na língua de sinais.

Dessa forma, compreende-se que a Política Surda apresenta características centrais relacionadas à língua, à cultura, à identidade e a organização política das comunidades surdas: a valorização da Língua de Sinais como língua natural, legítima e constitutiva da experiência surda; a centralidade da identidade surda; a organização política por meio de associações, movimentos sociais e espaços coletivos de resistência; a resistência às práticas ouvintistas; e a luta por direitos linguísticos, educacionais e sociais. Trata-se, portanto, de um movimento político e epistemológico que reconhece as pessoas surdas como sujeitos históricos, culturais e produtores legítimos de conhecimento.

Entre as principais características da Política Surda, destacam-se:

2.3.1 Autonomia e protagonismo surdo

- As comunidades surdas assumem o protagonismo nas decisões relacionadas à educação, à cultura, à representação política e aos direitos linguísticos e sociais.
- A Política Surda reivindica que políticas públicas voltadas às pessoas surdas sejam construídas com a participação ativa das próprias comunidades surdas, e não apenas a partir de perspectivas ouvintes.
- Fundamental construir espaços de discussão crítica, com protagonismo e voz própria das pessoas surdas e surdocegas, capazes de promover reflexões sobre as relações sociais, os mecanismos de exclusão, o assistencialismo e os limites de políticas formuladas exclusivamente a partir de perspectivas ouvintistas.
- É necessário romper com práticas de silenciamento e com formas naturalizadas de invisibilização das demandas surdas e com atitudes de violência simbólica, linguística e institucional. Em vez disso, deve-se promover a conscientização acerca dos

direitos humanos, a legislação vigente e, principalmente, sobre as capacidades, competências e potencialidades das pessoas surdas e surdocegas.

2.3.2 Valorização da língua de sinais

- A Política Surda defende a língua de sinais como primeira língua das pessoas surdas e como elemento central da constituição identitária, cultural e comunitária.
- Também se posiciona criticamente diante das práticas que historicamente buscaram “corrigir” a surdez, como o oralismo forçado, defendendo uma perspectiva bilíngue e cultural centrada na experiência visual e linguística das comunidades surdas.
- Além disso, promove o enfrentamento da desvalorização das línguas de sinais em diferentes setores da sociedade, defendendo políticas de acessibilidade linguística e o reconhecimento do direito linguístico das pessoas surdas como direito humano fundamental.
- A Política Surda também assume uma posição crítica diante do monolinguismo, que considera a língua de sinais como inferior ou fora do padrão. A luta das comunidades surdas volta-se à valorização do plurilinguismo e pelo respeito à diversidade linguística como princípio fundamental dos direitos humanos, da cidadania e da diversidade cultural.

2.3.3 Representatividade e liderança surda

- A Política Surda defende a formação e valorização de lideranças surdas nos espaços políticos, acadêmicos, culturais e institucionais, ampliando a participação das pessoas surdas nos processos de decisão.
- Também busca fortalecer organizações surdas, como associações, coletivos, organizações não governamentais e movimentos sociais, reconhecendo esses espaços como fundamentais para articulação política e cultural das comunidades surdas.
- Incentiva-se, ainda, a pesquisa sobre as formas de organização interna e externa das comunidades surdas, com o objetivo de

fortalecer lideranças já existentes e contribuir para a construção de novos movimentos de protagonismo político surda.

2.3.4 Luta por direitos linguísticos e educacionais

- A Política Surda reivindica uma educação bilíngue efetivamente centrada na língua de sinais, com a presença de professores surdos como modelos linguísticos, culturais e identitários.
- Também apresenta críticas às políticas de inclusão escolar que inserem estudantes surdos em escolas regulares sem condições adequadas de acessibilidade linguística e cultural.
- Defende-se o fortalecimento da gestão educacional por meio da presença de profissionais surdos, garantindo a participação ativa das comunidades surdas nos processos de decisão pedagógica e institucional.
- Propõe-se, ainda, a construção de currículos que articulem as disciplinas escolares a temas como associativismo, cultura surda, política, esportes nacionais e internacionais e formação de lideranças.
- Além disso, considera-se fundamental a produção e a organização de materiais didáticos voltados à cultura surda e à história da surdez, valorizando a memória coletiva, as trajetórias históricas e o protagonismo político e cultural das pessoas surdas.

Esses elementos demonstram que a Política Surda não se limita à garantia de serviços ou direitos básicos. A Política Surda reconhece a experiência surda como uma forma legítima e singular de estar e compreender o mundo, fundamentada em experiências visuais, identidades culturais próprias. Nesse sentido, valoriza a participação ativa das pessoas surdas nos processos de decisão relacionados às suas vidas, direitos e comunidades. A Política Surda defende o reconhecimento e o respeito às línguas de sinais como direitos linguísticos fundamentais, o fortalecimento de lideranças surdas, a consolidação de uma educação bilíngue de qualidade bem como a produção de materiais pedagógicos que valorizem a história, a cultura surda e as trajetórias das comunidades surdas. Trata-se, portanto, de uma perspectiva político-cultural que fortalece as comunidades surdas e busca garantir sua presença, participação e protagonismo nos diferentes espaços da sociedade.

2.4 Articulação com políticas sociais e Estado

Nesta seção, discute-se a articulação entre políticas sociais e ações do Estado em quatro áreas fundamentais: educação, saúde, cultura e esporte, evidenciando a existência de iniciativas e programas sociais que, em diferentes níveis, dialogam com os direitos linguísticos, culturais e sociais do povo surdo. Esses exemplos permitem observar tanto avanços institucionais quanto os limites ainda presentes na consolidação de políticas públicas mais abrangentes, servindo como base para a análise específica de cada eixo a seguir.

No contexto da educação, destaca-se a atuação de pessoas surdas no Congresso Nacional e na Diretoria de Políticas de Educação Bilíngue de Surdos (Dipebs), vinculada à Secadi do Ministério da Educação (MEC), especialmente a partir de 2019. Essa presença representa um importante avanço no reconhecimento da política surda, pois evidencia o protagonismo das próprias pessoas surdas na construção de movimentos educacionais, na defesa de seus direitos linguísticos e na valorização de suas experiências e saberes próprios. Dessa forma, fortalece-se, assim, a compreensão de que a política surda está diretamente relacionada à participação ativa da comunidade surda na formulação de políticas públicas educacionais.

Além disso, destaca-se o programa Bolsa Atleta, uma política pública de incentivo ao esporte que também contempla atletas surdos incluindo categorias destinadas à participação em competições como as Surdolimpíadas. Esse programa contribui para garantir apoio financeiro aos esportistas, possibilitando melhores condições de treinamento, participação em competições nacionais e internacionais e maior visibilidade ao esporte surdo no Brasil.

Nesse contexto, a atuação da Confederação Brasileira de Desportos de Surdos (CBDS) é fundamental, pois a entidade representa oficialmente os atletas surdos brasileiros e organiza ações voltadas ao fortalecimento do esporte surdo. A CBDS também promove movimentos sociais e políticos em defesa do reconhecimento da comunidade surda no campo esportivo, lutando por acessibilidade, inclusão e ampliação de direitos. Dessa forma, o esporte é compreendido não apenas como prática competitiva, mas também como espaço de identidade cultural, protagonismo surdo e afirmação política.

No campo da saúde, destaca-se a atuação de militantes surdos e pesquisadores na construção de programas voltados à acessibilidade na área

da saúde. Entre essas iniciativas, estão a criação de glossários e sinalários em Libras, o desenvolvimento de aplicativos, materiais de orientação e produtos informativos destinados ao atendimento de pessoas surdas, incluindo materiais voltados às gestantes surdas, prevenção de doenças e acesso aos serviços de saúde.

Essas ações buscam garantir que a população surda tenha acesso a informações seguras e compreensíveis, respeitando sua língua e sua experiência visual. A garantia do direito à saúde das pessoas surdas envolve não apenas o atendimento médico, mas também o direito à comunicação acessível e à autonomia na tomada de decisões sobre o próprio cuidado.

Nesse sentido, a política surda na área da saúde se fortalece ao reconhecer a Libras como elemento central, além de valorizar a cultura surda e suas formas próprias de interação com o mundo. Assim, a inclusão no campo da saúde deixa de assumir caráter meramente assistencial e passa a representar também um compromisso com cidadania, dignidade e participação social.

No contexto da saúde pública, é importante evidenciar que ainda há lacunas na implementação de políticas públicas voltadas à pessoa surda, bem como a ausência de programas sociais específicos que garantam sua plena inclusão.

Entre os principais desafios, destaca-se a falta de obrigatoriedade do ensino de Libras na formação de profissionais da área da saúde. Ao concluir a graduação, esses profissionais deveriam estar habilitados a oferecer acolhimento adequado por meio da comunicação em Libras com pacientes surdos.

Além disso, observa-se a escassez do uso de Libras nos informativos oficiais compartilhados pelo Ministério da Saúde, o que dificulta o acesso à informação por essa população. Embora sejam utilizadas tecnologias assistivas, como VLibras, ainda existem limitações quanto à qualidade e a contextualização das traduções realizadas automaticamente.

Outro ponto relevante é a necessidade de adaptação dos ambientes de atendimento de acordo com os princípios do conceito de *Deaf Space*, garantindo que pessoas surdas não sejam prejudicadas, por exemplo, ao não perceberem a chamada de seus nomes em filas de espera. Por fim, é fundamental que receitas médicas e demais orientações sejam disponibilizadas com linguagem visual acessível, facilitando a compreensão do paciente surdo.

Ressalta-se que o direito da pessoa surda ao acesso aos serviços públicos de saúde está previsto na Política Nacional de Saúde Integral da Pessoa com Deficiência (PNAISPD). Entretanto, observa-se que ainda não há participação das pessoas surdas nos processos centrais de formulação das políticas públicas de saúde.

No campo das políticas públicas culturais, destaca-se a participação dos sujeitos surdos nas artes surdas, em exposições culturais, produções audiovisuais, teatro, literatura em Libras e nas expressões visuais que expressam identidades, experiências visuais e formas de pertencimento das comunidades surdas. Os artistas surdos desempenham um papel político importante, pois suas produções fortalecem a visibilidade da cultura surda e reafirmam sua língua, sua história e sua forma própria de perceber o mundo.

Essas manifestações culturais não são apenas expressões artísticas, mas também formas de resistência cultural, pertencimento comunitário e afirmação política das comunidades surdas, uma vez que valorizam a experiência visual e a centralidade da Libras como elemento cultural. Além disso, muitos projetos culturais contam com recursos financeiros de incentivo, como os editais da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura, que possibilitam o incentivo à produção artística, à circulação de obras e ao fortalecimento da participação de artistas surdos nos espaços culturais brasileiros. Dessa forma, a cultura também se consolida como um importante campo de luta por reconhecimento, acessibilidade e direitos.

A Política Surda não se constitui de forma isolada, mas em articulação permanente com os movimentos sociais amplos de defesa dos direitos humanos, da equidade e da justiça social. Ela se conecta, em primeiro lugar, ao movimento internacional pelos direitos das pessoas com deficiência, expresso na Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2006), da qual o Brasil é signatário.

Entretanto, dialoga criticamente com esse marco ao reivindicar o reconhecimento da especificidade linguística e cultural das comunidades surdas, compreendidas como minoria linguística e sujeitos de direitos linguísticos. Nesse sentido, a Política Surda articula demandas por acessibilidade com demandas por reconhecimento identitário, equidade educacional e representação política.

A conexão entre as diversas Políticas Surdas, aquelas formuladas pelas próprias comunidades surdas, e as Políticas Sociais voltadas às pessoas surdas, formuladas pelo Estado, é abordada em detalhe no Capítulo 4,

no qual se apresenta a distinção conceitual fundamental entre esses dois registros de ação política.

Considera-se importante destacar também o uso de termos como política linguística, direito linguístico e acessibilidade linguística por meio da presença de intérpretes de Libras. Cada um desses conceitos apresenta especificidades teóricas e funções complementares, sendo fundamentais para uma melhor compreensão da Política Surda.

2.4.1 Política Linguística

Autor: Louis-Jean Calvet (2007) é uma das principais referências nos estudos de política linguística e planejamento linguístico.

Conceito: A política linguística consiste no conjunto de decisões e intervenções sociais, institucionais ou governamentais voltadas à organização, valorização, reconhecimento e uso das línguas em uma determinada comunidade.

Para relacionar com Libras e comunidade surda: No contexto da comunidade surda, a política linguística envolve o reconhecimento da Libras, a garantia de acessibilidade linguística e a promoção dos direitos das pessoas surdas ao uso de sua língua natural em espaços educacionais, culturais e sociais.

2.4.2 Direito Linguístico

- **Autor:** Ricardo Nascimento Abreu (2019), o direito linguístico envolve a garantia do uso da língua própria em diferentes espaços sociais, assegurando acesso à educação, à informação, à comunicação e aos serviços públicos.
- **Conceito:** consiste na garantia do uso, reconhecimento e acesso às línguas por indivíduos e comunidades, assegurando condições de participação social, educacional, cultural e política em sua própria língua.
- **Relacionando com a comunidade surda:** No contexto da comunidade surda, os direitos linguísticos envolvem o reconhecimento da Libras como língua da comunidade surda brasileira, garantindo acessibilidade linguística, educação

bilíngue e acesso aos serviços públicos por meio da língua de sinais.

2.4.3 Acessibilidade Linguística

- **Autor:** O conceito não possui um único autor universalmente reconhecido, pois foi desenvolvido de forma interdisciplinar em áreas como inclusão, tradução, educação de surdos, direitos linguísticos e políticas públicas.
- **Conceito:** Refere-se às condições que garantem às pessoas o acesso à informação, à comunicação e à participação social por meio de sua própria língua, especialmente em contextos educacionais, institucionais, culturais e sociais.
- **Para relacionar com Libras e comunidade surda:** No contexto da surdez, a acessibilidade linguística envolve a garantia do uso da Libras em espaços públicos, educacionais e sociais, assegurando comunicação acessível, participação social e a efetivação dos direitos linguísticos das pessoas surdas.

2.5 Revisão Integrativa da literatura

Resistir em Libras
é existir em plenitude
(Clarissa Guerretta, 2026).

Realizou-se uma revisão integrativa da literatura com o objetivo de identificar as produções acadêmicas relacionadas às políticas públicas relacionadas às comunidades surdas. A busca foi realizada com recorte temporal de cinco anos (2020–2025), com exceção de uma base de dados que apresentou produções relevantes fora desse intervalo. Foram utilizados os descritores “políticas públicas” e “surdo”, com adaptações de acordo com as especificidades de cada base consultada.

As bases consultadas e os resultados iniciais foram:

- No *Google Acadêmico*, utilizou-se o descritor “política surda” no período de 2002 a 2025, resultando em 86 trabalhos; após a exclusão de trabalhos duplicados e de estudos sem relação direta com a temática, restaram cinquenta e quatro trabalhos.

- *Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)*: busca com os termos “políticas públicas” e “surdo” de 2012 a 2025, o que resultou em cento e setenta e sete trabalhos identificados.
- *Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD)*: foram realizadas duas etapas de buscas. A primeira, sem recorte de período, com os termos “políticas públicas” e “surdo”, resultou em 537 trabalhos. A segunda, com recorte de 2020 a 2025, identificou 239 trabalhos.

Após leitura dos títulos, dos resumos e, quando necessário, dos textos completos, aplicaram-se critérios de exclusão como duplicidade de conteúdo e ausência de relação direta com o tema central da pesquisa. Ao final do processo, foram selecionados 82 trabalhos que abordavam de maneira consistente a temática investigada.

Entre os principais pesquisadores surdos referenciados neste trabalho, destacam-se: Gladis Perlin; Danilo Knapik; Gisele Gama Garcia; Keli Krause; Jaqueline Miranda; Rafael Korossy; Débora Conrado.

A incorporação dessas produções reforça o compromisso desta obra com a valorização da autoria surda e com a crítica às práticas acadêmicas excludentes, que historicamente relegaram as pessoas surdas à condição de objetos de pesquisa.

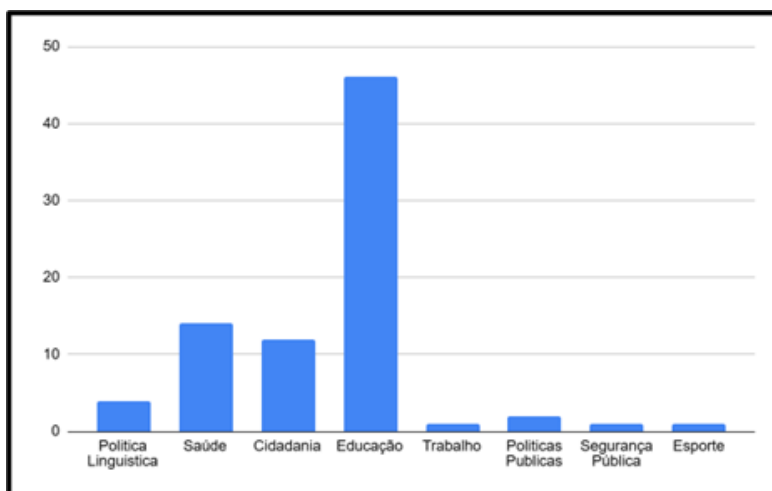
Ao privilegiar a produção de conhecimento realizada por sujeitos surdos, reconhecemos sua legitimidade epistêmica e sua centralidade na formulação de teorias, práticas e políticas que dizem respeito diretamente às suas vidas e direitos.

Esses trabalhos foram organizados e categorizados em oito temas principais, de forma a facilitar a análise e discussão dos dados encontrados.

Além disso, os dados analisados demonstram que ainda existem lacunas na formulação de políticas públicas capazes de atender adequadamente de forma justa às necessidades das comunidades surdas. Embora existam marcos legais importantes, muitos direitos ainda não são garantidos na prática. Diante disso, destaca-se a importância da participação de pesquisadores e acadêmicos surdos na criação de propostas que possam servir como modelo para novas políticas. As pessoas surdas, por viverem diretamente essas experiências, conhecem de perto os desafios e, por isso, possuem potencial para contribuir na formulação de propostas mais adequadas às necessidades das comunidades surdas. Esta pesquisa busca não apenas problematizar os desafios existentes, mas também incentivar a

ação: torna-se essencial ampliar a presença de pessoas surdas nos espaços de decisão e que contribuam ativamente para fortalecer a construção de políticas públicas mais equitativas para as comunidades surdas brasileiras.

Gráfico 1 - Distribuição dos Temas Relacionados à Comunidade Surda em Documentos



Fonte: Elaborado pelos autores.

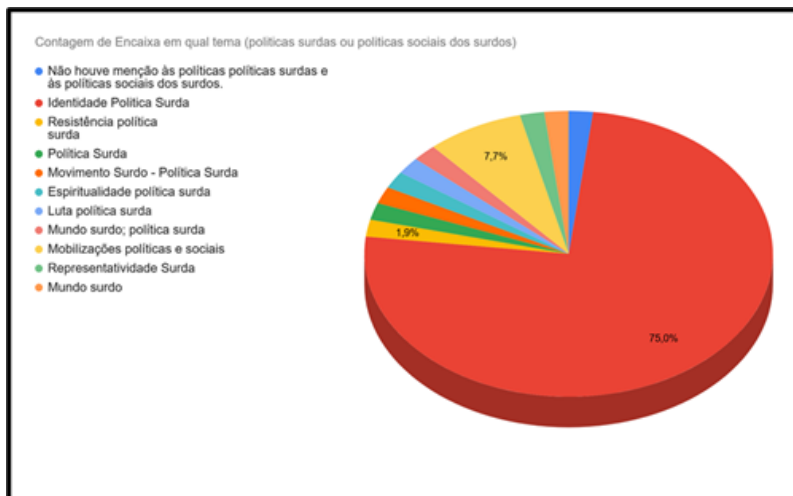
A análise dos dados evidenciou que o conceito de identidade surda foi o mais recorrente nos materiais analisados, correspondendo a 63,6% das ocorrências identificadas. Esse resultado reforça a centralidade da identidade surda como eixo estruturante para a formulação de políticas públicas, reconhecimento cultural e práticas de resistência linguística, cultural e política no contexto brasileiro.

Outras categorias relevantes, embora com menor frequência (5,1% cada), incluíram: Movimento Surdo e Política Surda; Mundo Surdo; Representatividade Surda; e casos em que não houve menção direta às políticas surdas.

Os dados indicam que, embora exista um reconhecimento crescente da importância da identidade surda, ainda se faz necessária a ampliação do debate acerca das múltiplas dimensões da Política Surda, tais como os movimentos sociais surdos, a representatividade institucional e as articulações interseccionais com outras políticas sociais. A valorização dessas vozes, reafirma o compromisso com o protagonismo epistêmico das comunidades surdas na produção de conhecimento, valorizando suas

experiências, visões de mundo e o direito de produzir conhecimento sobre suas próprias realidades.

Gráfico 2 - Distribuição Temática entre Políticas Surdas ou Políticas Sociais dos Surdos



Fonte: Elaborado pelos autores.

A maior parte dos dados concentra-se no campo da identidade surda e da Política Surda, evidenciando a centralidade da cultura surda, da língua de sinais e do protagonismo surdo nas produções analisadas. Outros temas, como Movimento Surdo, representatividade e Mundo Surdo aparecem com menor frequência. Os registros que não mencionam Políticas Surdas evidenciam lacunas importantes no debate acerca dos direitos das pessoas surdas.

O impacto desta análise reside justamente em evidenciar a urgência de fortalecer a produção de conhecimento sobre diferentes aspectos das experiências surdas e surdocegas, ampliando o debate para além da identidade e incorporando discussões sobre estruturas sociais, políticas e institucionais.

Esse panorama analítico contribui para orientar lideranças, educadores, pesquisadores e formuladores de políticas públicas no desenvolvimento de ações mais amplas, inclusivas e coerentes com as demandas das comunidades surdas brasileiras.

METODOLOGIAS DOS ESTUDOS SURDOS

A verdadeira mudança começa quando saímos da política sobre surdos e entramos na Política Surda.
(Clarissa Guerretta, 2026)

No Brasil, o crescimento significativo do número de pesquisadores surdos com titulação de mestrado, doutorado e pós-doutorado reflete uma importante mudança paradigmática no campo dos Estudos Surdos. Em atualização de dados informativos de 2026, estima-se a existência de 15 pós-doutores surdos, 164 doutores surdos e mais de 400 mestres surdos, evidenciando o fortalecimento da produção acadêmica protagonizada pelas próprias pessoas surdas.

A construção de conhecimento sobre e junto às comunidades surdas exige metodologias que respeitem sua língua, cultura, subjetividade e formas próprias de existir no mundo. A pesquisa no campo da Política Surda precisa ultrapassar abordagens tradicionais e medicalizantes que tratam a pessoa surda apenas como “objeto de estudo”, avançando para perspectivas participativas, bilíngues e culturalmente situadas.

Nesse contexto, apresenta-se um panorama global das metodologias desenvolvidas por pesquisadores surdos, que vêm revolucionando o campo dos Estudos Surdos ao posicionar a experiência visual e a língua de sinais como fundamentos epistemológicos, e não apenas como objeto de investigação. Trata-se de reconhecer que a produção de conhecimento surdo não se limita à observação externa, mas emerge da vivência, da identidade e da participação ativa das próprias comunidades surdas.

As pesquisas sobre Política Surda se beneficiam significativamente de metodologias em que os surdos atuam como agentes ativos na construção do conhecimento. Essa perspectiva vai além da simples inclusão de participantes surdos em pesquisas previamente estruturadas; trata-se de reconfigurar as relações de poder no processo investigativo, valorizando o protagonismo surdo, a autoria epistêmica e a legitimidade das experiências surdas como base para a produção científica.

Para compreender melhor as diferenças entre pesquisa acadêmica e pesquisa científica, apresenta-se a seguir uma breve distinção conceitual:

Metodologia de Pesquisa Acadêmica	Metodologia de Pesquisa Científica
Refere-se ao conjunto de métodos e procedimentos utilizados na elaboração de trabalhos acadêmicos no contexto educacional.	Caracteriza-se pela produção de conhecimento científico original, fundamentado com rigor metodológico, análise crítica e validação dos resultados.
Resenhas Artigos científicos TCC Dissertações Teses Projetos de pesquisa Relatórios acadêmicos	Pesquisa qualitativa Pesquisa quantitativa Pesquisa experimental Estudo de caso Pesquisa etnográfica Pesquisa-ação Pesquisa documental Pesquisa bibliográfica
Prioriza a organização do conhecimento, o cumprimento de normas acadêmicas (como ABNT) e a construção de argumentos teoricamente fundamentados.	Envolve investigação científica sistemática, formulação de hipóteses e produção de evidências para análise e validação.

Fonte: Elaborados dos autores (2026).

3.1 Tipos de Metodologias de Pesquisa Acadêmica e Científica no Campo de Estudos Surdos

Nesta seção, serão apresentados os principais tipos de pesquisa acadêmica e científica utilizados no campo dos Estudos Surdos, destacando suas características e aplicações. Também será discutido como essas metodologias contribuem para a produção de conhecimento científico sobre a comunidade surda, considerando aspectos linguísticos, culturais, sociais, educacionais e políticos. Além disso, serão discutidas as metodologias que podem utilizar a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como língua de investigação, produção de dados e comunicação científica, especialmente em pesquisas com participantes surdos. Por fim, serão apresentados exemplos práticos de aplicação dessas metodologias no contexto educacional e social da comunidade surda.

3.1.1 Pesquisa qualitativa

- Foca nos significados, experiências e interpretações dos participantes.
- Não se baseia prioritariamente em dados numéricos, mas em dados descritivos.
- Exemplos: entrevistas, observações, análise de discurso.
- É amplamente utilizada em áreas como Educação, Linguística e Ciências Sociais.

Na área da Libras, a pesquisa qualitativa é amplamente utilizada por privilegiar a compreensão de significados, experiências e interpretações da comunidade surda. Esse tipo de pesquisa não trabalha com números, mas com dados descritivos, como produções discursivas em Libras, narrativas e interações comunicativas.

Exemplos de aplicação:

- Entrevistas em Libras com estudantes surdos sobre sua experiência na universidade.
- Observação de aulas bilíngues (Libras e português).
- Análise de discursos em Libras em contextos educacionais ou sociais.
- Estudos sobre identidade surda e cultura surda.

3.1.2 Pesquisa quantitativa

- Baseia-se em dados numéricos, estatísticas e procedimentos de mensuração.
- Usa questionários fechados, gráficos e análises estatísticas.
- Busca produzir resultados objetivos, comparáveis e passíveis de generalização.

A pesquisa quantitativa no campo dos Estudos Surdos e da Libras é aquela que utiliza dados numéricos e estatísticos para analisar fenômenos relacionados à comunidade surda. Esse tipo de pesquisa busca mensurar, comparar e quantificar fenômenos, como frequência de uso da Libras, número de estudantes surdos em determinadas instituições ou níveis de proficiência linguística.

Na área da Libras, esse tipo de abordagem pode ser aplicado, por exemplo, em:

- Levantamento do número de alunos surdos atendidos com intérprete de Libras.
- Questionários fechados sobre acesso à educação bilíngue.
- Estatísticas sobre formação de intérpretes de Libras.
- Análise de dados sobre inclusão de surdos em escolas e universidades.

3.1.3 Pesquisa mista (quali-quantitativa)

A pesquisa mista, também denominada de quali-quantitativa, é uma metodologia que combina duas abordagens de pesquisa: a qualitativa e a quantitativa.

A parte quantitativa trabalha com números, dados estatísticos, questionários fechados e informações que podem ser medidas e comparadas. Já a parte qualitativa busca compreender significados, experiências, opiniões e percepções dos participantes por meio de entrevistas, observações, grupos focais e análise de discursos.

Quando essas duas abordagens são articuladas, o pesquisador consegue obter uma compreensão mais ampla e aprofundada do objeto investigado, analisando tanto os aspectos objetivos quanto os subjetivos.

No campo da Libras e dos Estudos Surdos, a pesquisa mista é importante porque possibilita compreender não apenas os números relacionados à inclusão e acessibilidade, mas também as vivências da comunidade surda em diferentes contextos sociais e educacionais.

Exemplos de aplicação:

- Levantamento do número de estudantes surdos atendidos por intérpretes de Libras e entrevistas sobre suas experiências acadêmicas.
- Questionários sobre acesso à educação bilíngue e grupos focais com alunos surdos sobre inclusão escolar.
- Dados sobre a presença de intérpretes em instituições públicas e análise das percepções sobre a qualidade da acessibilidade.
- Estatísticas sobre o uso da Libras em ambientes educacionais e observação das práticas pedagógicas.

3.1.4 Pesquisa Exploratória

- Conhecer melhor temas pouco explorados.
- Compreender melhor o problema.
- Levantar informações iniciais.
- Subsidiar pesquisas futuras.

Na área da Libras, esse tipo de abordagem pode ser aplicado, por exemplo, em:

- Investigação das dificuldades enfrentadas por estudantes surdos no ensino superior.
- Análise do uso da Libras em ambientes de trabalho e instituições públicas.
- Observação da acessibilidade linguística em eventos acadêmicos e sociais.
- Estudo sobre a atuação de intérpretes de Libras em escolas e universidades.
- Compreensão da participação da comunidade surda em espaços políticos e culturais.
- Levantamento sobre práticas de inclusão e educação bilíngue para surdos.

3.1.5 Pesquisa Descritiva

- Observar, registrar e descrever fenômenos.
- Registrar características de um grupo ou realidade.
- Analisar informações sem intervenção direta do pesquisador.

Na área da Libras, esse tipo de abordagem pode ser aplicado, por exemplo, em:

- Descrição do perfil de estudantes surdos em universidades.
- Levantamento da quantidade de intérpretes de Libras em instituições públicas.
- Observação das práticas pedagógicas em escolas bilíngues.
- Análise da acessibilidade comunicacional em eventos acadêmicos.

- Estudo sobre a presença da Libras em serviços de saúde e atendimento público.
- Identificação das condições de inclusão de alunos surdos no ensino regular.

3.1.6 Pesquisa Explicativa

- Identificar fatores e causas de um fenômeno.
- Explicar por que determinados fenômenos acontecem.
- Compreender relações de causa e efeito entre variáveis e contextos sociais.

3.1.6.1 Diferença entre pesquisa descritiva e pesquisa explicativa

- **Pesquisa Descritiva** → observa, registra e descreve os fenômenos.
- **Pesquisa Explicativa** → busca compreender as causas e os fatores relacionados aos fenômenos investigados.

Essa abordagem pode utilizar entrevistas, questionários, observações, análise documental e levantamento de dados empíricos com o objetivo de compreender as causas de determinados problemas e desenvolver análises mais aprofundadas.

Na área da Libras, esse tipo de abordagem pode ser aplicado, por exemplo, em:

- Investigar os fatores que contribuem para as dificuldades de permanência de estudantes surdos no ensino superior.
- Analisar os fatores relacionados à insuficiência de intérpretes de Libras em instituições públicas.
- Compreender os fatores que dificultam os processos de inclusão de estudantes surdos na educação básica,
- Explicar os fatores relacionados à baixa participação da comunidade surda em espaços políticos e institucionais.
- Investigar as razões da limitada oferta de atendimento em Libras nos serviços de saúde.

3.1.7 Pesquisa Bibliográfica

- Levantar e analisar conhecimentos já publicados.
- Fornecer fundamentação teórica para a pesquisa.
- Analisar conceitos e estudos anteriores.
- Aprofundar a compreensão do tema investigado.

Na área da Libras, esse tipo de abordagem pode ser aplicado, por exemplo, em:

- Estudos sobre identidade e cultura surda.
- Pesquisas sobre *Deaf Gain*, *Deafhood*, ouvintismo e Política Surda.
- Análise de políticas públicas para educação de surdos.
- Investigação sobre inclusão, acessibilidade linguística e direitos linguísticos.
- Estudos sobre formação de intérpretes de Libras.
- Revisão teórica sobre educação bilíngue para surdos.

3.1.8 Pesquisa Documental

- Analisar informações contidas em documentos oficiais e institucionais.
- Compreender normas, registros institucionais e acontecimentos históricos.
- Investigar dados históricos e legais.
- Utilizar fontes primárias como base para análise científica.

Na área da Libras, esse tipo de abordagem pode ser aplicado, por exemplo, em:

- Análise da Lei de Libras e decretos relacionados aos direitos linguísticos das pessoas surdas.
- Estudo de políticas públicas para educação de surdos.
- Investigação de projetos pedagógicos de escolas bilíngues.
- Levantamento de registros sobre atendimento educacional especializado.
- Análise de documentos institucionais sobre contratação de intérpretes de Libras.

- Pesquisa sobre acessibilidade linguística em universidades públicas.

3.1.9 Estudo de Caso

O estudo de caso é uma estratégia metodológica de pesquisa que busca analisar, de forma aprofundada e detalhada uma situação específica, como uma pessoa, grupo, instituição, comunidade ou acontecimento social. Seu objetivo é compreender particularidades, contextos e relações que envolvem o fenômeno estudado.

Essa abordagem permite investigar um caso real de maneira contextualizada e abrangente, considerando particularidades, os contextos e as relações que envolvem o fenômeno investigado. O pesquisador observa, analisa e interpreta o contexto para compreender o fenômeno estudado e suas características.

- Analisar de forma aprofundada uma situação específica.
- Compreender um caso real em seu contexto social, cultural e institucional.
- Investigar as particularidades e relações que constituem o fenômeno.

Na campo da Libras e dos Estudos Surdos, essa abordagem pode ser aplicada, por exemplo, em:

- Estudo da trajetória acadêmica de estudantes surdos no ensino superior.
- Análise da atuação de intérprete de Libras em contextos educacionais.
- Investigação das práticas pedagógicas de uma escola bilíngue para surdos.
- Investigação dos processos de inclusão de estudantes surdos em instituições específicas.
- Estudo sobre a acessibilidade comunicacional em um hospital ou serviço público

A seguir, apresentam-se dois exemplos de estudos de caso:

A análise da Política Surda demanda também o exame de casos concretos que evidenciam as formas de opressão e exclusão ainda

presentes nas comunidades surdas brasileiras. Dois casos emblemáticos são apresentados a seguir:

3.1.9.1 Estudo de Caso 1: Sônia Maria de Jesus: trabalho análogo à escravidão e silenciamento linguístico

Sônia Maria de Jesus é uma mulher negra e surda, de 49 anos, sem acesso à Libras, bem como sem acesso à leitura e à escrita em língua portuguesa. Ela viveu, por quase quatro décadas, em condições análogas à escravidão na residência do desembargador Jorge Luiz de Borba, em Florianópolis, após ter sido levada, ainda na infância, do estado São Paulo sem acesso a direitos fundamentais. Foi resgatada por auditores fiscais do trabalho em 2023.

O caso de Sônia evidencia uma realidade marcada pela exclusão linguística e social: a ausência de acesso à língua de sinais impediu que ela se reconhecesse plenamente como sujeito de direitos. Segundo relatos do caso, a família do desembargador a tratava como incapaz, o que evidencia práticas associadas ao capacitismo e ao racismo estrutural. O caso constitui um exemplo concreto de como pessoas surdas ainda enfrentam graves barreiras sociais, linguísticas e institucionais e sendo frequentemente invisibilizadas na sociedade brasileira. Em abril de 2025, Ana Cristina Gayotto de Borba, esposa do desembargador, foi incluída pelo Governo Federal no Cadastro de Empregadores que submeteram trabalhadores a condições análogas à escravidão, conhecido como “Lista suja” do trabalho escravo. A comunidade surda, movimentos negros, familiares de Sônia e diversas organizações sociais, como a Comissão Pastoral da Terra, manifestaram indignação diante da decisão judicial. Seus irmãos biológicos, localizados no estado de São Paulo, conseguiram reencontrá-la apenas após intervenção do ministro Mauro Campbell, do Superior Tribunal de Justiça, uma vez que, segundo relatos do processo, a família Borba tentava impedir qualquer aproximação familiar. Mesmo após o reencontro familiar, a comunicação com Sônia permanece bastante limitada. Marta de Jesus, sua irmã, relata:

No entanto, após a decisão da Justiça de mandar Sônia de volta para a casa do desembargador, Marta de Jesus afirma que passou a encontrar dificuldade em falar com a irmã. “Nossa comunicação é unicamente com os advogados e por e-mail. Não existe um contato por telefone. Não existe um contato direto com nossa irmã. Os advogados deles

falam com nossas advogadas apenas por mensagem de e-mail, e eles respondem quando querem e no tempo que querem.”

A trajetória de Sônia evidencia uma grave situação de exclusão linguística, social e educacional. Ela foi privada do direito linguístico de acesso à Libras, bem como de instrumentos fundamentais para a autonomia: educação, informação, saúde, convivência, lazer, consciência de seus direitos. Seu processo de construção identidade foi marcado pelo silenciamento linguístico ao longo de quatro décadas. A ausência de acesso a uma língua própria impediu que ela pudesse se reconhecer como sujeito de direitos, desenvolver plenamente sua autonomia, consciência identitária e capacidade de autodeterminação.

3.1.9.2 Estudo de Caso 2: Funcionário surdo Torturado em supermercado no dia dos surdos

Em 26 de setembro de 2019, Dia Nacional dos Surdos, um jovem surdo de 22 anos teve os braços amarrados a um corrimão por colegas de trabalho, em um episódio de violência e humilhação, em um supermercado em Caxias do Sul. Dois funcionários gravaram o episódio e compartilharam as imagens nas redes sociais, com conteúdo de deboche e exposição da vítima. A Polícia Civil investigou o caso por possíveis crimes de tortura e injúria.

O episódio ocorrido justamente no Dia dos Surdos, simboliza de maneira emblemática a distância entre o reconhecimento formal e a dignidade real das pessoas surdas. A diferença linguística e identitária foi utilizada como mecanismo de desumanização, um ato criminoso evidenciando práticas associadas ao capacitismo e pelo desprezo aos direitos humanos.

Esses casos demonstram que a Política Surda ultrapassa o campo acadêmico: configurando-se também como resposta às recorrentes violações concretas dos direitos das pessoas surdas, o que exige articulação entre produção acadêmica, movimentos sociais surdos e formulação de políticas públicas efetivas.

Naquela data, que deveria representar reconhecimento e valorização da cultura surda, o jovem foi vítima de um episódio de violência e humilhação e exposição pública. O que deveria simbolizar reconhecimento da cultura surda e da identidade surda transformou-se em um marco emblemático de violência, exclusão social e capacitismo. Ao classificarem

o jovem como “diferente”, os agressores utilizaram essa diferença como justificativa para práticas de humilhação e desumanização. O episódio não pode ser compreendido como “brincadeira”, mas como manifestação de violência e violação dos direitos humanos.

3.1.10 Pesquisa de Campo

A pesquisa de campo é uma metodologia científica que consiste na coleta de dados diretamente no contexto em que o fenômeno ocorre. O pesquisador desloca-se até o local investigado para realizar observações, entrevistas e registros de informações e buscando compreender a realidade de maneira mais próxima e contextualizada.

Essa abordagem possibilita contato direto com os participantes e com o contexto pesquisado, favorecendo uma análise mais aprofundada das experiências, práticas sociais e relações estabelecidas no contexto investigado. A pesquisa de campo pode assumir abordagem qualitativa, quantitativa ou mista, de acordo com os objetivos e procedimentos metodológicos da pesquisa.

- Coletar dados diretamente no local pesquisado.
- Observar fenômenos sociais em seu contexto real.
- Compreender experiências, interações e relações sociais

No campo da Libras e dos Estudos Surdos, a pesquisa de campo é amplamente utilizada para investigar diferentes realidades vivenciadas pelas comunidades surdas em escolas, universidades, ambientes de trabalho, instituições públicas e espaços sociais.

Na área da Libras, esse tipo de abordagem pode ser aplicado, por exemplo, em:

- Observação de aulas com estudantes surdos em escolas inclusivas.
- Entrevistas em Libras com alunos surdos sobre acessibilidade universitária.
- Investigação da atuação de intérpretes de Libras em instituições públicas.
- Pesquisa sobre comunicação entre surdos e ouvintes no ambiente de trabalho.
- Análise das condições de acessibilidade e inclusão da comunidade surda em serviços de saúde.

3.1.11 Pesquisa-Ação

A pesquisa-ação é uma metodologia científica que articula investigação e intervenção prática, permitindo que o pesquisador atue diretamente na realidade investigada com o objetivo de compreender problemáticas sociais e, simultaneamente, desenvolver estratégias dessa realidade. No contexto dos Estudos Surdos, essa abordagem permite que comunidades surdas identifiquem problemáticas que impactam diretamente experiências sociais, tais como a ausência de intérpretes em serviços de saúde, barreiras educacionais, discriminação no mercado de trabalho desenvolvendo pesquisas voltadas à documentação dessas demandas bem como à elaboração de estratégias de enfrentamento e transformação social.

Diferentemente de metodologias centradas apenas na observação ou descrição, a pesquisa-ação pressupõe a participação ativa dos sujeitos envolvidos e a colaboração entre pesquisador e participantes. Essa abordagem busca promover transformações concretas na realidade investigada.

- Investigar problemáticas sociais e desenvolver soluções práticas.
- Promover transformações na realidade investigada.
- Articular teoria e prática

No campo da Libras e dos Estudos Surdos, essa abordagem pode ser aplicada, por exemplo, em:

- Desenvolvimento de práticas pedagógicas bilíngues para alunos surdos.
- Criação de projetos de acessibilidade linguística em universidades.
- Formação de professores para o uso da Libras em sala de aula.
- Implementação de oficinas de Libras em instituições públicas e comunitárias;
- Ações voltadas ao fortalecimento da participação da comunidade surda em espaços sociais

3.1.12 Pesquisa Etnográfica

A pesquisa etnográfica é uma metodologia qualitativa voltada à compreensão da cultura, dos comportamentos, das práticas sociais e das relações sociais em determinado grupo social ou de uma comunidade

específica por meio da observação direta, da convivência e da imersão no contexto investigado.

Nessa abordagem, o pesquisador acompanha o cotidiano da comunidade investigada com o objetivo de compreender suas práticas culturais, valores, formas de comunicação e dinâmicas sociais, bem como os significados construídos coletivamente suas interações sociais. O objetivo é interpretar a realidade a partir das perspectivas e experiências dos próprios participantes.

- Compreender a cultura e o cotidiano de determinada comunidade ou grupo social.
- Observar práticas culturais, comportamentos e relações sociais.
- Interpretar significados construídos a partir das vivências dos participantes.

No campo da Libras e dos Estudos Surdos, essa abordagem pode ser aplicada, por exemplo, em:

- Observação das práticas culturais da comunidade surda em associações de surdos.
- Estudo das interações em escolas bilíngues para surdos.
- Investigação da construção da identidade surda em comunidades sinalizantes.
- Análise do uso da Libras em contextos sociais e familiares;
- Compreensão das práticas comunicativas e interacionais das comunidades surdas.

3.1.13 Grupo focal

O grupo focal é uma metodologia de pesquisa qualitativa utilizada para compreender opiniões, percepções, experiências e construções de significado de um grupo de pessoas sobre determinado tema. Nessa abordagem, um pequeno grupo de participantes é reunido para discutir um assunto específico, sob mediação de um pesquisador ou moderador.

O objetivo central é promover a interação entre os participantes, permitindo que eles compartilhem ideias, experiências e pontos de vista. Essa interação contribui para uma compreensão mais aprofundada do fenômeno investigado.

- Compreender opiniões, percepções e experiências coletivas.

- Promover discussão coletiva sobre um tema.
- Analisar experiências e significados construídos coletivamente.

Um exemplo de aplicação dessa metodologia pode ser observado no Manuário Acadêmico do INES, coordenado por Wilma Favorito, que utiliza grupos focais em Libras para desenvolver novos sinais acadêmicos. Quando conceitos de novas áreas do conhecimento precisam ser incorporados à Libras (por exemplo, terminologia de Pedagogia ou Química), grupos pesquisadores e acadêmicos surdos reúnem-se, discutem, em Libras, possibilidades terminológicas, debatem significados conceituais, e constroem coletivamente novos sinais acadêmicos. Esse processo é registrado em vídeo e posteriormente disponibilizado em plataformas e dicionários digitais. Essa metodologia reconhece que:

- A criação de sinais acadêmicos demanda protagonismo das comunidades surdas, mesmo em contexto de fluência em Libras, uma vez que envolve conhecimentos linguísticos, culturais e epistemológicos relacionados à língua de sinais.
- A criação de sinais constitui um processo coletivo, cultural e socialmente compartilhado, novos sinais precisam ser legitimados pelas comunidades surdas para se tornarem parte do léxico.
- O conhecimento acadêmico em Libras não se limita à tradução da língua portuguesa, mas envolve processos de reconceptualização produzidos a partir de epistemologias visuais surdas.

3.1.14 Pesquisa Biográfica

A pesquisa biográfica é uma metodologia qualitativa voltada à compreensão das trajetórias de vida, as experiências e os processos de formação de uma pessoa ou grupo social. Essa abordagem valoriza as narrativas pessoais e histórias de vida, permitindo a análise de histórias de vida, memórias, experiências e processos identitários ao longo do tempo.

O objetivo consiste em compreender como os sujeitos constroem suas experiências, significados e identidades em diferentes contextos sociais, educacionais, culturais e políticos. A pesquisa biográfica é amplamente utilizada em estudos sobre formação profissional, identidade, cultura, inclusão e trajetórias sociais.

- Compreender trajetórias de vida individuais e coletivas.
- Analisar experiências, memórias e processos de formação identitária.
- Investigar processos de construção identitária e vivências sociais.

3.2 Aspectos éticos da pesquisa em Libras

A ética nas relações surdo-ouvinte
exige diálogo horizontal
(Clarissa Guerretta, 2026).

Quando um pesquisador surdo convida outras pessoas surdas para participarem de uma pesquisa, esse processo não se limita ao cumprimento das normas científicas. Trata-se também de uma relação construída a partir de experiências linguísticas, culturais e sociais compartilhadas. É um encontro entre pessoas surdas que compartilham trajetórias e experiências semelhantes, que utilizam a mesma língua de sinais e que vivem experiências similares.

O pesquisador deve ter atenção à como se comunica com os participantes, mantendo atenção à maneira como interage com os participantes, respeitando os diferentes modos de se expressar em língua de sinais. As informações sobre a pesquisa devem ser apresentadas de maneira clara, acessível e linguisticamente adequada.

Cada participante possui o direito de aceitar ou recusar sua participação em qualquer momento com liberdade. A pesquisa ética reconhece a pessoa surda como sujeito de direitos, produtora de conhecimento e protagonista de sua própria experiência. A pessoa surda não deve ser compreendida como mero “objeto” de investigação, sua opinião, sua experiência e seu modo de ver o mundo são importantes.

A dimensão ética do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) em Libras deve garantir que a pessoa surda compreenda plenamente os objetivos, os procedimentos, os riscos, os benefícios e seus direitos na pesquisa, respeitando sua língua natural e sua autonomia de decisão.

No contexto dos Estudos Surdos, não é suficiente disponibilizar o TCLE apenas em português escrito, uma vez que isso pode comprometer a compreensão efetiva do participante surdo. Por isso, é fundamental que o consentimento também seja oferecido em Libras, preferencialmente por

meio de registros videográficos em Libras ou de explicação direta em língua de sinais, assegurando acessibilidade linguística e igualdade de participação.

O TCLE em vídeo sinalizado não representa apenas uma estratégia de acessibilidade, mas também respeito epistêmico, pois reconhece que, para muitos surdos, o português constitui (assim como o finlandês, o holandês ou o japonês, em outros contextos) uma segunda língua, e que a compreensão plena de termos técnicos e jurídicos muitas vezes só é possível quando apresentada em língua de sinais.

Inspirado pela ética da coprodução de sentidos (Aragaki et al., 2014), o pesquisador surdo não atua de forma distanciada, mas constrói, juntamente com os participantes, espaços de troca e de produção conjunta da realidade. As entrevistas deixam de construir apenas instrumentos técnicos de coleta de dados e passam a constituir espaços de diálogo horizontal entre sujeitos que compartilham experiências culturais e linguísticas que se reconhecem como protagonistas da pesquisa.

Como afirma o pesquisador surdo Vinicius Hidalgo Pedroni (UEM), ao refletir sobre sua trajetória acadêmica, ele quem defendeu seu doutorado em 2024: “Tenho a oportunidade de trocar experiências com outros professores. E é um desafio, porque a gente ainda está aprendendo o português, porque, no nosso contexto enquanto surdos, tivemos muita dificuldade com a língua portuguesa e também com a acessibilidade da nossa língua. Mas hoje temos, e isso é muito importante na sala de aula do mestrado e do doutorado, para que a gente tenha, de fato, acesso ao conteúdo.”

Ao inserir outras pessoas surdas no campo científico, o pesquisador surdo reafirma que eles não são “objetos de estudo”, mas sujeitos que compartilham a produção coletiva de conhecimento sobre o mundo. Trata-se de um compromisso com a justiça linguística, com a dignidade dos participantes e com a produção de saberes a partir da própria experiência surda (Skliar, 1998).

3.3 Justiça Linguística

O conceito de justiça linguística, desenvolvido por Carlos Skliar (1998) no contexto dos Estudos Surdos latino-americanos, refere-se ao direito de pessoas surdas não apenas usarem sua língua de sinais, mas produzir conhecimento a partir dela. Justiça linguística significa:

- Reconhecer línguas de sinais como línguas plenas, não como sistemas de comunicação deficitários.
- Garantir que pesquisas sobre surdos sejam conduzidas por surdos (ou em estreita colaboração com surdos).
- Valorizar produções acadêmicas em vídeo-sinalizado tanto quanto textos escritos.
- Desenvolver infraestruturas de pesquisa (corpus linguísticos, dicionários, bancos de dados) prioritariamente em línguas de sinais.

3.4 Princípio epistemológico da pesquisa em estudos surdos

O segundo princípio fundamental é a valorização de pesquisadores surdos não apenas como ‘informantes’ ou ‘colaboradores’, mas como protagonistas epistêmicos que ocupam posições de autoria, análise e teorização. Como destacam Rezende e Pinto (2007), intelectuais e militantes surdos brasileiros, “a experiência vivida amplia as possibilidades de leitura e análise dos fenômenos sociais, culturais, linguísticos e educacionais vivenciados pelas pessoas surdas e sinalizantes. Além disso, os conhecimentos produzidos estariam deslocados de uma lógica ouvinte, vislumbrando perspectivas outras de análise”.

Por exemplo:

- uma etnografia pode ser desenvolvida a partir do protagonismo de pesquisadores surdos;
- uma pesquisa-ação pode ter protagonismo surdo;
- um estudo de caso também pode seguir essa perspectiva.

A presente pesquisa analisa as relações entre língua, sociedade e surdez, investigando como a mídia brasileira produz discursos sobre as pessoas surdas e sua comunicação. A pesquisa parte da hipótese de que muitos desses discursos destacam limitações em vez de potencialidades, criando estereótipos por meio de marcadores linguísticos pejorativos e estigmatizantes que reforçam o preconceito e a discriminação.

Esses estereótipos funcionam como mecanismos de desvalorização social, fortalecendo barreiras na educação, no trabalho, na vida familiar e na participação social. As pessoas surdas passam a ser representadas a partir da lógica da deficiência, da ausência e da inferiorização linguística

e cultural, especialmente quando a Libras é desvalorizada em favor da oralização.

O preconceito, segundo Allport (1962), caracteriza-se como uma generalização inflexível e negativa sobre determinado grupo, impedindo o reconhecimento de suas singularidades. Não se trata apenas de opinião individual, mas de uma disposição social e histórica que legitima exclusões. No caso das pessoas surdas, esse processo resulta em exclusão social, bullying, injúrias, ridicularização e negação de direitos linguísticos e culturais. Desse modo, pode-se compreender os estereótipos como uma construção simbólica que alimenta o preconceito, enquanto o preconceito opera como atitude e prática que reproduz desigualdades.

O estudo também destaca que a surdez não deve ser compreendida apenas pela ausência da audição, mas pela existência de uma identidade cultural e linguística própria. Assim, a luta da comunidade surda envolve o reconhecimento da Libras, da cultura surda e da justiça linguística, enfrentando o ouvintismo e o audismo historicamente presentes na sociedade.

A pesquisa utiliza materiais provenientes de diferentes mídias como corpus de análise, incluindo produções realizadas de pessoas surdas, além de materiais veiculados por empresas e meios de comunicação. Como procedimento metodológico, adota-se a análise de conteúdo de Bardin (1977), buscando identificar, organizar e problematizar os discursos estereotipados sobre a pessoa surda.

Além disso, os estereótipos e o preconceito se alimentam de sentimentos socialmente produzidos, como medo, rejeição, hostilidade e aversão diante daqueles que escapam dos padrões considerados normais. Como aponta Gordon Allport, o preconceito não nasce apenas de opiniões individuais, mas de generalizações rígidas que transformam a diferença em ameaça. Nesse processo, corpos considerados socialmente “fora do padrão” podem ser marcados como estranhos, inferiores ou indesejáveis. Em diálogo com Erving Goffman, trata-se de um processo de estigmatização, em que certas diferenças corporais e linguísticas são convertidas em marcas sociais negativas. Já em perspectiva foucaultiana, com Michel Foucault, pode-se compreender como a norma produz classificações entre corpos legítimos e desviantes, alimentando mecanismos de exclusão. No caso das pessoas surdas, essa lógica capacitista converte a diferença linguística e corporal em alvo de preconceito, sustentando práticas de inferiorização e negação de direitos.

Conclui-se que desconstruir esses estigmas é fundamental para garantir os direitos humanos, a cidadania plena e o reconhecimento da pessoa surda como sujeito histórico, político e produtor de conhecimento.

Os estudos de caso também evidenciam que a estereotipia não opera apenas no plano simbólico, mas produz efeitos concretos de sofrimento social sobre sujeitos e coletividades historicamente vulnerabilizadas. Por isso, tornou-se objeto de numerosas pesquisas, justamente por revelar como discursos e representações sociais podem produzir exclusão, violência, subalternização e negação de direitos. No caso das pessoas surdas, esses estudos mostram que o sofrimento não decorre da surdez em si, mas das barreiras sociais e dos processos de inferiorização impostos à diferença linguística e cultural. Em diálogo com Lilia Ferreira Lobo, pode-se compreender tais processos como formas de produção da infâmia, nas quais certos sujeitos são historicamente marcados como menos legítimos, menos capazes ou menos humanos. Nessa perspectiva, o sofrimento é socialmente produzido, e não uma condição natural do sujeito surdo.

3.5 Produção de dados por narrativas visuais e registros em vídeo

Trata-se de uma metodologia qualitativa, especialmente vinculada à pesquisa narrativa, biográfica e etnográfica, utilizando registros visuais e videográficos como formas de produção de dados científicos. No campo dos Estudos Surdos, isso se relaciona com:

- Narrativas de vida em Libras.
- Entrevistas sinalizadas registradas em vídeo.
- Narrativas autobiográficas.
- Registros culturais de natureza visual.
- Glossários e dicionários visuais.
- Documentação produzida em Libras.

O princípio metodológico central consiste na produção de dados a partir de narrativas de vida, biografias, memórias, narrativas visuais e registros em vídeo. Diferentemente da tradição acadêmica hegemonicamente ouvinte, que historicamente privilegiou o texto escrito como principal forma de produção científica, os Estudos Surdos contemporâneos reconhecem que o conhecimento surdo é fortemente constituído por

experiências visuais e corporais, produzido e compartilhado por meio de práticas sinalizadas, performances narrativas e registros videográficos.

Wilma Favorito, pesquisadora do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), doutora em Linguística Aplicada com área de concentração em Educação Bilíngue pela Universidade Estadual de Campinas (2006), coordena, em parceria com Janete Mandelblatt, o grupo de pesquisa “Manuário Acadêmico”, dedicado ao estudo e ao registro de sinais da Libras relacionados ao universo conceitual acadêmico em diversas áreas do conhecimento. O “Manuário Acadêmico e Escolar” constitui um dicionário terminológico bilíngue (Libras/Português), disponível online e em constante atualização, com sinais específicos das áreas de Pedagogia e Ensino. Esse projeto representa um importante exemplo de como a produção acadêmica surda não se restringe ao texto escrito, mas também se materializa em glossários visuais, vídeos sinalizados e bancos de dados multimídia, valorizando a visualidade e a Libras como formas legítimas de construção, registro e circulação do conhecimento.

3.6 Entrevistas sinalizadas com participantes de outros países

Recomenda-se, inicialmente, estabelecer contato com uma pessoa pertencente à mesma cultura e contexto linguístico do participante, que possa atuar como mediadora linguística e cultural, garantindo que a comunicação seja clara, respeitosa e segura. As plataformas Zoom, Google Meeting e outras podem ser utilizadas para entrevistas à distância, com a presença mediadora na língua natural. A gravação das entrevistas em vídeo para posterior transcrição, tradução ou análise em Libras é parte do protocolo metodológico recomendado.

Por exemplo, se um pesquisador surdo brasileiro (usuário de Libras) deseja entrevistar surdos japoneses (usuários de JSL), recomenda-se:

- Estabelecer contato com uma organização surda japonesa (como a *JFD*).
- Identificar um mediador surdo japonês que possa facilitar a comunicação.
- Utilizar sinais internacionais (*International Sign*) como língua franca sempre que necessário.
- Registrar as entrevistas em vídeo para posterior análise com apoio de tradutores surdos que conheçam tanto *JSL* quanto Libras.

3.7 Uso de Sinais Internacionais (*International Sign*)

International Sign (IS) constitui um sistema de comunicação utilizado por surdos de diferentes países em contextos internacionais (conferências, eventos esportivos, encontros políticos). Ainda que não seja reconhecido como uma língua de sinais natural com estrutura gramatical plenamente consolidada, *IS* configura-se como uma importante ferramenta metodológica importante para pesquisas interculturais.

O SEFALS (Seminário organizado pelo GRUPES/UFSC) utiliza tanto Libras quanto Língua de Sinais Internacional, permitindo que pesquisadores surdos de diferentes países participem de debates acadêmicos e compartilhem metodologias de pesquisa.

Recomenda-se a gravação das entrevistas em vídeo para posterior transcrição em outras línguas, como o português escrito ou para tradução em Libras em novos registros videográficos. A segunda opção: se um(a) pesquisador(a) surdo (a) conhece uma outra língua, por exemplo *ASL (American Sign Language)*, *LSU (Lengua de Señas Uruguaya)*, *SI (Sinais Internacionais)* entre outras línguas de sinais, poderá realizar entrevistas diretamente com os surdos estrangeiros na gravação do vídeo, posteriormente realizando a tradução nos vídeos em Libras.

3.8 Perspectivas futuras e fortalecimento das metodologias nos Estudos Surdos

O futuro dos Estudos Surdos depende da continuidade e do aprofundamento dessas metodologias. Isso significa:

- Expandir programas de pós-graduação que reconheçam e permitam teses em formato de vídeo sinalizado.
- Desenvolver novas infraestruturas de pesquisa, como corpus linguísticos, dicionários e bancos de dados, prioritariamente em línguas de sinais.
- Garantir que as políticas de inclusão ultrapassem dimensões meramente simbólicas, mas resultem em mudanças estruturais que assegurem a plena participação de pesquisadores surdos.
- Desenvolver redes internacionais de pesquisadores surdos que compartilhem metodologias e colaborem em projetos comparativos.

- Reconhecer que pesquisas sobre comunidades surdas sem a participação efetiva de pessoas surdas não constitui apenas um problema ético, mas também uma limitação epistemológica significativa.

Esse protagonismo não é uma concessão, mas uma conquista. É o resultado de décadas de lutas por reconhecimento linguístico, cultural e epistêmico. Trata-se fundamentalmente, da afirmação de que as pessoas surdas não são objetos de estudo, mas sujeitos produtores legítimos de conhecimento.

DIFERENÇA ENTRE POLÍTICA SURDA E POLÍTICA SOCIAL DO SURDO

Política Social do Surdo é feita para nós;
Política Surda é feita por nós.
(Clarissa Guerretta, 2026).

A distinção entre Política Surda e Política Social do Surdo é fundamental para compreensão do horizonte político defendido neste trabalho. Trata-se de uma distinção que não é apenas semântica, mas também epistemológica e política, pois define quem são os sujeitos da ação, de onde parte o conhecimento e qual é o objetivo central da intervenção.

A Política Social do Surdo refere-se às políticas formuladas pelo Estado ou por especialistas, historicamente majoritariamente ouvintes, voltadas à promoção do bem-estar social da população surda, especialmente nas áreas da saúde, educação, assistência social e trabalho. Embora essas políticas sejam necessárias e importantes para a garantia de direitos básicos, muitas vezes são elaboradas sobre os surdos, sem sua participação efetiva nos processos de decisão e sem considerar, de forma plena, a centralidade das experiências linguísticas, culturais e identitárias das comunidades surdas.

Por sua vez, a Política Surda parte da valorização da língua de sinais, da cultura surda e da identidade surda como fundamentos centrais. Seu foco está na autonomia, no protagonismo político e na participação ativa da própria comunidade surda na formulação das políticas que impactam sua vida. Trata-se de uma perspectiva construída a partir das experiências das próprias comunidades surdas, ou seja, a partir das vivências, saberes e reivindicações das próprias pessoas surdas.

Enquanto a Política Social do Surdo busca assegurar assistência, acessibilidade e inclusão social, a Política Surda reivindica reconhecimento, representatividade e poder de decisão. Assim, ela não substitui a Política Social do Surdo, mas a complementa e a tensiona, exigindo que seja mais justa, mais democrática e mais ancorada na realidade linguística e cultural das pessoas surdas.

Portanto, a principal diferença entre ambas está no lugar de fala e no protagonismo político: na Política Social do Surdo, o sujeito surdo frequentemente ocupa a posição de destinatário das políticas públicas; na Política Surda, o sujeito surdo ocupa a posição de autor, agente político e produtor de conhecimento.

4.1 Política Surda e Política Social do Surdo: disputas de sentido e de lugar do sujeito

Os conceitos de sujeito, língua, ideologia e discurso, articulados aos Estudos Surdos, a noções como imaginário, história, enunciação, resistência e condições de produção, permitem compreender os sujeitos surdos para além de uma dimensão biológica, mas como construções sociais e históricas. Nessa perspectiva, os sujeitos surdos constituem-se nas relações discursivas mediadas pela língua, especialmente a Libras, sendo constituídos por ideologias que influenciam seus modos de dizer, significar e existir no mundo (Prates, 2020; Orlandi, 1999).

Além disso, a constituição do sujeito surdo também se relaciona com processos de empoderamento e afirmação identitária, na medida em que suas práticas linguísticas e culturais configuram estratégias de resistência e visibilidade social. Conforme destaca Júnior (2011, p. 26), trata-se de uma “estratégia de empoderamento, de posição e divulgação do sujeito Surdo enquanto cidadão que luta por seus direitos políticos, linguísticos, educacionais e outros para que seja respeitado as manifestações através da LSB”.

A utilização das expressões Política Surda e Política Social do Surdo não constitui apenas uma escolha terminológica, mas de uma distinção conceitual, epistemológica e política no campo dos Estudos Surdos. Essas duas formas de nomeação indicam perspectivas distintas sobre quem é o sujeito político, como o conhecimento é produzido e quais são os objetivos das ações direcionadas às pessoas surdas.

A Política Surda desloca o foco para o protagonismo dos próprios sujeitos surdos, reconhecendo-os como sujeitos políticos, produtores de conhecimento e participantes ativos na construção de suas próprias demandas. Trata-se de uma perspectiva que emerge das experiências, das lutas e das práticas culturais das comunidades surdas, tendo como eixo central a valorização da Libras, da cultura surda e da identidade surda. Nesse sentido, a Política Surda não apenas reivindica direitos, mas também

questiona modelos hegemônicos que historicamente invisibilizaram ou provocaram o apagamento dos sujeitos surdos.

Essa perspectiva é central para a compreensão do horizonte político defendido neste trabalho. Trata-se de uma distinção que não é apenas semântica, mas também epistemológica e política, pois define quem são os sujeitos da ação, de onde parte o conhecimento e qual é o objetivo central da intervenção.

Por outro lado, a Política Social do Surdo refere-se, de modo geral, às políticas públicas formuladas pelo Estado ou por especialistas, historicamente majoritariamente ouvintes, com o objetivo de promover o bem-estar social das pessoas surdas. Essas políticas abrangem áreas como educação, cultura, saúde, assistência social e trabalho, entre outras, sendo fundamentais para a garantia de direitos sociais, conforme previsto na Constituição Federal de 1988, que estabelece a educação, a saúde, o trabalho e a assistência social como direitos fundamentais de todos os cidadãos.

No entanto, muitas dessas políticas são elaboradas sem a participação efetiva dos sujeitos surdos nos processos de decisão e sem considerar plenamente a centralidade de suas experiências linguísticas, culturais e identitárias.

Nesse contexto, a Política Social do Surdo compreende o conjunto de ações, programas e políticas públicas desenvolvidas, em sua maioria, pelo Estado e por instituições sociais, com o objetivo de garantir o bem-estar, a inclusão social e o acesso aos direitos das pessoas surdas. Nessa perspectiva, as políticas sociais assumem papel fundamental na promoção da cidadania, exigindo a participação de representantes de organizações da sociedade civil (OSC), em um processo coletivo marcado pela pluralidade de vozes na discussão, formulação e construção de políticas inclusivas.

Entretanto, é necessário superar uma visão restrita que focaliza apenas um único perfil de sujeito surdo. A realidade revela a existência de uma diversidade de sujeitos, como surdos sinalizantes, surdos oralizantes, surdos usuários de implante coclear (IC), surdos indígenas, surdos autistas, surdos jovens, surdos idosos, surdos com TDAH, Surdocegos, surdos negros, surdos LGBTQIAPN+, surdos com deficiências múltiplas, e outros. Essa pluralidade evidencia a necessidade de políticas sociais mais amplas, interseccionais e sensíveis às diferenças, capazes de garantir direitos de forma equitativa e inclusiva.

Nesse contexto, destaca-se o papel de eventos e mobilizações sociais, como a Conferência Nacional da Libras (CONALI), realizada em 2023 pela Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos, que divulgou o manifesto intitulado “*Manifesto dos cidadãos surdos: nossos direitos humanos pela garantia da educação bilíngue ao longo da vida*”. Esse documento fortalece os processos de construção coletiva ao ampliar o acesso à informação, possibilitar o debate e incentivar a implementação e revisão de propostas nas comunidades surdas em todo o país.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2026), o Brasil possui 5.570 municípios. Considerando essa dimensão territorial, torna-se ainda mais evidente o desafio de garantir a efetivação dos direitos das pessoas surdas em diferentes contextos sociais. Embora existam diversas legislações que asseguram esses direitos, ainda persistem lacunas significativas no que se refere à sua implementação prática, o que reforça a necessidade de fortalecimento das instituições surdas e das organizações da sociedade civil.

Nesse sentido, a participação nos conselhos nacionais de políticas públicas configura-se como um espaço estratégico de atuação política e social. Atualmente, o Governo Federal conta com conselhos, totalizando 57, que atuam em diferentes áreas, como o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, o Conselho Nacional de Saúde e o Conselho Nacional de Educação, entre outros. Esses espaços possibilitam a participação coletiva e a incidência política de diferentes grupos sociais, incluindo a comunidade surda, na formulação, no acompanhamento e na avaliação de políticas públicas.

O Quadro 1 sistematiza os principais conselhos nacionais de políticas públicas no Brasil, evidenciando sua diversidade de áreas de atuação e a importância desses espaços para a construção democrática das políticas públicas.

Nº	Conselho
1	Conselho Nacional de Fomento e Colaboração (CONFOCO)
2	Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CONADE)
3	Comissão de Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (CNOODS)
4	Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial
5	Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ (CNLGBTQIA+)

Nº	Conselho
6	Conselho Nacional do Esporte (CNE)
7	Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO)
8	Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa
9	Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM)
10	Conselho Gestor do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações
11	Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas
12	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA)
13	Conselho de Participação Social (CPS)
14	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT)
15	Conselho Gestor do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (CGFNHIS)
16	Conselho das Cidades (ConCidades)
17	Conselho Nacional de Turismo (CNT)
18	Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca (CONAPE)
19	Comitê Intersecretorial de Acompanhamento da Política para População em Situação de Rua
20	Fórum Nacional de Educação (FNE)
21	Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA)
22	Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC)
23	Conselho de Transparência, Integridade e Combate à Corrupção (CTICC)
24	Comissão Nacional de População e Desenvolvimento (CNPD)
25	Conselho Nacional de Educação (CNE)
26	Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP)
27	Conselho Nacional de Saúde (CNS)
28	Conselho Nacional dos Direitos Humanos
29	Comitê Gestor do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (CG-FNMC)
30	Conselho Nacional do Trabalho (CNT)
31	Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI)
32	Conselho Deliberativo do Fundo Nacional do Meio Ambiente (CD-FNMA)
33	Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE)
34	Conselho Nacional de Arquivos
35	Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH)

Nº	Conselho
36	Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF)
37	Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES)
38	Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (CCT)
39	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA)
40	Conselho Nacional de Política Energética (CNPE)
41	Conselho Curador do Fundo de Desenvolvimento Social (CCFDS)
42	Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social Sustentável
43	Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT)
44	Conselho Nacional de Previdência Social
45	Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo (CONATRAE)
46	Conselho Curador do FGTS (CCFGTS)
47	Conselho Nacional de Combate à Pirataria (CNCP)
48	Conselho Nacional dos Regimes Próprios de Previdência Social
49	Conselho Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (CNSP)
50	Conselho Nacional de Previdência Complementar
51	Conselho Nacional de Política Indigenista (CNPI)
52	Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante (CDFMM)
53	Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos (CFDD)
54	Conselho Nacional de Imigração (CNIg)
55	Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP)
56	Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE)
57	Comissão Tripartite Paritária Permanente (CTPP)

Fonte: Portal de Governo Federal

Apesar da existência de diversos conselhos nacionais de políticas públicas, observa-se que a participação de sujeitos surdos nesses espaços ainda é limitada nesses espaços. No âmbito federal, destacam-se principalmente as seguintes representações: no Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, com a atuação da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (Feneis); no Conselho Nacional do Esporte, com a presença da Confederação Brasileira de Desportos de Surdos (CBDS); e no Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, em Brasília, com representantes de pessoas idosas surdas vinculados à Feneis/RS.

Nesse contexto, a presença da Feneis no Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência representa um importante espaço de protagonismo político surdo, possibilitando a participação da comunidade na formulação, no acompanhamento e na avaliação de políticas públicas.

Um marco importante nesse processo foi a criação, em 1986, da Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE) e, em 1989, da Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, reconhecida pelo Governo Federal. Posteriormente, em 2003, o CONADE deixou a estrutura administrativa do Ministério da Justiça e passou a funcionar como órgão colegiado vinculado à Secretaria Especial dos Direitos Humanos. (CONADE, s.d)

O CONADE é composto por representantes da sociedade civil e do poder público, tendo como função acompanhar, propor e avaliar o desenvolvimento de ações e políticas públicas voltadas às pessoas com deficiência. Nesse cenário, destaca-se a atuação contínua da Feneis como representante da comunidade surda, evidenciando um percurso histórico de participação, mobilização e resistência política.

Por outro lado, o Conselho Nacional do Esporte constitui um colegiado de assessoramento ao ministério do esporte no desenvolvimento de políticas voltadas ao desporto nacional, instituído em 2002, representando um avanço na formulação de políticas públicas voltadas ao esporte nacional. Contudo, a presença da Confederação Brasileira de Desportos de Surdos nesse espaço ocorreu apenas a partir de 2020, configurando-se como um marco relevante para a inclusão do esporte surdo nas políticas públicas. (BRASIL, 2002; CBDS, 2020);

Essas participações representam avanços significativos na luta por visibilidade e reconhecimento político dos sujeitos surdos, historicamente marcados por processos de invisibilização. Ao ocupar espaços institucionais como o CNE, a comunidade surda fortalece seu protagonismo político e amplia sua participação nos processos decisórios e na construção de políticas esportivas mais inclusivas e representativas.

Entretanto, apesar dos avanços pontuais, ainda há uma presença reduzida de representantes surdos nos diferentes conselhos, especialmente quando comparada à participação mais expressiva de outros segmentos de pessoas com deficiência. Essa realidade evidencia a necessidade de ampliar a representatividade surda, garantindo o direito à participação e a representatividade política efetiva na formulação, no acompanhamento e na avaliação de políticas públicas.

Dessa forma, torna-se fundamental refletir sobre a ampliação da participação de sujeitos surdos não apenas nos conselhos nacionais, mas também nos âmbitos estadual e municipal. A ausência ou a baixa representatividade nesses espaços compromete a construção de políticas públicas mais inclusivas e alinhadas às demandas reais das comunidades surdas, reforçando a urgência de fortalecer o protagonismo surdo nos processos decisórios.

O Quadro 1 apresenta, que busca ilustrar a relação entre o conceito de Política Surda e a chamada Política Social do Surdo, evidenciando suas principais características, distinções e aproximações, contribuindo para uma compreensão mais aprofundada desses termos.

Política Surda	Política Social do Surdo
Refere-se à luta pela autonomia e pelo reconhecimento político, linguístico e cultural da comunidade surda, por meio de movimentos sociais e da reivindicação de direitos. O entendimento da língua de sinais e da cultura surda é fundamental para a construção de políticas públicas adequadas.	É um instrumento fundamental para a promoção do bem-estar, da justiça social e da redução das desigualdades, por meio de ações e programas governamentais ou institucionais.
Envolve o reconhecimento dos direitos linguísticos, culturais e identitários, bem como a promoção da inclusão social e cultural.	Refere-se a políticas sociais direcionadas à população surda, geralmente formuladas por instâncias do Estado ou por especialistas ouvintes, com foco em inclusão, acessibilidade, saúde, educação e assistência social.
A comunidade surda ocupa posição central na tomada de decisões e na formulação de políticas públicas voltadas às suas próprias demandas, garantindo protagonismo, lugar de fala e construção de políticas “de dentro” da comunidade.	Abrange questões sociais mais amplas, como desigualdade, acesso a serviços e garantia de direitos básicos.
Refere-se à defesa dos direitos, à valorização da cultura surda, ao movimento surdo, à representatividade política, à autonomia e às pesquisas no campo dos Estudos Surdos.	Tem como objetivo a inclusão social da pessoa surda por meio de políticas públicas estruturadas institucionalmente.

<p>Exemplos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Movimento surdo e organizações representativas - Educação bilíngue (Libras-Português) - Lei nº 10.436/2002 (Libras) - Produção acadêmica em Estudos Surdos 	<p>Exemplos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Sistema Único de Saúde (SUS) com acessibilidade - Programas sociais como Bolsa Família - FIES e políticas de acesso ao ensino superior - Serviços de intérprete de Libras em instituições públicas
--	--

Fonte: Elaborado pelos autores.

A Política Surda caracteriza-se pelo protagonismo da comunidade surda na formulação de suas próprias demandas políticas, constituindo-se como uma perspectiva política que valoriza a autonomia, a identidade, a língua e as potencialidades desses sujeitos. Trata-se de uma perspectiva fundamentada na defesa dos direitos linguísticos, culturais e sociais, na qual as próprias pessoas surdas assumem papel central na formulação de políticas que impactam suas vidas. Por sua vez, a Política Social do Surdo refere-se ao conjunto de ações institucionais promovidas pelo Estado e por outras instâncias sociais, voltadas à inclusão social e ao atendimento das demandas dessa população, especialmente nas áreas da educação, saúde, trabalho e assistência social. Embora ambas as perspectivas sejam complementares, diferenciam-se principalmente quanto ao lugar de decisão política, à autoria e à perspectiva política adotada, uma vez que a Política Surda parte da comunidade surda, enquanto a Política Social do Surdo, em geral, é formulada a partir das estruturas institucionais.

Portanto, a principal distinção entre ambas reside no protagonismo político e no lugar de enunciação. Na Política Social do Surdo, o sujeito surdo frequentemente ocupa posição de destinatário das ações, ou seja, como sujeito que recebe políticas previamente estruturadas. Em contrapartida, na Política Surda, o sujeito surdo assume a posição de autor e agente político, sujeito político e produtor de conhecimento, participando ativamente de processos, implementação e avaliação das políticas que impactam sua própria realidade.

Ao reconhecer tais distinções, evidencia-se a necessidade de políticas que não apenas atendam às demandas sociais, mas que também reconheçam, respeitem e fortaleçam a identidade linguística e cultural das pessoas surdas. Nesse sentido, enquanto a Política Social do Surdo busca assegurar condições de acesso, inclusão e garantia de direitos nos sistemas

já instituídos, a Política Surda amplia esse horizonte político ao reivindicar reconhecimento, representatividade, participação e poder de decisão.

Assim, embora ambas as abordagens sejam complementares, diferenciam-se quanto à centralidade conferida ao sujeito surdo nos processos políticos e sociais. Desse modo, compreender a articulação entre essas duas esferas torna-se fundamental para a construção de práticas mais consistentes, democráticas e inclusivas, promovendo a participação ativa da comunidade surda nos espaços de decisão.

CONCLUSÃO

Quando mexem em nossas raízes surdas, ecoam em todas as
comunidades.

Somos tronco, folha e futuro de uma mesma árvore.

(Clarissa Guerretta, 2026)

A construção da Política Surda no Brasil está diretamente relacionada às lutas históricas das comunidades surdas e surdocegas pelo reconhecimento de seus direitos linguísticos, culturais, educacionais e sociais. Ao longo deste livro, buscou-se apresentar fundamentos teóricos, históricos e metodológicos que permitam compreender a Política Surda como um campo ainda em consolidação nos Estudos Surdos brasileiros, articulado às experiências coletivas e as formas de organização política das próprias comunidades surdas e surdocegas.

No primeiro capítulo, foram discutidos referenciais conceituais fundamentais dos Estudos Surdos internacionais, como *Deaf Gain*, *Deafhood*, Surdos Heróis, *Deaf Power*, Ouvintismo e outros conceitos produzidos pelas próprias comunidades surdas. Esses referenciais contribuíram para deslocar a compreensão da surdez de uma perspectiva exclusivamente clínica para uma abordagem sociocultural, linguística e política, reconhecendo as línguas de sinais como línguas legítimas e as comunidades surdas como grupos culturais historicamente constituídos. Além disso, a análise dos movimentos históricos demonstrou que as conquistas das comunidades surdas não ocorreram de forma espontânea, mas resultam de processos contínuos de mobilização política, resistência cultural e reivindicação de direitos. Nesse sentido, movimentos internacionais e nacionais evidenciam o protagonismo das pessoas surdas na construção de espaços de participação social, acadêmica e institucional.

O segundo capítulo apresentou o conceito de Política Surda no contexto brasileiro, destacando sua relação com a valorização da língua de sinais, da identidade surda, da educação bilíngue e da participação ativa das comunidades surdas nos processos decisórios. A trajetória histórica analisada demonstra que as pessoas surdas sempre estiveram presentes nos movimentos associativos, nas reivindicações educacionais e na formulação de pautas relacionadas aos direitos linguísticos e culturais.

Também foi possível compreender que a Política Surda ultrapassa a noção restrita de acessibilidade, constituindo-se como uma perspectiva político-epistemológica que reivindica autonomia, representatividade e reconhecimento das experiências surdas como formas legítimas de produção de conhecimento. Nesse contexto, a distinção entre Política Surda e Política Social do Surdo mostrou-se fundamental para compreender as diferenças entre políticas construídas pelas próprias comunidades surdas e políticas institucionais formuladas pelo Estado.

No terceiro capítulo, as metodologias dos Estudos Surdos foram discutidas a partir da valorização da Libras como língua de investigação científica e da centralidade de pesquisadores surdos na produção acadêmica. As entrevistas sinalizadas, os registros visuais, os grupos focais em Libras, as narrativas autobiográficas e as metodologias participativas demonstram que a produção de conhecimento nos Estudos Surdos exige abordagens metodológicas coerentes com as especificidades linguísticas e culturais das comunidades surdas.

O quarto capítulo aprofundou a discussão sobre a diferença entre Política Surda e Política Social do Surdo, evidenciando que, embora ambas dialoguem entre si, partem de perspectivas distintas. À medida que a Política Social do Surdo refere-se às ações promovidas pelo Estado e pelas instituições com foco em inclusão social, acessibilidade e garantia de direitos, a Política Surda caracteriza-se pelo protagonismo das próprias comunidades surdas na formulação de suas demandas, pautas e formas de organização política. Essa distinção permitiu compreender que políticas voltadas às pessoas surdas não devem limitar-se apenas à assistência ou inclusão institucional, mas precisam reconhecer a participação ativa das pessoas surdas como sujeitos políticos e produtores de conhecimento.

Ao longo desta obra, evidencia-se que a luta das comunidades surdas envolve não apenas o acesso a serviços e direitos básicos, mas também o reconhecimento da diferença linguística e cultural como dimensão legítima da diversidade humana. Dessa forma, a defesa da Libras, da educação bilíngue, da representatividade política e da justiça linguística constitui elemento central na construção da cidadania das pessoas surdas.

Embora avanços importantes tenham sido conquistados no Brasil, especialmente após o reconhecimento legal da Libras e o fortalecimento dos movimentos surdos, ainda persistem desafios relacionados à implementação de políticas públicas efetivamente bilíngues, à ampliação da acessibilidade

linguística, à presença de sujeitos surdos nos espaços de decisão e ao enfrentamento de práticas ouvintistas historicamente consolidadas.

Por fim, esta obra busca contribuir para o fortalecimento dos Estudos Surdos e para a ampliação das discussões sobre Política Surda no Brasil, valorizando produções acadêmicas comprometidas com o protagonismo das comunidades surdas. Espera-se que este livro possa servir como referência para pesquisadores, estudantes, profissionais e lideranças surdas, incentivando novas pesquisas, debates e práticas políticas voltadas ao reconhecimento da diversidade linguística, cultural e social das comunidades surdas e surdocegas.

SOBRE OS AUTORES



Keli Krause

Professora de Libras (Língua Brasileira de Sinais)
Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), Campus
São Borja

Doutora em Sociologia e Ciência Política (PUCRS)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5535196635820499>

E-mail: kelikrause@unipampa.edu.br



Bruna Tavares Leite da Silva

Universidade Federal do ABC (UFABC)

Doutoranda em Políticas Públicas

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5978534563292246>

E-mail: bruna.l@ufabc.edu.br



Clarissa Luna Borges Fonseca Guerretta

Professora de Libras (Língua Brasileira de Sinais)

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Doutoranda em Ciência da Literatura (UFRJ)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6751084869398569>

E-mail: clarissaguerretta@letras.ufrj.br



Gisele Maciel Monteiro Rangel

Professora de Libras (Língua Brasileira de Sinais)

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do
Rio Grande do Sul (IFRS), Campus Alvorada

Doutora em Educação (UFpel)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2102092288777454>

E-mail: giselemmrangel@gmail.com

**Magno Prado Gama Prates**

Professor de Libras (Língua Brasileira de Sinais)

Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

Pós-doutorando em Educação (UFAC)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9185405534950808>

E-mail: magno.prates@fale.ufal.br

**Ricardo Morand Goes**

Professor de Libras (Língua Brasileira de Sinais)

Universidade Federal do Rio Grande (FURG), campus Carreiros

Doutorando em Letras (UFRGS)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9079403984754489>

E-mail: ricardo.goes@furg.br

REFERÊNCIAS

- ALLPORT, Gordon W. **A natureza do preconceito**. São Paulo: Herder, 1962.
- All-Russian Society of the Deaf (VOG):ALL-RUSSIAN SOCIETY OF THE DEAF. Estabelecimento, 23 de junho de 1926. Moscow.
- ARAGAKI, S. S.; LIMA, M. L. C.; PEREIRA, C. C. P.; NASCIMENTO, V. L. V. **Entrevistas: negociando sentidos e coproduzindo versões de realidade**. In: SPINK, M. J. P.; BRIGAGÃO, J. I.; NASCIMENTO, V.; CORDEIRO, M. (org.). *A produção de informação na pesquisa social: compartilhando ferramentas*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2014. Disponível em: www.bvce.org. Acesso em: 13 março 2026.
- ABREU, Ricardo Nascimento. *Direitos linguísticos: fundamentos e perspectivas para a inclusão linguística no Brasil*. 2019
- UNIÃO SOVIÉTICA. NKVD. **Arquivos sobre o “Deaf-Mute Affair”** (Дело о глухонемых). Leningrado, 1937. Disponível em: . Acesso em: 13 maio 2026.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BAHAN, Ben. *The power of handshape: the story of the Deaf community*. San Diego: DawnSignPress, 2006.
- BAUMAN, H-Dirksen L.; MURRAY, Joseph J. (orgs.). **Deaf Gain: Raising the Stakes for Human Diversity**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 5 out. 2014. 568 p.
- BENEVENUTO, Maria Aparecida. **Educação de surdos: políticas educacionais e práticas docentes**. Curitiba: CRV, 2013.
- BERTHIER, Ferdinand. *Les sourds-muets avant et depuis l'abbé de l'Épée*. Paris: J. Ledoyen, 1840.
- BERTIN, Armand. *Ferdinand Berthier: o intelectual surdo e o movimento surdo no século XIX*. Paris: Éditions L'Harmattan, 2010.
- BICKFORD, J. Albert. *The Signed Languages of Eastern Europe*. SIL International, 2005.
- BITTAR, Eduardo C. B. **Curso de Filosofia Política**. 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2011.

BOGAERDE, B. van den; SCHERMER, T. *Deaf Studies in the Netherlands*. Deaf Worlds: International Journal of Deaf Studies, v. 23, n. 1/2, 2008.

BOSKIS, Rakhil Markovna; MOROZOVA, Natalia Grigoryevna. *O razvitií mimicheskoy rechi [On the development of mimic speech]*. Moscow, 1939.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 2005.

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 abr. 2002. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: Planalto – Lei nº 13.146/2015. Acesso em: 13 maio 2026.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). *Censo da Educação Básica 2023: notas estatísticas*. Brasília, DF: INEP, 2024. Disponível em: INEP – Censo da Educação Básica 2023. Acesso em: 10 março 2026.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria GM/MS nº 1.526, de 11 de outubro de 2023**. Altera as Portarias de Consolidação GM/MS nº 2, 3 e 6, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Pessoa com Deficiência (PNAISPD) e a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência (RCPD) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16 out. 2023. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-gm/ms-n-1.526-de-11-de-outubro-de-2023-516446366>. Acesso em: 22 jun. 2026.

BRATOLYUBOV, Alexander (Archpriest). *Sbornik molitv [Collection of Prayers]*. St. Petersburg Deaf-Mute School, 1872. [-450 gestos, características gramática RSL]

BURKOVA, Svetlana; KIMMELMAN, Vadim. *Russian Sign Language*

ge and Signed Russian: Diglossia situation. In: Studies in Russian Sign Language. Moscow, 2019.

BURTON, S. K. *Issues of deaf education in African countries.* In: Deaf Education Conference Proceedings. 2002.

CARLIEZ, Isabelle. *Collecte des langues des signes des sourds de Soirée (Île de Marajó): un parcours méthodologique (2008/2013), les enjeux sociaux et politiques de la non reconnaissance des langues des signes émergentes pratiquées par ces sourds.* MOARA – Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Letras, n. 45, p. 144-160, set. 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.18542/moara.v1i45.3712>.

CAVALLI-SFORZA, Luigi L.; FELDMAN, Marcus W. *Cultural Transmission and Evolution: A Quantitative Approach.* Princeton: Princeton University Press, 1981.

CALVET, Louis-Jean. **Linguística e colonialismo: pequeno tratado de glotofagia.** São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

Conferência de Milão: CONGRESSO INTERNACIONAL DE MILÃO. **Resoluções sobre educação de surdos.** Milão, Itália, 6-11 de setembro de 1880.

CONQUEST, Robert. *The Great Terror: Stalin's Purge of the Thirties.* London: Macmillan, 1968. [Contexto histórico dos Grandes Expurgos]

DE WEERDT, D.; SALONEN, J.; LIIKAMAA, A. *Raising the Profile of Sign Language Teachers in Finland.* Kieli, koulutus ja yhteiskunta, 2016.

Deafness in Japan. Wikipedia, 2025. Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/Deafness_in_Japan. Acesso em: 14 abr. 2026.

DEAFWEBSITES. *12 Deaf Heroes Who Changed History.* 22 abr. 2024. Disponível em: <https://deafwebsites.com/12-deaf-heroes-who-changed-history/>. Acesso em: 14 abr. 2026.

DINIZ, H. G. **Variação fonológica das letras manuais na soletração manual em Libras.** Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

ETHNOLOGUE. *Languages of the World.* 27th edition. Dallas, TX: SIL International, 2024.

FAY, E. A. *Histories of American schools for the deaf, 1817-1893.* Washington, DC: Volta Bureau,

FEDOROWICZ, S. C. *Interview on Japanese Sign Language and Deaf*

Culture. Japan SPOTLIGHT, 2023.

FINLAND. *Finnish Sign Language Act (359/2015)*. Helsinki: Ministry of Justice, 2015. Disponível em: Finlex – Finnish Sign Language Act. Acesso em: 13 maio 2026.

FISCHER, Susan; GONG, Qunhu. *Variation in East Asian sign language structures*. In: BRENTARI, Diane (Ed.). *Sign Languages*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010. p. 499-518.

FLEURY, Victor Ivanovich. *Glukhonemye, rassmatrivaemye v otnoshenii k ikh sostoyaniyu i k sposobam obrazovaniya, samym svojstvennym ikh prirode [Deaf-Mutes Considered Regarding Their Condition and Means of Education Most Suited to Their Nature]*. St. Petersburg, 1835.

FOSTER, Andrew. *Christian Mission for Deaf Africans*. Accra, Ghana, 1957-1987.

FRISHBERG, Nancy. *Ghanaian Sign Language*. In: VAN CLEVE, John V. (Ed.). Gallaudet

Encyclopedia of Deaf People and Deafness. New York: McGraw-Hill, 1987.

FUKUZAWA, Yukichi. *Expedição à Europa - Estudos sobre Educação Surda*. Documento histórico, 1862.

FURUKAWA, Tashiro. *Fundação da Kyoto Mouain* (atual Kyoto Prefectural School for the Blind), 1878.

GALLAUDET UNIVERSITY ARCHIVES. *Deaf President Now (DPN) Movement*. Washington, D.C.: Gallaudet University, 1988. Disponível em: <https://www.gallaudet.edu/about/history/deaf-president-now/>. Acesso em: 11 jun. 2025.

GARAGE MUSEUM OF CONTEMPORARY ART. *Development of signed Russian and Russian sign language. Moscow*. Disponível em: <https://garagemca.org/en/programs/inclusive-programs/diversity-and-inclusion/razvitie-kalkiruyuschey-zhestovoy-rechi-i-russkogo-zhestovogo-yazyka>. Acesso em: 14 abr. 2026.

GRENOBLE, Lenore A. *An overview of Russian Sign Language*. *Sign Language Studies*, n. 77, p. 321-338, 1992.

HAMMARSTRÖM, Harald; FORKEL, Robert; HASPELMATH, Martin; BANK, Sebastian (Eds.). *Glottolog 4.8*. Jena: Max Planck Institute for the Science of Human History, 2024.

History of deaf education in Africa. Wikipedia, 2025. Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/History_of_deaf_education_in_Africa. Acesso em: 14 abr. 2026.

HONNETH, Axel. **O direito da liberdade**. Tradução de Saulo Krieger. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

HSE UNIVERSITY. *For the first time, linguists describe the history of Russian Sign Language interpreter training*. Moscow, 2025. Disponível em: <https://www.hse.ru/en/en/news/1120679391.html>. Acesso em: 14 abr. 2026.

IMPERIAL HOUSEHOLD AGENCY. *Activities of Princess Kiko in support of the Deaf community*. Tokyo, 2008-2025.

INEP - INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Censo Escolar da Educação Básica 2024**: resumo técnico. Brasília, DF: Inep, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar>. Acesso em abril de 2026.

JAPAN. *Basic Act for Persons with Disabilities*, Act No. 84 of 1970, revised in 2011. Tokyo: Government of Japan, 2011. Disponível em: Cabinet Office Japan – Basic Act for Persons with Disabilities. Acesso em: 13 maio 2026.

Japanese Federation of the Deaf. *Watashitachi no Shuwa* [Nossa Língua de Sinais]. Tokyo: Japanese Federation of the Deaf, 1969–presente.

JAPAN. Tottori Prefectural Government. *Ordinance on Japanese Sign Language*. Tottori: Tottori Prefecture, 2013. Disponível em: Tottori Prefecture – Japanese Sign Language Ordinance. Acesso em: 13 maio 2026.

JAPANESE FEDERATION OF THE DEAF. Estabelecimento, 1947. Membro World Federation of the Deaf desde 1959.

JAPANESE SIGN LANGUAGE & DEAF CULTURE HUB. Home page. 3 nov. 2025. Disponível em: <https://japanesesignlanguage.com/>. Acesso em: 14 abr. 2026.

Japanese Sign Language family. Wikipedia, 2026. Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/Japanese_Sign_Language_family. Acesso em: 14 abr. 2026.

Japanese Sign Language. *Grokopedia*, 14 jan. 2026. Disponível em: https://grokopedia.com/page/Japanese_Sign_Language. Acesso em: 14 abr. 2026.

Japanese Sign Language. Wikipedia, 2026. Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/Japanese_Sign_Language. Acesso em: 14 abr. 2026.

JONES, Alan. *Development of a comprehensive South African sign dictionary*. Pretoria, 1994.

KIMMELMAN, Vadim. *Parts of speech in Russian Sign Language: The role of iconicity and economy*. *Sign Language & Linguistics*, v. 12, n. 2, p. 161-186, 2009.

KIMMELMAN, Vadim. *Word Order in Russian Sign Language*. *Sign Language Studies*, v. 12, n. 3, 2012.

KIYAGA, Nassozi B.; MOORES, Donald F. *Deafness in sub-Saharan Africa*. *American Annals of the Deaf*, v. 148, n. 1, p. 18-24, Spring 2003. doi: 10.1353/aad.2003.0004.

KRAUSE, K. A. **A política cultural da comunidade surda: uma análise comparativa entre os países sul-americanos**. 2022. 298 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022.

LADD, Paddy. *Understanding deaf culture: in search of deafhood*. Clevedon: Multilingual Matters, 2003.

LANE, Harlan. *When the mind hears: a history of the deaf*. New York: Random House, 1984.

LANE, Harlan. *When the Mind Hears: A History of the Deaf*. New York: Random House, 1984.

MAKHAROBLIDZE, Tamar. **Georgian Sign Language: History and development**, 2012.

MARCONDES, Danilo. **Iniciação à história da filosofia: dos pré-socráticos a Wittgenstein**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

MATOSO, Marília. **Desenhando para todos os corpos e pessoas**. *ArchDaily Brasil*, 19 set. 2021. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/967485/desenhando-para-diferentes-corpos-e-pessoas>. Acesso em: 29 abr. 2026. (archdaily.com.br)

MARTINS, Francielle Cantarelli. **Discursos de sujeitos surdos sobre audismo, Deaf Gain e surdismo**. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

MILES, M. *Deaf people living and communicating in African histories, c. 960s - 1960s*. Independent Living Institute, 2005. Disponível em: ht-

[tps://www.independentliving.org/docs7/miles2005a.html](https://www.independentliving.org/docs7/miles2005a.html). Acesso em: 14 abr. 2026.

MONTEIRO, Myrna Salerno. **História dos movimentos dos surdos e o reconhecimento da Libras no Brasil**. Educação Temática Digital, Campinas, v. 7, n. 2, p. 292-302, jun. 2006. Disponível em: https://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602006000200007. Acesso em: 11 jun. 2025.

MOORE, Matthew S.; PANARA, Robert F. *Great Deaf Americans*. 2nd ed. Rochester, NY: Deaf Life Press, 1996.

MOSCOW BILINGUAL SCHOOL FOR THE DEAF. Estabelecimento, 1992. Primeira escola a usar RSL em salas de aula na Rússia pós-soviética. Moscow Bilingual School for the Deaf:

NAKAMURA, Karen. *Deaf in Japan: Signing and the Politics of Identity*. Ithaca: Cornell University Press, 2006.

NASCIMENTO, Lilian Cristine Ribeiro. **Um pouco mais da história da educação dos surdos, segundo Ferdinand Berthier**. ETD - Educação Temática Digital, Campinas, v. 7, n. 2, p. 255-265, 2008.

NPR. *In pandemic briefings in South Africa, sign language interpreters are stars*. Goats and Soda, 30 ago. 2020. Disponível em: <https://www.npr.org/sections/goatsandsoda/2020/08/30/905417180/unusual-celebrities-sign-language-interpreters-for-south-africa-s-president>. Acesso em: 14 abr. 2026.

OKOTH OKOMBO. *Sign language hero who fought for the deaf*. TNX Africa, 2017. Disponível em: <https://www.tnx.africa/thenairobi/thenairobi/article/2001499809/okoth-okombo-sign-language-hero-who-fought-for-the-deaf>. Acesso em: 14 abr. 2026.

OKYERE, Beatrice; ADDO, John. *Adamorobe: A study of a deaf community*. Ghana, 1994.

ONU. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e Protocolo Facultativo**. Nova York: ONU, 2006. Disponível em: <https://www.un.org/esa/socdev/enable/documents/tccconvs.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2025.

ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas, SP: Pontes. 1999.

OXFORD ACADEMIC. *Japanese Sign Language: A language of the deaf community*. In: Language Communities in Japan. 21 jan. 2022. Dis-

ponível em: <https://academic.oup.com/book/38834/chapter/337725578>. Acesso em: 14 abr. 2026.

PADDEN, Carol; HUMPHRIES, Tom. *Deaf in America: voices from a culture*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1988.

PANTHÉON. *L'Histoire silencieuse des sourds*. Paris, 2019. Disponível em: http://www.parispantheon.fr/var/cmn_inter/storage/original/application/906c84dee7dad87cd5ee3ab4d6792449.pdf. Acesso em: 11 jun. 2025.

PEDRONI, V. H. **Ensino de Libras nas Universidades Públicas: uma análise da formação inicial de professores em letras**. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2024.

PERLIN, Gladis T. T. **Identidades surdas**. 1998. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1998.

PINHEIRO, K. L. **Políticas linguísticas e suas implementações nas instituições do Brasil: o tradutor e intérprete surdo intramodal e interlingual de Línguas de Sinais de Conferência**. Tese (Doutorado em Estudos da tradução) – Programa de Pós-graduação em Estudos da Tradução. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020.

POWER, Deborah; HYDE, Merv; LEIGH, Gregory. **Sign languages of the Soviet Union: A comparison of Georgian, Russian, and Tajik Sign Languages**. De Gruyter Brill, jan. 2026. doi:10.1515/opli-2025-0077.

PRATES, Magno Prado Gama. **Política linguística: análise discursiva da legislação como instrumento político para o sujeito surdo**. 2020. 119 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação Mestrado Acadêmico em Letras, Fundação Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2020.

PRATES, Magno Prado Gama. **Políticas linguísticas e o ensino de Libras: a participação dos docentes surdos na construção do Projeto Pedagógico do curso de Letras-Libras**. 2025. 227 f. Tese (Doutorado em Linguística) — Universidade do Estado de Mato Grosso “Carlos Alberto Reyes Maldonado” (UNEMAT), Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGL), Cáceres, 2025.

RANGEL, Gisele M. M. **Heróis/heroínas surdos/as brasileiros/as: busca de significados na comunidade surda gaúcha**. 2016. 189 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2016.

RANGEL, Gisele Maciel Monteiro. **História do Povo Surdo em Porto Alegre: imagens e sinais de uma trajetória cultural**. 2004. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/5148>

REAGAN, Timothy. *The deaf as a linguistic minority: Educational considerations*. Harvard Educational Review, v. 55, n. 3, p. 265-277, 1985.

REZENDE, P. L. F.; PINTO, P. C. A. **O protagonismo de pesquisadores surdos na produção científica**. In: Estudos Surdos II. Petrópolis: Arara Azul, 2007.

ROCHA, Solange. **Política surda: sujeito surdo, movimentos surdos**. In: SKLIAR, Carlos (org.). Atualidade da educação bilíngue para surdos. Porto Alegre: Mediação, 1999. p. 87-98.

RUKHLEDEV, Valery Nikitich. President All-Russian Society of the Deaf. **Relatórios sobre instrução de intérpretes e políticas linguísticas**, 2000s.

RUSSELL, Debra. *Ukrainian signed language: Bridging research and educational practice*. In: Proceedings of the 2nd International Scientific Conference: The Ukrainian Diaspora in the Global Context. L'viv, 2008. p. 258-259.

RUSSIAN FEDERATION. Federal Law “*Social protection of the disabled in the Russian Federation*”, Article 14, 2012. Reconhecimento da língua de sinais como meio de comunicação interpessoal.

RUSSIAN Sign Language. In: *Grokopedia*. 14 jan. 2026. Disponível em: https://grokopedia.com/page/Russian_Sign_Language. Acesso em: 14 abr. 2026.

RUSSIAN Sign Language. *Minority Languages of Russia*. Disponível em: <https://minlang.iling-ran.ru/en/lang/russian-sign-language>. Acesso em: 14 abr. 2026.

RUSSIAN Sign Language. In: *Wikipedia, The Free Encyclopedia*. 2026. Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/Russian_Sign_Language. Acesso em: 14 abr. 2026.

QUADROS, Ronice Müller de. *Karnopp, Lodenir Becker; Quadros, Ronice Müller de. Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos*. Porto Alegre: Artmed, 2005.

SALUS HEARING AND TINNITUS CENTRE. *Who Invented Sign Language?* 1 dez. 2025. Disponível em: <https://www.salushearing.com/>

who-invented-sign-language/. Acesso em: 14 abr. 2026.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 8. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2009.

SCHMITT, Deonísio. **A trajetória do associativismo surdo no Brasil**. In: PERLIN, Gladis; STUMPE, Marianne Rossi (Org.). Um olhar sobre nós surdos: leituras contemporâneas. Curitiba: CRV, 2012.

SHAW, Emily. *Deaf communities in the Soviet Union*. In: Deaf Studies Research. 2017.

SKLIAR, Carlos. **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Mediação, 1998.

STROBEL, Karin Lilian. *As imagens do outro sobre a cultura surda*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008.

SOUSA, A. M. **Políticas de acessibilidade na pós-graduação da UFAL**. Entrevista, 2026. UNIVERSITY OF JYVÄSKYLÄ. Sign Language Centre. Finland, 2024.

SOUTH AFRICA. **Constitution of the Republic of South Africa, 1996**. Recognition of South African Sign Language as 12th official language, 2022.

South African Sign Language. Wikipedia, 2026. Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/South_African_Sign_Language. Acesso em: 14 abr. 2026.

SOUZA, Regina Maria de; RODRIGUES, José Raimundo (Org.). **Ferdinand Berthier (1803-1886): erudito, professor, ativista surdo e suas contribuições para o nosso presente**. Curitiba: Editora CRV, 2021. (Coleção “A história é a de quem conta: narrativas de autores surdos esquecidos pela história”, v. 2).

START ASL. *Famous Deaf People - Over 250 and Counting!* 5 jun. 2025. Disponível em: <https://www.startasl.com/famous-deaf-people/>. Acesso em: 14 abr. 2026.

The Guardian (2025). *Deaf President Now! review – passion and energy in stirring record of student protest*. Publicado em 14 maio 2025. Disponível em: <https://www.theguardian.com/film/2025/may/14/deaf-president-now-review-stirring-record-of-student-protest>

THE HISTORY of Japanese Sign Language. *Japanese Sign Language & Deaf Culture*, 19 nov. 2018. Disponível em: <https://deafjapan.com/>

japanese-sign-language-blog/the-history-of-japanese-sign-languag. Acesso em: 14 abr. 2026.

TOFUGU. *Japanese Sign Language and being deaf in Japan*. 2 mar. 2016. Disponível em: <https://www.tofugu.com/japan/japanese-sign-language/>. Acesso em: 14 abr. 2026.

UKRAINIAN SOCIETY OF THE DEAF (UTOG). Estabelecimento da organização. 1933. Organização membro permanente da World Federation of the Deaf desde 1957.

UKRAINIAN Sign Language. In: Wikipedia, The Free Encyclopedia. 2026. Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/Ukrainian_Sign_Language. Acesso em: 14 abr. 2026.

UKRAINIAN SOCIETY OF THE DEAF (UTOG). Estabelecimento, 1933. Membro permanente World Federation of the Deaf desde 1957.

VILHALVA, S. **Mapeamento das línguas de sinais emergentes: um estudo sobre as comunidades linguísticas indígenas de Mato Grosso do Sul**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

VYGOTSKY, Lev Semyonovich. *Sign language as true speech in all its functional richness*. In: Collected Works. Moscow, 1930s.

WET ERKENNING NEDERLANDSE GEBARENTAAL. **Lei de reconhecimento da Nederlandse Gebarentaal**. Holanda, 2021.

WILLIAMS, Chris; FYODOROVA, Larisa. *Russian Deaf history: 1806-1992*. In: Deaf Heritage in Russia. Washington, DC: Gallaudet University Press, 1993.

World Federation of the Deaf. *Global status of sign language recognition*. Helsinki: World Federation of the Deaf, 2023. Disponível em: World Federation of the Deaf. Acesso em: 13 maio 2026.

YAMAO, Yōzō. **Análise da língua de sinais entre trabalhadores surdos europeus**. Relatório de viagem, 1863.

ZAITSEVA, Galina. **Obras principais sobre educação e linguística das línguas de sinais**. [S. l.: s. n.], [s. d.].

ZAITSEVA, Galina Lazarevna. *Spatial relationships in Russian Sign Language*. Tese (PhD) — Moscow Institute of Defectology, Moscow, 1969.

ZAITSEVA, Galina Lazarevna. *Zhest i slovo [The Gesture and the Word]*.

Moscow: Institute of Defectology, 1992.

ZAITSEVA, Galina Lazarevna. *Zhestovaya rech. Daktilologiya* [Sign Language: Dactylology]. Moscow: Vldos, 2000.

A obra *Política Surda* constitui uma importante contribuição para o campo dos Estudos Surdos e para a compreensão das políticas que impactam as comunidades surdas em diferentes contextos nacionais e internacionais. Reunindo autores surdos e ouvintes, brasileiros e estrangeiros, o livro apresenta reflexões teóricas, análises críticas e experiências que evidenciam a complexidade das relações entre língua, cultura, identidade, cidadania e direitos humanos. Ao abordar temas como os referenciais conceituais dos Estudos Surdos, a construção do conceito de Política Surda no Brasil, as metodologias de pesquisa na área e as distinções entre Política Surda e Política Social do Surdo, a obra amplia o debate acadêmico e fortalece a produção de conhecimento comprometida com as especificidades linguísticas e culturais das comunidades surdas. Mais do que uma coletânea de estudos, este livro representa um movimento de consolidação teórica e política, reafirmando o protagonismo das pessoas surdas na construção de suas próprias narrativas, lutas e direitos. Destinada a pesquisadores, estudantes, profissionais e a todos os interessados nas relações entre linguagem, cultura e política, esta obra convida o leitor a refletir sobre os desafios e as possibilidades de uma sociedade que reconheça e valorize a diversidade linguística, cultural e humana.

